



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas – FACE

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – PPGCont

**INFLUÊNCIA DA TEORIA DA CONTABILIDADE
NA ESTRUTURA CONCEITUAL DO IASB:
Uma análise histórica, comparativa e interpretativa**

Josimar Pires da Silva

Brasília

2018

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutora Adalene Moreira Silva
Decana de Pós-Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de
Políticas Públicas**

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

JOSIMAR PIRES DA SILVA

**INFLUÊNCIA DA TEORIA DA CONTABILIDADE
NA ESTRUTURA CONCEITUAL DO IASB:
Uma análise histórica, comparativa e interpretativa**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama.

Linha de Pesquisa: Contabilidade e Mercado Financeiro.

Área de Concentração: Mensuração Contábil.

Brasília

2018

Silva, Josimar Pires da.

Influência da Teoria da Contabilidade na Estrutura Conceitual do IASB: uma análise histórica, comparativa e interpretativa / Josimar Pires da Silva-Brasília, 2018.

Josimar Pires da Silva; Orientador: Jorge Katsumi Niyama – Brasília, Universidade de Brasília, 2018.

Tese (Doutorado) – Ciências Contábeis – Brasília, Universidade de Brasília, 2018.

Bibliografia.

1. Estrutura Conceitual do *International Accounting Standards Board*. 2. Teoria da Contabilidade. 3. Pesquisa histórica. 4. *International Accounting Standards Board*. I. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília.

CDD –

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas – FACE

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – PPGCont

JOSIMAR PIRES DA SILVA

**INFLUÊNCIA DA TEORIA DA CONTABILIDADE
NA ESTRUTURA CONCEITUAL DO IASB:
Uma análise histórica, comparativa e interpretativa**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama – Orientador
PPGCont/CCA/FACE/UnB

Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva – Membro Interno
PPGCont/CCA/FACE/UnB

Profa. Dra. Ilse Maria Beuren – Membro Externo
UFSC

Profa. Dra. Sirlei Lemes – Membro Externo
UFU

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa – Suplente
PPGCont/CCA/FACE/UnB

Brasília, _____ de _____ de 2018.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a DEUS, pela VIDA, pela graça e oportunidade de cursar o Doutorado.

Agradeço aos meus pais, em especial, à minha mãe, Damiana Carolina, pela força, incentivo e por não ter medido esforços para que eu não desistisse da escola.

A minha esposa – Daiana Cardoso – pelo carinho, amor, afeto, dedicação, paciência, compreensão no decorrer dos anos, principalmente nos momentos de maior dedicação ao Doutorado.

A toda minha família, em especial, minha irmã, Cleide, que – mesmo distante – me deu forças, palavras de ânimo e de coragem.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Jorge Katsumi Niyama, por ter me conduzido na realização desse sonho. Obrigado pelo apoio, confiança, paciência e pelas diversas contribuições neste trabalho.

Aos meus colegas de classe, em especial aqueles da colina. “Melhor é serem dois do que um [...] Porque se um cair, o outro levanta o seu companheiro; mas ai do que estiver só; pois, caindo, não haverá outro que o levante (Eclesiastes 4:9,10). Sofremos juntos e vencemos juntos.

Aos meus professores do Doutorado: Dr. Jorge Katsumi Niyama, Dr. César Augusto Tibúrcio Silva, Dr. Rodrigo de Souza Gonçalves, Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa, Dr. Otávio Ribeiro de Medeiros e Dr. José Matias-Pereira, pelo conhecimento compartilhado.

Agradeço aos professores: Dr. Rodrigo de Souza Gonçalves e Dr. César Augusto Tibúrcio Silva – coordenadores gerais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (PPGCont/UnB), pelo apoio, incentivo, confiança e pela oportunidade de realizar esse sonho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro durante o doutorado.

Agradeço aos membros da Banca Examinadora, professor Dr. Jorge Katsumi Niyama (orientador), professora Dra. Ilse Maria Beuren (membro externo), professora Dra. Sirlei Lemes (membro externo) e professor Dr. César Augusto Tibúrcio Silva (membro interno), pelas diversas contribuições na realização dessa pesquisa.

Agradeço aos avaliadores do projeto e da qualificação, professor Dr. César Augusto Tibúrcio Silva, professora Dra. Ilse Maria Beuren e professora Dra. Lúcia Lima Rodrigues, pelas diversas contribuições.

As secretárias do PPGCont/UnB, Sara e Inêz, pelas orientações, auxílios e bons atendimentos prestados, quando solicitados e quando necessários.

Por fim, a todos que contribuíram de forma direta ou indireta e que sempre torceram por mim, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a influência da Teoria da Contabilidade, considerando as produções dos principais pesquisadores dos Estados Unidos da América a partir do período normativo, na *Conceptual Framework for Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board*. Em outras palavras, analisar as definições (e o seu contexto) evidenciadas na *Conceptual Framework for Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board*, destacando sua origem na Teoria da Contabilidade — produções dos pensadores do período normativo e positivo — e sua evolução no decorrer do tempo, e evidenciar a influência da Teoria da Contabilidade na *Conceptual Framework for Financial Reporting*. Quanto à tipologia, esta pesquisa caracteriza-se como histórica (bibliográfica e interpretativa) com abordagem qualitativa. Utiliza-se as principais obras primárias produzidas pelos principais pesquisadores de Teoria da Contabilidade dos Estados Unidos da América, em separado ou em conjunto com as entidades de classe (*American Accounting Association* e *American Institute of Certified Public Accountants*), e obras relevantes produzidas sob a tutela de tais entidades, que representam a ideia de alguns desses pesquisadores (por exemplo, *A Statement of Basic Accounting Theory*). A partir dessas obras, procurou-se compreender de que forma o objetivo dos relatórios financeiros, as características qualitativas, os elementos das demonstrações contábeis, as bases de mensuração e os critérios de reconhecimento evoluíram no decorrer do tempo, e, de que maneira influenciaram (ou não) na Estrutura Conceitual. No que tange ao objetivo dos relatórios financeiros, a primeira Estrutura Conceitual (1989) teve maior influência das produções relativas a Teoria da Contabilidade do Reino Unido do que dos Estados Unidos da América. Por sua vez, as Estruturas Conceituais de 2010 e de 2018 seguiram a abordagem dos Estados Unidos da América, enfatizando a *decision usefulness* e destacando os investidores e credores como principais usuários em detrimento dos demais. As características qualitativas, por sua vez, tiveram sua gênese no *A Statement of Basic Accounting Theory* e a respeito de sua relação com a Teoria da Contabilidade, não existem diferenças substanciais entre o que foi proposto inicialmente e o que é a característica qualitativa relevância na Estrutura Conceitual (2018), exceto quanto à hierarquização — tornando a relevância e a representação fidedigna características qualitativas fundamentais e a comparabilidade, a verificabilidade, a tempestividade e a compreensibilidade, características qualitativas de melhoria — e à evolução natural influenciada pelo ambiente no qual a contabilidade está inserida. Quanto aos elementos das demonstrações contábeis, os fatores ambientais como a intensificação dos mercados, o crescimento dos investimentos em títulos e o financiamento das companhias por meio do mercado de títulos, dentre outros, fizeram com que as definições dos elementos propostas inicialmente pela Teoria da Contabilidade não suportassem a elaboração de relatórios financeiros úteis aos usuários. Em consequência, a contabilidade deu sua resposta quanto à evolução, por meio dos normatizadores, especialmente o *International Accounting Standards Board*, com o estabelecimento de padrões e a criação da Estrutura Conceitual — contendo os elementos das demonstrações contábeis — para dar suporte a elaboração, alteração, aplicação e interpretação de padrões. Em relação ao reconhecimento e à mensuração, é possível destacar que as evidências não suportaram a influência da Teoria da Contabilidade nos critérios de reconhecimento e, no geral, a Teoria da

Contabilidade considerou o custo histórico como a principal base de mensuração, embora, para alguns autores, outras bases fossem consideradas importantes. No entanto, o contexto socioeconômico e político retardou o desenvolvimento de bases de mensuração a valor de mercado. Em linhas gerais, é possível inferir que a Estrutura Conceitual segue de perto a Teoria da Contabilidade, sobretudo as produções dos pesquisadores em Teoria da Contabilidade dos Estados Unidos da América e do Reino Unido, possivelmente em virtude da influência dos pesquisadores na criação das entidades (*American Accounting Association, American Institute of Certified Public Accountants, The Institute of Chartered Accountants in England and Wales e Financial Accounting Standards Board*, entre outras) e destas nas políticas do *International Accounting Standards Board*.

Palavras-chave: Estrutura Conceitual do *International Accounting Standards Board*. *International Accounting Standards Board*. Pesquisa histórica. Teoria da Contabilidade.

ABSTRACT

This study aims to analyze the influence of Accounting Theory, considering the productions of leading United States researchers from the normative period, in the Conceptual Framework for Financial Reporting issued by the International Accounting Standards Board. In other words, to analyze the definitions (and their context) evidenced in the Conceptual Framework for Financial Reporting issued by the International Accounting Standards Board, highlighting its origin in Accounting Theory — productions of normative and positive period thinkers — and its evolution over time and evidence the influence of Accounting Theory in the Conceptual Framework for Financial Reporting. As for the typology, this research is characterized as historical (bibliographic and interpretative) with a qualitative approach. The principal primary works produced by leading United States Accounting Theory researchers, either separately or in conjunction with class entities (American Accounting Association and American Institute of Certified Public Accountants), and relevant works produced under the tutelage of such entities, which represent the idea of some of these researchers (eg A Statement of Basic Accounting Theory). Based on these works, it was sought to understand how the objective of general purpose financial reporting, the qualitative characteristics, the elements of financial statements, the bases of measurement and the recognition criteria evolved over time, and how they influenced (or not) in the Conceptual Framework. With regard to the objective of general purpose financial reporting, the first Conceptual Framework (1989) had a greater influence on British Accounting Theory than on the United States. In turn, Conceptual Framework (2010) and Conceptual Framework (2018) followed the United States approach, emphasizing decision usefulness, and highlighting investors and creditors as the main users to the detriment of the others. The qualitative characteristics, in turn, had their genesis in A Statement of Basic Accounting Theory and in relation to Accounting Theory, there are no substantial differences between what was initially proposed and what is the relevance in the Conceptual Framework (2018), except as regards hierarchization — making relevance and faithful representation key qualitative characteristics and comparability, verifiability, timeliness and understandability, enhancing qualitative characteristics — and natural evolution influenced by the environment in which accounting is embedded. As for the elements of the financial statements, environmental factors such as the intensification of markets, the growth of investments in securities and the financing of companies through the securities market, among others, meant that the definitions of the elements initially proposed by Accounting Theory did not support the elaboration of useful financial reports to users. As a result, accounting has provided a response to the evolution, through the regulators, especially the IASB, with the establishment of standards and the creation of the Conceptual Framework — containing the elements of the financial statements — to support the elaboration, modification, application and interpretation of standards. Regarding recognition and measurement, it is possible to emphasize that the evidence does not support the influence of Accounting Theory on the criteria of recognition and, in general, Accounting Theory considered historical cost as the main basis of measurement, although for some other bases were considered important. However, the socioeconomic and political context delayed the development of measurement bases at market value. In general terms, it is possible to infer that Conceptual Framework follows closely the Theory of Accounting, especially the

productions of the researchers in United States and United Kingdom Accounting Theory, possibly due to the influence of the researchers in the creation of entities (American Accounting Association, American Institute of Certified Public Accountants, The Institute of Chartered Accountants in England and Wales e Financial Accounting Standards Board, among others) and of these in International Accounting Standards Board policies.

Keywords: Conceptual Framework for Financial Reporting. *International Accounting Standard Board*. Historical Research. Accounting Theory.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|------------|---|-----|
| Figura 1 – | Estrutura da tese..... | 25 |
| Figura 2 – | Relação Teoria da Contabilidade-prática contábil..... | 30 |
| Figura 3 – | Bases de mensuração nas Estruturas Conceituais..... | 142 |
| Figura 4 – | Critérios para o reconhecimento dos elementos das Demonstrações Contábeis..... | 154 |
| Figura 5 – | Critérios para o reconhecimento dos elementos das Demonstrações Contábeis – IASB 2018..... | 155 |
| Figura 6 – | Critérios para o reconhecimento dos elementos das Demonstrações Contábeis – FASB 1984..... | 158 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|-------------|---|-----|
| Quadro 1 – | Principais eventos e publicações relativos à Teoria da Contabilidade nos Estados Unidos da América..... | 33 |
| Quadro 2 – | Principais eventos e contribuições relativos à Teoria da Contabilidade na Grã-Bretanha..... | 41 |
| Quadro 3 – | Pesquisas anteriores..... | 50 |
| Quadro 4 – | Parâmetros para a seleção das obras primárias..... | 54 |
| Quadro 5 – | Principais fontes de evidências..... | 56 |
| Quadro 6 – | Características qualitativas..... | 56 |
| Quadro 7 – | Lista de produções referentes à Teoria da Contabilidade..... | 58 |
| Quadro 8 – | Etapas do desenvolvimento da pesquisa..... | 61 |
| Quadro 9 – | Características qualitativas evidenciadas na Estrutura Conceitual 1989..... | 90 |
| Quadro 10 – | Características qualitativas evidenciadas na Estrutura Conceitual 2010..... | 94 |
| Quadro 11 – | Padrões e diretrizes evidenciados no <i>A Statement of Basic Accounting Theory</i> | 98 |
| Quadro 12 – | Objetivos qualitativos evidenciados no APB 4..... | 101 |
| Quadro 13 – | Características qualitativas dos relatórios evidenciadas no <i>Trueblood Reporting</i> | 103 |
| Quadro 14 – | Características desejáveis dos relatórios evidenciadas no <i>The Corporate Reporting</i> | 106 |
| Quadro 15 – | Resumo das características qualitativas evidenciadas na Estrutura Conceitual 2018..... | 112 |
| Quadro 16 – | Evolução das características qualitativas evidenciadas na Estrutura Conceitual 2018..... | 114 |
| Quadro 17 – | Elementos das Demonstrações Contábeis nas Estruturas Conceituais..... | 120 |
| Quadro 18 – | Bases de mensuração evidenciadas nas Estruturas Conceituais..... | 145 |
| Quadro 19 – | Bases de mensuração e sua utilização conforme SFAC 5..... | 150 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|------------|---|-----|
| Tabela 1 – | Representatividade das produções..... | 57 |
| Tabela 2 – | Exemplo da condição financeira da empresa X Co..... | 124 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|--|
| AAA | - <i>American Accounting Association</i> |
| AAPA | - <i>American Association of Public Accountants</i> |
| AAUA | - <i>American Association of University in Accounting</i> |
| AIA | - <i>American Institute of Accounting</i> |
| AICPA | - <i>American Institute of Certified Public Accountants</i> |
| AISG | - <i>Accountants International Study Group</i> |
| APB | - <i>Accounting Principles Board</i> |
| ARS | - <i>Accounting Research Studies</i> |
| ASOBAT | - <i>A Statement of Basic Accounting Theory</i> |
| ASSC | - <i>Accounting Standards Steering Committee</i> |
| CAP | - <i>Committee on Accounting Procedure</i> |
| CAPES | - <i>Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior</i> |
| CEE | - <i>Comunidade Econômica Europeia</i> |
| CFC | - <i>Conselho Federal de Contabilidade</i> |
| CICA | - <i>Canadian Institute of Chartered Accountants</i> |
| EC | - <i>Estrutura Conceitual</i> |
| EUA | - <i>Estados Unidos da América</i> |
| FAF | - <i>Financial Accounting Standards Board</i> |
| FASB | - <i>Financial Accounting Standards Board</i> |
| GAAP | - <i>Generally Accepted Accounting Principles</i> |
| IASB | - <i>International Accounting Standards Board</i> |
| IASC | - <i>International Accounting Standards Committee</i> |
| ICAEW | - <i>The Institute of Chartered Accountants in England and Wales</i> |
| ICAS | - <i>The Institute of Chartered Accountants of Scotland</i> |
| LSE | - <i>London School of Economics</i> |
| NYSE | - <i>New York Stock Exchange</i> |
| PPGCont | - <i>Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis</i> |
| SATTA | - <i>Statement on Accounting Theory and Theory Acceptance</i> |
| SEC | - <i>Security and Exchange Commission</i> |
| SFAC | - <i>Statement of Financial Accounting Concepts</i> |

- UE - União Europeia
- UnB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 17 |
| 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETIVOS | 17 |
| 1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA | 20 |
| 1.3 RESUMO DA METODOLOGIA DA PESQUISA | 22 |
| 1.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA | 23 |
| 1.5 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO TRABALHO | 24 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 26 |
| 2.1 ESTRUTURA DA TEORIA DA CONTABILIDADE | 26 |
| 2.2 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO CONTÁBIL NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E NA GRÃ-BRETANHA | 31 |
| 2.2.1 Desenvolvimento da Teoria da Contabilidade nos Estados Unidos da América | 31 |
| 2.2.1.1 Decision Usefulness Theory of Accounting | 37 |
| 2.2.2 Desenvolvimento da Teoria da Contabilidade na Grã-Bretanha | 40 |
| 2.3 DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA CONCENTUAL DO INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD | 44 |
| 2.4 PESQUISAS ANTERIORES E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS | 48 |
| 3 METODOLOGIA | 53 |
| 3.1 TIPOLOGIAS DA PESQUISA | 53 |
| 3.2 FONTES E MÉTODOS DE TRABALHO | 53 |
| 3.3 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA PESQUISA | 61 |
| 3.4 VALIDAÇÃO DA PESQUISA | 62 |
| 4 ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA | 64 |
| 4.1 O OBJETIVO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DE PROPÓSITO GERAL 64 | |
| 4.1.1 Evolução dos objetivos dos relatórios financeiros na estrutura conceitual | 65 |
| 4.1.2 Objetivos dos relatórios financeiros antes da abordagem da Decision Usefulness | 71 |
| 4.1.3 Objetivos dos relatórios financeiros após a abordagem da Decision Usefulness | 78 |
| 4.1.3.1 Abordagem estadunidense | 78 |

| | |
|--|------------|
| 4.1.3.2 Abordagem britânica..... | 82 |
| 4.1.4 Resumo | 85 |
| 4.2 AS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA ÚTIL..... | 87 |
| 4.2.1 Evolução das características qualitativas na Estrutura Conceitual ... | 88 |
| 4.2.2 Características qualitativas antes do A Statement of Basic Accounting Theory..... | 95 |
| 4.2.3 Características qualitativas a partir do A Statement of Basic Accounting Theory..... | 97 |
| 4.2.4 Resumo | 107 |
| 4.3 RELATÓRIOS FINANCEIROS E OS ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS..... | 117 |
| 4.3.1 Relatórios financeiros e demonstrações contábeis..... | 118 |
| 4.3.2 Estruturas Conceituais de 1989, 2010 e 2018 | 119 |
| 4.3.3 Ativo, passivo e patrimônio líquido..... | 123 |
| 4.3.4 Receitas, despesas, ganhos e perdas..... | 131 |
| 4.3.5 Resumo | 137 |
| 4.4 MENSURAÇÃO E RECONHECIMENTO..... | 140 |
| 4.4.1 Mensuração | 140 |
| 4.4.1.1 Custo Histórico | 147 |
| 4.4.1.2 Mensurações a valor corrente | 151 |
| 4.4.2 Reconhecimento | 153 |
| 4.4.2.1 Reconhecimento antes das Estruturas Conceituais | 157 |
| 4.4.3 Resumo | 158 |
| 4.5 SÍNTESE DAS CONCLUSÕES | 161 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 164 |
| REFERÊNCIAS..... | 169 |
| APÊNDICE..... | 183 |
| APÊNDICE A – SELEÇÃO DAS OBRAS PRIMÁRIAS | 184 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETIVOS

Nos Estados Unidos da América (EUA), a Teoria da Contabilidade¹ teve sua ascendência a partir da década de 1920 em virtude do forte impacto do mercado de capitais e, sobretudo, da pressão da *Security and Exchange Commission* (SEC), criada em 1934, sobre a classe contábil devido à necessidade de produção de um arcabouço teórico que desse suporte à elaboração de relatórios financeiros úteis aos usuários, especialmente aos investidores (JONES, 2015; ZEFF, 1972, 1999).

A partir da década de 1930, monografias, teses e pronunciamentos foram produzidos pelos pesquisadores da *American Accounting Association* (AAA) e pelos práticos contábeis do *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), dentre os quais se destacaram a tese de William A. Patton e Ananias C. Littleton (1940) e *A Statement of Basic Accounting Theory* (1966). A tese de Patton e Littleton influenciou uma geração de contadores e, principalmente, a Teoria da Contabilidade na Grã-Bretanha e a produção do primeiro livro britânico com o termo "Teoria da Contabilidade" em seu título, de autoria do contador prático Harry Norris (JONES, 2015).

As produções da AAA e do AICPA destacavam os Princípios Contábeis, os conceitos e os objetivos da contabilidade e dos relatórios financeiros, os quais representam a essência da Teoria da Contabilidade, visto que esta se concentra no conjunto de princípios subjacentes e presumidamente fundamentais para a prática contábil (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999), cujo objetivo básico é ter um corpo bem definido de conhecimento, o qual tem sido sistematicamente acumulado, organizado e verificado o suficiente para fornecer um quadro de referência para ações futuras (SCHROEDER; CLARK; CATHEY, 2005).

A partir da década de 1970, com a criação dos normatizadores, sobretudo o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e o *International Accounting*

¹ Segundo a *Statement on Accounting Theory and Theory Acceptance* (SATTA), nenhuma Teoria da Contabilidade única é rica o suficiente para abranger toda a gama de especificações do ambiente dos usuários de forma eficaz (AAA, 1977, p. 1-2) de modo que temos várias Teorias da Contabilidade (AAA, 1977) que emergiram do uso de diferentes abordagens (BELKAOUI, 2004, p. 108). No entanto, para efeitos desta pesquisa, considera-se a Teoria da Contabilidade como única e destaca-se duas abordagens, dos EUA e do Reino Unido, em virtude do contexto socioeconômico e político. Em linhas gerais, esta pesquisa não procura delimitar a Teoria da Contabilidade, mas, considera que as produções destacadas no Quadro 8 fazem parte da Teoria da Contabilidade.

Standards Committee (IASC), as produções se concentraram em padrões contábeis elaborados para dar suporte ao reconhecimento, mensuração e evidenciação das práticas contábeis, tendo uma Estrutura Conceitual (EC) como referência, principalmente nos países que possuem por sustentáculo um sistema contábil baseado em princípios.

Se, por um lado, a EC, em sua concepção, é fruto principalmente da busca por Princípios Contábeis nos EUA e da busca por Princípios Contábeis na Europa, sobretudo pela influência da *True and Fair View*, advinda da entrada da Inglaterra na União Europeia (UE), por outro, ela reflete o pensamento do *International Accounting Standards Board* (IASB) e dos participantes em seu processo normativo, não necessariamente com sustentação na Teoria da Contabilidade.

Os conceitos propostos pelos principais autores da Teoria da Contabilidade, nos EUA, tais como Willian A. Paton, Ananias C. Littleton, Thomas Henry Sanders, Henry Hand Hatfield, Underhill Moore, Robert T. Sprouse, Maurice Moonitz e outros, sob a égide da AAA e do AICPA, foram influenciados pelo contexto socioeconômico e político e, por sua vez, influenciaram as definições propostas na EC.

O objetivo dos relatórios financeiros, as características qualitativas, os elementos das demonstrações contábeis, as bases de mensuração e os critérios de reconhecimento, foram aprimorados no decorrer dos anos, sobretudo na tentativa da classe contábil de fornecer um arcabouço teórico capaz de sustentar a emissão de relatórios financeiros que evidenciassem informações úteis aos usuários, principalmente aos investidores, em virtude dos fatores ambientais e da pressão por informações de alta qualidade. Os autores, influenciados pelo ambiente no qual estavam envolvidos, buscavam soluções para a prática contábil, principalmente para a falta de comparabilidade e de uniformidade das informações.

No entanto, a busca por princípios contábeis não foi suficiente para a resolução de problemas contábeis, como a falta de comparabilidade, e para a produção de um arcabouço teórico que sustentasse a prática contábil, apesar das destacadas contribuições. Em virtude desses fatos, ocorreu a mudança de foco, de princípios contábeis para os objetivos dos relatórios financeiros, conforme proposto por Staubus (1954), e na criação dos normatizadores, sobretudo, o FASB e o IASC. Além disso, no final da década de 1960 e na década de 1970, houve a mudança de foco nas pesquisas contábeis, isto é, ocorreu o advento da abordagem positivista da Teoria da Contabilidade, voltada, por exemplo, para o mercado de capitais e para a

explicação de escolhas contábeis por parte dos gestores, culminando no abandono da prescrição, ou ao menos, na redução de foco na prescrição.

Os normatizadores, mesmo que de algum modo tenham se sustentado em trabalhos anteriores, a exemplo da EC do FASB, fortemente influenciada pelo *Trueblood Reporting* e pelo *Accounting Principles Board 4 (APB 4)*, produziram quadros conceituais sem ligação direta com a classe contábil e nem com a academia, como ocorria anteriormente. A desvinculação da academia, ou a pequena participação desta, resultou em diferenças entre o que propõe a Teoria da Contabilidade e a EC do IASB. Neste contexto, é possível que exista a influência da Teoria da Contabilidade na EC, mas talvez as diferenças possam ser constatadas considerando a redução da participação da academia e a diminuição da influência do contexto socioeconômico e político.

Esta pesquisa investiga como as produções dos autores de Teoria da Contabilidade influenciaram na *Conceptual Framework for Financial Reporting* (Estrutura Conceitual do IASB). Em outras palavras, busca-se, aqui, destacar a influência da Teoria da Contabilidade na *Conceptual Framework for Financial Reporting* com o intuito de demonstrar o que relataram Willian A. Paton, Ananias C. Littleton, Thomas Henry Sanders, Henry Hand Hatfield, Underhill Moore, Robert T. Sprouse e Maurice Moonitz, dentre outros, nas obras produzidas a partir da década de 1920, como *Accounting Theory, A Tentative Statement of Accounting Principles Affecting Corporate Reports, Examination of Financial Statement, A Statement of Accounting Principles, An Introduction to Corporate Accounting Standard, Accounting Principles Underlying Corporate Financial Statements, Accounting Concepts and Standards Underlying Corporate Financial Statement, Structure of Accounting Theory* e *A Statement of Basic Accounting Theory (ASOBAT)*, em especial no período normativo, e que produziram reflexos na construção das definições elencadas na *Conceptual Framework for Financial Reporting*.

Levando em consideração o cenário elencado, esta pesquisa tem o objetivo geral de evidenciar a influência da Teoria da Contabilidade na *Conceptual Framework for Financial Reporting* emitida pelo IASB. A pesquisa pretende identificar as definições evidenciadas na *Conceptual Framework for Financial Reporting* do IASB e analisá-las à luz da Teoria da Contabilidade, com base nas principais produções dos pensadores norte-americanos, destacando sua origem e

evolução no decorrer do tempo e considerando o seu contexto socioeconômico e político.

De modo específico, a pesquisa ora apresentada pretende, em primeiro lugar, evidenciar a influência da Teoria da Contabilidade no objetivo dos relatórios financeiros de propósito geral, buscando destacar a evolução dos objetivos dos relatórios financeiros evidenciados pela Teoria da Contabilidade ao longo dos anos e a sua influência no objetivo proposto na EC do IASB.

Em segundo lugar, a pesquisa pretende evidenciar a influência da Teoria da Contabilidade nas características qualitativas. Procura-se evidenciar a evolução das características qualitativas destacadas pelos pesquisadores da Teoria da Contabilidade ao longo dos anos e a sua influência nas características qualitativas da EC do IASB.

A pesquisa busca mostrar também a influência da Teoria da Contabilidade nos elementos das demonstrações contábeis². Pretende-se evidenciar a evolução dos elementos das demonstrações contábeis destacados pela Teoria da Contabilidade ao longo dos anos e a sua influência no que propõe a EC.

Por último, esta pesquisa visa mostrar a influência da Teoria da Contabilidade no reconhecimento e na mensuração com o intuito de evidenciar a evolução do reconhecimento e da mensuração produzidos pela Teoria da Contabilidade ao longo dos anos e a sua influência no que destaca a EC.

1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Este estudo é motivado por três razões principais. A primeira razão é que existe uma série de estudos que investigaram a *Conceptual Framework for Financial Reporting* e que podem ser classificados em três grupos de pesquisas: a) A evolução histórica dos Princípios Contábeis que culminaram na emissão das ECs do FASB e IASB; b) As implicações para a prática contábil, advinda da relação EC *versus* Normas Contábeis; e, c) A discussão dos principais pontos da EC, sobretudo, do IASB, bem como da proposta de revisão da EC, i.e., *Discussion paper* e *Exposure draft* (BURCA; MATES; PUSCAS, 2015; GORDON et al., 2015; MALA;

² Utilizou-se, para efeitos desta pesquisa, a tradução livre “Demonstrações Contábeis”, para o termo “*financial statements*”, em detrimento de “demonstrações financeiras”, em face da padronização estabelecida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

CHAND, 2015; NICOLAESCU; RISTI; TĂGĂDUAN, 2015; EWELT-KNAUER, 2014; BREAHNĂ-PRAVĂT, 2013; MURPHY; O'CONNELL; ÓHÓGARTAIGH, 2013).

O primeiro grupo de pesquisas destacou a trajetória da Teoria da Contabilidade desde a década de 1920 até a atualidade, principalmente nos EUA³, evidenciando o caminho percorrido e as contribuições e contradições surgidas, advindas da relação entre as seguintes entidades: AAA, AICPA, SEC e FASB (OLIVEIRA; CARVALHO, 2006; OLIVEIRA, 2003; SCHIPPER, 2003; RODRIGUES JUNIOR et al., 1999; ZEFF, 1984, 1999, 2007, 2013, 2014, 2016).

O segundo grupo evidenciou a relação EC *versus* normas e práticas contábeis adotadas, identificando as consequências e divergências existentes, bem como as necessidades de mudança no arcabouço teórico tendo em vista a busca por qualidade da informação contábil (WHITTINGTON, 2008; DENNIS, 2006; BRADBURY, 2003; PAULO, 2002; XIAO; PAN, 1997; NUSSBAUMER, 1992; HINES, 1991; GORE, 1989; EL-ESSELY, 1987).

O terceiro grupo destaca os principais pontos relativos à EC, principalmente o IASB (2010), como, por exemplo, os grupos de usuários e a avaliação da eficiência da gestão (BREAHNĂ-PRAVĂT, 2013; MURPHY; O'CONNELL; ÓHÓGARTAIGH, 2013), e as implicações da proposta de revisão da EC 2018, com base no DP 2013/1 e no ED 2015/3 (BURCA; MATES; PUSCAS, 2015; MALA; CHAND, 2015; BREAHNĂ-PRAVĂT, 2013).

Não foram encontrados estudos anteriores que analisassem a influência de autores, como Willian A. Paton, Ananias C. Littleton, Thomas Henry Sanders, Henry Hand Hatfield, Underhill Moore, Robert T. Sprouse e Maurice Moonitz, e de obras, como *Accounting Theory, A Tentative Statement of Accounting Principles Affecting Corporate Reports* e *Structure of Accounting Theory*, na EC do IASB e as possíveis implicações desta relação para os diversos usuários. Em outras palavras, no que tange à EC, as pesquisas prévias em contabilidade se concentravam exclusivamente na trajetória histórica seguida na busca por Princípios Contábeis — principalmente a evolução da Teoria da Contabilidade nos EUA entre a década de

³ As bases iniciais para o desenvolvimento da Teoria da Contabilidade originaram-se nos Estados Unidos da América (EUA), principalmente a partir da década de 1920, com as publicações de William Andrew Paton, influenciado por Henry Rand Hatfield e Charles Ezra Sprague, sobretudo em sua tese de doutorado, de 1922, com o título *Accounting Theory, With Special Reference to the Corporate Enterprise*; e as de John Canning, em especial por meio da obra *Economics of Accountancy*. Outros fatores que contribuíram para o desenvolvimento da Teoria da Contabilidade nos EUA a partir de 1920 foram a expansão do comércio e dos investimentos, a grande depressão e da quebra da NYSE em 1929, a qual resultou em pressão por uniformidade e na busca por Princípios Contábeis.

1920 e a emissão do referencial conceitual do FASB — e na aplicação prática da EC com foco nas divergências com as normas vigentes. Essas pesquisas, em sua maioria, foram realizadas com base no referencial conceitual do FASB vigente na data de cada uma delas.

A segunda razão motivadora deste estudo é que elevado destaque tem sido atribuído a EC (2018) pelo IASB e demais usuários em virtude da promoção do padrão contábil baseado em princípios e não em regras. Uma vez que as alterações são recentes, não foram encontradas pesquisas anteriores que se propuseram a investigar a influência da Teoria da Contabilidade na EC do IASB (2018). Neste estudo, pretende-se explorar as publicações dos principais autores em busca dos elementos elencados na *Conceptual Framework for Financial Reporting* do IASB, a fim de analisar a evolução dos conceitos na visão dos autores e sua influência no que propôs o IASB, bem como as implicações desta relação para os normatizadores e demais usuários.

Por fim, a terceira motivação desta pesquisa está ligada ao fato de que investigar a relação entre a Teoria da Contabilidade e a *Conceptual Framework for Financial Reporting* possui implicações práticas relevantes para os pesquisadores, formuladores de padrões, investidores, professores, acadêmicos e demais usuários, visto que reforça a compreensão sobre o objetivo dos relatórios financeiros, as características qualitativas, os elementos das demonstrações contábeis, as bases de mensuração e os critérios de reconhecimento.

1.3 RESUMO DA METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como histórica (bibliográfica, comparativa e interpretativa) com abordagem qualitativa. Utilizaram-se as principais obras primárias produzidas pelos principais pensadores da escola norte-americana, em separado ou em conjunto com as entidades de classe — AAA e AICPA —, e obras relevantes produzidas sob a tutela destas entidades, que representam a ideia de algum desses pensadores, por exemplo, ASOBAT. A partir dessas obras, procura-se compreender de que forma os conceitos evoluíram no decorrer do tempo e influenciaram, ou não, na construção da EC.

As definições foram analisadas tanto em relação à história da Teoria da Contabilidade nos EUA quanto em relação ao seu contexto econômico, social e político. Deste modo, esta pesquisa é caracterizada como pertencente à nova história da contabilidade⁴, uma vez que fornece uma base para expor a relação reflexiva entre a contabilidade e o sistema socioeconômico e político no qual está incorporada e, assim, demonstrar que não só os homens fazem história, mas a história também faz os homens e modifica seu destino (FUNNELL, 1996; LOFT, 1986). A nova história da contabilidade exige o estudo da contabilidade nos contextos de atuação. Essa nova fase contribuiu para a compreensão da contabilidade como prática social (GOMES, 2008).

As publicações analisadas mostram a evolução da Teoria da Contabilidade nos EUA de acordo com a abordagem dos principais pensadores, a partir da década de 1920. Elas foram selecionadas com base em Hendriksen e Van Breda (1999), Jones (2015) e Zeff (1966, 1972, 1999, 2007, 2016) e confirmadas em Chatfield e Vangermeersch (1996), e referem-se a autores que são fundamentais para a Teoria da Contabilidade, promotores altamente ativos da Teoria da Contabilidade ou frequentemente citados e significantes em termos de tamanho da publicação.

A análise das definições relativas à EC do IASB, agrupadas por semelhança, foi realizada de acordo com suas seções:

- 1) Objetivos dos relatórios financeiros de propósito geral;
- 2) Características qualitativas da informação financeira útil;
- 3) Demonstrações e elementos das Demonstrações Contábeis; e
- 4) Mensuração e reconhecimento.

1.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Como primeira limitação da pesquisa, destaca-se que as produções relativas à Teoria da Contabilidade utilizadas para obtenção dos elementos elencados na EC, em sua maioria, foram escritas pelos pesquisadores dos EUA, sobretudo no período normativo (Teoria Prescritiva). Elas foram escolhidas pela influência que tiveram no desenvolvimento da Teoria da Contabilidade em âmbito mundial. Tais produções

⁴ Diferentemente da nova história da contabilidade, a velha história da contabilidade é centrada nos fatos, procurando entender a contabilidade a luz dos fatos da época, tentando descobrir por que os autores acreditavam no que eles faziam, buscando uma interpretação fiel de suas experiências, sem interpretar as mudanças ocorridas com base no contexto socioeconômico e político (FUNNELL, 1996).

influenciaram na construção das Declarações de Conceitos do FASB, que, por sua vez, conforme Swieringa (2011), serviram de base para outros normatizadores em diversos países, como, por exemplo, Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Reino Unido, que desenvolveram suas ECs, e também para o IASB.

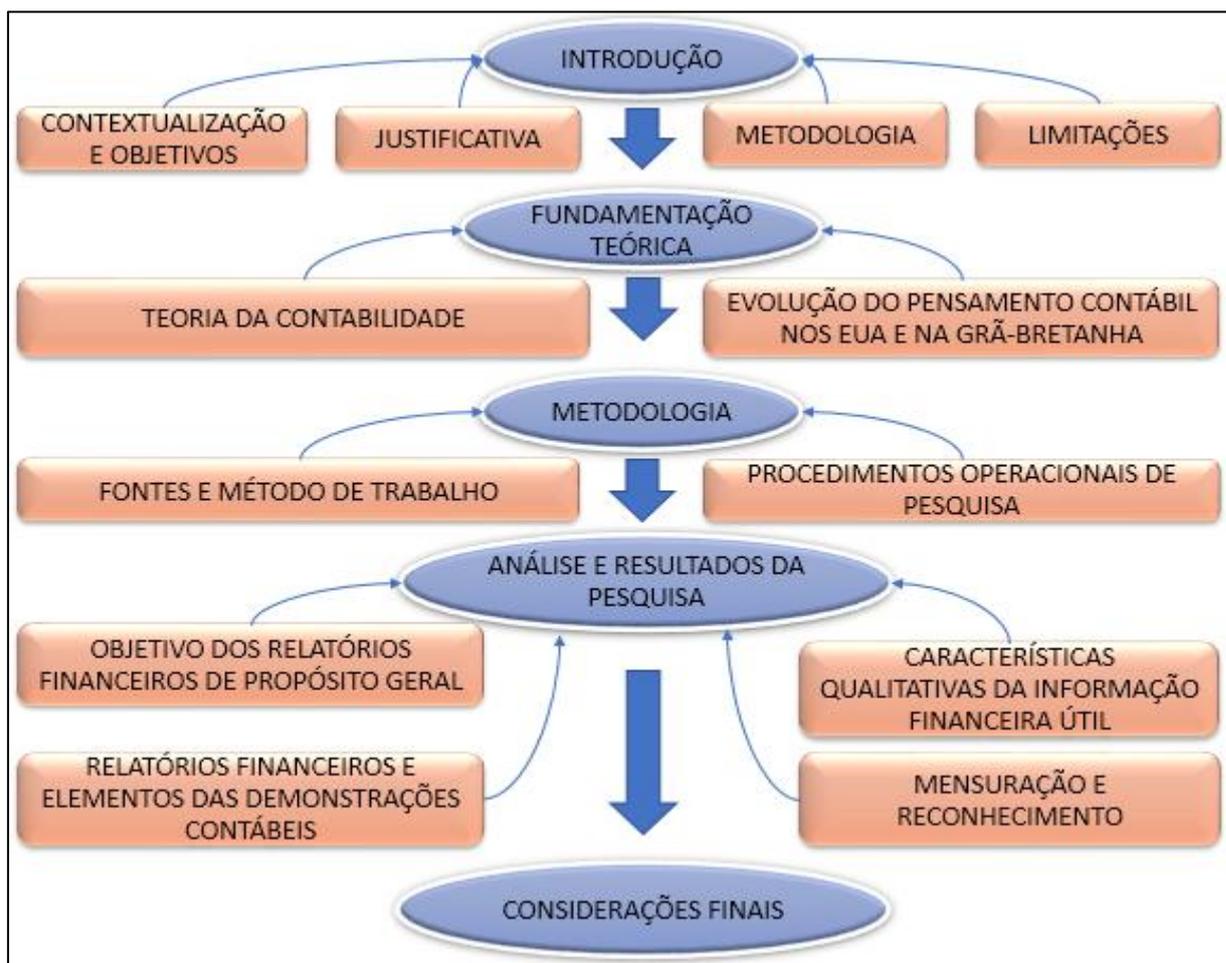
Outra limitação desta pesquisa diz respeito à escolha das publicações utilizadas, visto que não seria possível recorrer a todas as produções dos autores de Teoria da Contabilidade. Na visão de Botelho (2012), faz-se necessário observar que, diante da objetivação, que conduz à racionalização de um objeto observado, haverá sempre a aplicação da subjetividade do autor, do cientista, de seu ponto de vista, de seu modo de entender o fenômeno conforme sua cosmovisão, suas experiências e sua cultura científica. Assim, a seleção das produções foi realizada de acordo com os relatos de Hendriksen e Van Breda (1999), de Jones (2015) e dos trabalhos de Stephen Zeff (1972, 1999, 2007, 2016).

Por fim, a terceira limitação se refere ao período de publicação das obras relativas a Teoria da Contabilidade. Foram utilizadas, principalmente, as produções do período normativo devido ao fato de grande parte das definições elencadas na EC terem origem nesse período (AICPA, 1970, 1973; AAA, 1966; MOONITZ, 1961; SPROUSE; MOONITZ, 1962).

1.5 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente pesquisa está estruturada em cinco capítulos, incluindo a introdução, dispostos de acordo com a conexão do assunto, conforme evidenciado na Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Estrutura da tese.



Fonte: Do autor.

O segundo capítulo destaca a fundamentação teórica, o qual mostra a conceituação da Teoria da Contabilidade e a evolução do pensamento contábil nos EUA e na Grã-Bretanha. O terceiro capítulo evidencia a metodologia utilizada na pesquisa, partindo dos tipos de pesquisas utilizados e destacando as fontes primárias que deram sustentação às análises dos resultados e os demais procedimentos operacionais da pesquisa. O quarto capítulo apresenta a análise e os resultados da pesquisa e subdivide-se da seguinte forma:

- 1) Objetivos dos relatórios financeiros de propósito geral;
- 2) Características qualitativas da informação financeira útil;
- 3) Demonstrações e elementos das demonstrações contábeis; e
- 4) Mensuração e reconhecimento.

O quinto capítulo destaca as considerações finais da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ESTRUTURA DA TEORIA DA CONTABILIDADE

Hopwood (1990) mostra que a Contabilidade tem o poder de influenciar as decisões econômicas. O pensamento contábil na academia deu, por vezes, uma direção ao pensamento econômico que transpôs a realidade (HOPWOOD, 1990). Portanto, a prática e o pensamento contábil foram mostrados pela literatura da história da contabilidade como sendo flexíveis e respondendo à necessidade de sua época (COLASSE, 1995).

O pensamento contábil foi representado pelas ideias desenvolvidas em relação à contabilidade de dupla entrada, teorias que tentaram explicá-la e, posteriormente, considerar a contabilidade como ciência. Este pensamento está relacionado com a literatura contábil que, por muito tempo, foi representada principalmente por manuais. No entanto, nem toda a literatura inicial pode ser considerada como sujeita ao pensamento contábil (FARCAS, 2013).

Segundo Lemarchand (2005), o livro de Pacioli foi o primeiro que expressou o pensamento contábil. Depois dele, haviam diversos manuais que apenas apresentavam registros contábeis sem nenhum vestígio de pensamento contábil. Farcas (2013) destaca que todo o trabalho feito na literatura contábil, apresentando ideias, pensamentos e/ou teorias, seja considerado como pensamento contábil que realmente explica o que é a contabilidade e como ela funciona. De modo geral, o pensamento contábil precede a teoria, embora nem todo pensamento torne-se teoria.

A literatura referente à Teoria da Contabilidade define teoria como o “conjunto coerente de princípios hipotéticos, conceituais e pragmáticos formando o quadro geral de referência para um campo de investigação” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 32). Schroeder, Clark e Cathey (2005) definem teoria como conhecimento sistematicamente organizado, aplicável a uma grande variedade de circunstâncias, como um sistema de pressupostos, princípios e regras de procedimentos aceitos para analisar, prever ou, de outra forma, explicar a natureza do comportamento de um determinado conjunto de fenômenos.

Belkaoui (2004) destaca que não existe uma teoria abrangente da contabilidade. No entanto, “embora não exista uma única teoria abrangente de contabilidade, diferentes Teorias da Contabilidade intermediárias emergiram do uso de diferentes abordagens” (BELKAOUI, 2004, p. 108). “Ou temos várias teorias ou os autores [...] estão apresentando uma visão, na melhor das hipóteses, parcial ou subjetiva do que seja teoria” (IUDICIBUS, 2012, p. 6).

Para Iudicibus (2012, p. 6), “não existe uma única e geralmente aceita teoria da contabilidade até os dias de hoje”. Tal fato está relacionado, segundo Mattessich (1964 apud IUDICIBUS, 2012, p. 6), “à grande diversidade das pesquisas sobre contabilidade”.

Belkaoui (2004) apresenta algumas abordagens tradicionais, das quais emergem diferentes Teorias da Contabilidade: abordagens não teóricas, práticas ou pragmáticas (informal); e, abordagens teóricas (dedutiva; indutiva; ética; sociológica; econômica; e, eclética). A partir destas abordagens, diferentes teorias são propostas e continuarão a ser seguidas, em virtude da tentativa de desenvolver teorias intermediárias em detrimento de uma única teoria abrangente.

As diferenças de percepção dos pesquisadores em relação aos usuários das informações fornecidas nos relatórios financeiros e em relação ao ambiente ao qual estão inseridos possibilita a criação de diferentes Teorias da Contabilidade (BELKAOUI, 2004).

A *American Accounting Association* (AAA), por meio do *Statement on Accounting Theory and Theory Acceptance* (SATTA), emitido em 1977, destacou que as diferenças nas especificações entre os escritores e a variedade de análises, em relação às alternativas de usuários e o ambiente, permite concluir que:

1. Nenhuma teoria única da contabilidade financeira é rica o suficiente para abranger toda a gama de especificações do ambiente do usuário de forma eficaz;
2. Não há Teoria da Contabilidade Financeira, mas uma coleção de teorias que podem ser ordenadas sobre as diferenças nas especificações do ambiente do usuário (AAA, 1977, p. 1-2).

Em linhas gerais, busca-se uma teoria geral que seja capaz de oferecer assistência aos formuladores de políticas contábeis. No entanto, nenhuma das Teorias da Contabilidade disponíveis é aceitável por todos os contadores, de modo

que, temos uma coleção de teorias, cada uma capaz de lidar com alguns aspectos dos problemas contábeis (AAA, 1977).

O objetivo da teoria é explicar e prever. Conseqüentemente, um dos objetivos básicos da teoria de uma determinada disciplina é ter um corpo bem definido de conhecimento sistematicamente acumulado, organizado e verificado o suficiente para fornecer um quadro de referências para ações futuras (SCHROEDER; CLARK; CATHEY, 2005).

Embora a Contabilidade seja um conjunto de técnicas que podem ser utilizadas em domínios específicos, a prática dentro de um quadro teórico implícito consiste em princípios e práticas que foram aceitos pela profissão como resultado da sua utilidade e de sua lógica associada. Os "Princípios Contábeis Geralmente Aceitos" são aqueles que orientam a profissão na elaboração de demonstrações contábeis (BELKAOUI, 2004).

Mudanças nos princípios ocorrem, em geral, como resultado de várias tentativas feitas para propor soluções aos problemas financeiros que surgem todos os dias e para desenvolver um quadro teórico para a disciplina. Portanto, existe uma ligação definitiva com a prática contábil na construção da Teoria da Contabilidade, seja para justificar, seja para negar a prática existente. A construção da Teoria da Contabilidade surge da necessidade de fornecer uma razão para o que os contadores fazem ou almejam fazer (BELKAOUI, 2004).

A Teoria da Contabilidade representa o conjunto de princípios fundamentais para a prática contábil. Ela tem sido definida como o conjunto de princípios lógicos que: a) Fornece o melhor entendimento das práticas contábeis aos usuários e outros interessados, tais como investidores, gestores, preparadores e acadêmicos; b) Apresenta um referencial conceitual para a avaliação de práticas contábeis; e, c) Auxilia o desenvolvimento de práticas e procedimentos contábeis (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

O processo de construção da Teoria da Contabilidade deve ser concluído por meio da verificação ou validação da teoria. Ele consiste na pesquisa e na análise de verificação, que podem referir-se a várias coisas, incluindo o caráter puro de argumentos matemáticos e lógicos, a aplicabilidade de fórmulas e equações, a confiabilidade dos relatórios, a autenticidade dos documentos, os guias dos dispositivos, disponibilidade de reproduções, traduções e parágrafos, a precisão dos relatos históricos e estatísticos, a corroboração dos fatos relatados, a conclusão da

enumeração de circunstâncias em uma situação particular, a reprodutibilidade dos experimentos, o valor preditivo ou generalizações explicativas (BELKAOUI, 2004).

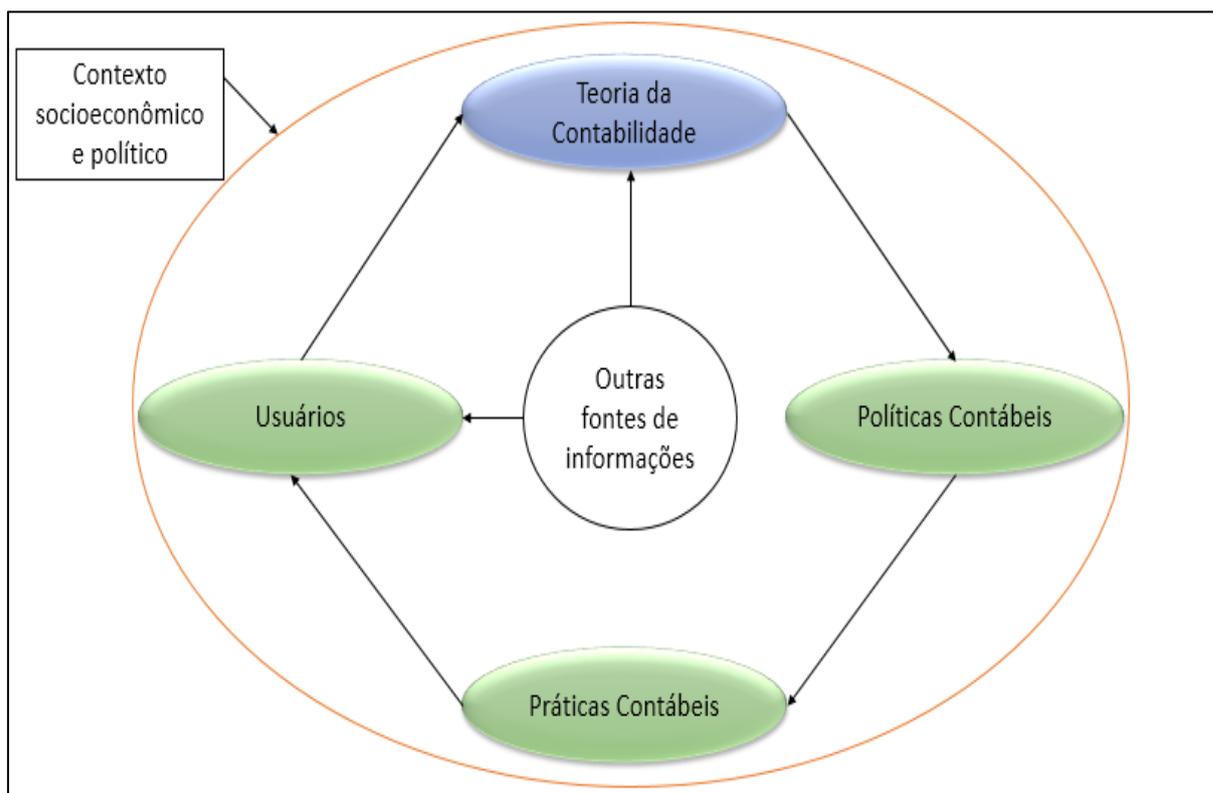
Conseqüentemente, a Teoria da Contabilidade é o resultado tanto de um processo de construção, quanto de verificação teórica. A Teoria da Contabilidade deve explicar e prever fenômenos contábeis e os locais onde tais fenômenos ocorrem. Além disso, devem ser tomadas medidas no que diz respeito à verificação da teoria. Se ela não produzir os resultados esperados, então deverá ser alterada por uma teoria melhor (BELKAOUI, 2004).

O objetivo da Teoria da Contabilidade é fornecer um conjunto de princípios e relacionamentos que não só expliquem as práticas observadas, mas que prevejam práticas não observadas, ou seja, ela deve ser capaz de explicar por que as organizações empresariais elegem certos métodos contábeis em detrimento de outras alternativas, além de prever os atributos das empresas que elegem vários métodos de contabilidade. Ela também deve ser verificável por meio de pesquisas (SCHROEDER; CLARK; CATHEY, 2005). Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), o mais importante objetivo da Teoria da Contabilidade é fornecer um conjunto coerente de princípios hipotéticos, conceituais e pragmáticos que formam um quadro geral de referência para a investigação da natureza da contabilidade — a avaliação e o desenvolvimento de boas práticas contábeis. Para Belkaoui (2004), o objetivo é fornecer a base para a previsão e explicação dos eventos e comportamentos da contabilidade.

Nesse contexto, Hendriksen e Van Breda (1999) destacam que a Teoria da Contabilidade é um amplo conjunto de princípios que fornecem um quadro geral de referência por meio do qual se pode avaliar a prática contábil e orientar o desenvolvimento de novas práticas e procedimentos. Esta definição permite perceber a Teoria da Contabilidade como um conjunto coerente de princípios deduzidos logicamente e capazes de funcionar como uma estrutura de referência para avaliar e desenvolver práticas contábeis.

As formas das informações contábeis evidenciadas para os tomadores de decisão dependem das práticas adotadas. Tais práticas são impostas por formuladores de políticas contábeis que, tendo conhecimento da Teoria da Contabilidade, têm a responsabilidade de responder às necessidades dos usuários de informações contábeis, como evidenciado na Figura 2, a seguir (GLAUTIER; UNDERDOWN, 2001).

Figura 2 – Relação Teoria da Contabilidade-prática contábil.



Fonte: Adaptado de Glautier e Underdown (2001).

As políticas contábeis utilizadas pelos contadores na elaboração das demonstrações contábeis são elaboradas por seus formuladores com base na Teoria da Contabilidade. Essas políticas devem dar suporte à prática contábil a fim de atender as necessidades de informações dos usuários. Por sua vez, as práticas contábeis estão sujeitas às recomendações das políticas contábeis na produção dos relatórios financeiros para atender as necessidades dos usuários. A Teoria da Contabilidade é elaborada com base em abstrações relativas às necessidades dos usuários, advindas da observação da prática contábil e com base no contexto socioeconômico e político.

Segundo Glautier e Underdown (2001), as deficiências nas quatro áreas evidenciadas na Figura 2 prejudicam a utilidade da informação contábil fornecida nos relatórios financeiros. Deste modo, o fracasso dos formuladores de políticas para incorporar os resultados das pesquisas nas políticas que elaboram, pode reduzir a utilidade potencial da informação contábil.

2.2 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO CONTÁBIL NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E NA GRÃ-BRETANHA

2.2.1 Desenvolvimento da Teoria da Contabilidade nos Estados Unidos da América

Apesar das contribuições advindas à classe contábil pelas diversas escolas do pensamento contábil, a exemplo do livro de Pacioli, a Teoria da Contabilidade veio a florescer no início do século XX, nos Estados Unidos da América (EUA), em conjunto com as entidades de classes. As duas principais associações profissionais norte-americanas relacionadas à contabilidade são a AAA e o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) (WOLK; DODD; TEARNEY, 2004; SCHMIDT, 2000; HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; ZEFF, 1972). A AAA foi fundada em 1916 sob o nome de *American Association of University in Accounting* (AAUA). Suas primeiras publicações formais consistiram em trabalhos apresentados em encontros anuais. Em março de 1962, foi editada a revista *The Accountig Review* sob a chancela do AAA, e seu editor-chefe era Willian Andrew Paton. O nome da associação foi alterado, em 1936, para *American Accounting Association*, e seu enfoque de atuação também foi mudado, i.e., de uma associação de professores para uma organização de pesquisa contábil (SCHMIDT, 2000; ZEFF, 1972).

O AICPA teve como predecessor mais antigo a *American Association of Public Accountants* (AAPA), criada em 1887, em Nova York. Em 1916, um núcleo da AAPA abandonou a federação e criou o *American Institute of Accounting* (AIA), cujo objetivo era a busca dos refinamentos dos seus membros (SCHMIDT, 2000; ZEFF, 1972).

As primeiras tentativas de desenvolver uma Estrutura Conceitual (EC) nos EUA, se deram por William A. Paton e John B. Canning. Em sua tese de doutorado, a qual deu origem ao livro *Accounting Theory*, em 1922, Paton apresentou uma reafirmação da Teoria da Contabilidade (WOLK; DODD; TEARNEY, 2004). Por sua vez, no livro *Economics of Accountancy*, John Canning compara o pensamento contábil da época à Teoria Econômica, particularmente à teoria exposta pelo economista americano Irving Fisher (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). Segundo Zeff (1999), John Canning foi o primeiro a desenvolver e apresentar uma EC para

avaliação e mensuração de ativos fundamentadas explicitamente na expectativa futura.

A quebra da *New York Stock Exchange* (NYSE), ocorrida em 1929, reduziu a confiabilidade das informações relativas às Demonstrações Contábeis, que foram amplamente criticadas, inclusive no meio acadêmico (SCHMIDT, 2000) devido à falta de uniformidade das práticas contábeis (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). Segundo Healy (1939, apud ZEFF, 2007), as reavaliações acima do custo histórico (*writeups*) eram usadas para gerar receita ou para aliviar as contas de receitas de encargos importantes, que seriam debitados à conta de reserva de reavaliação que havia sido creditada com a *writeups*.

Após a quebra da NYSE, alguns acontecimentos, como a regulação, a expansão do setor bancário, o desenvolvimento e a expansão do mercado de capitais e a busca por uniformidade e comparabilidade das informações evidenciadas nos relatórios financeiros, foram primordiais para o desenvolvimento da Teoria da Contabilidade, bem como para a evolução dos objetivos dos relatórios financeiros, das características qualitativas, das demonstrações contábeis e seus elementos, das bases de mensuração e dos critérios de reconhecimento elencados na EC (vide Quadro 1, a seguir). Esse período, inicialmente, foi marcado pela forte ênfase na busca por princípios contábeis nos EUA, de modo que a ausência destes tem sido considerada por alguns autores como a causa da falta de comparabilidade que resultou na quebra da NYSE.

De acordo com Zeff (1999), a primeira tentativa institucional para lançar as bases para uma EC foi a *Tentative Statement of Accounting Principles Affecting Corporate Reports*, emitida em 1936 pelo comitê executivo da AAA e publicada na *The Accounting Review*. A principal razão para a elaboração do termo *Tentative Statement* foi fornecer orientação autoritativa à recém-criada *Security and Exchange Commission* (SEC).

Quadro 1 – Principais eventos e publicações relativos à Teoria da Contabilidade nos Estados Unidos da América.

| # | Eventos e Publicações | Ano | Descrição |
|----|---|------------------------------|--|
| 1 | <i>Tentative Statement of Accounting Principles Affecting Corporate Reports</i> | 1936 | Primeira tentativa institucional para lançar as bases para uma Estrutura Conceitual. |
| 2 | <i>A Statement of Accounting Principles</i> | 1938 | O AIA autorizou o CAP a emitir Boletins de Pesquisas Contábeis e começou a emitir suas próprias regras de contabilidade. |
| 3 | <i>An Introduction to Corporate Accounting Standards</i> | 1940 | A monografia de Paton e Littleton perpetuou o uso da contabilidade a custo histórico nos EUA e também popularizou o uso do custo corrente e das receitas, influenciando a teoria da contabilidade nos EUA e demais países. |
| 4 | <i>Accounting Concepts and Standards</i> | 1948 | A AAA assumiu a liderança publicando sua revisão dos Princípios Preliminares, então rebatizados de <i>Accounting Concepts and Standards</i> . |
| 5 | <i>Decision Usefulness</i> | 1956 1958 1959 1961 | Publicação das produções de Staubus propondo uma abordagem centrada nos objetivos. |
| 6 | <i>Accounting Research Studies (ARS)</i> | 1961 | O AICPA iniciou suas publicações sobre Princípios Contábeis e o corpo permanente de pesquisa sob a direção de Maurice Moonitz, da University of California. |
| 7 | <i>A Statement of Basic Accounting Theory</i> | 1966 | Este documento foi o primeiro sinal de aceitação institucional dos objetivos da utilidade da decisão. |
| 8 | Formação, pelo AICPA, dos dois comitês especiais para o estabelecimento de Princípios Contábeis e estudo dos objetivos dos relatórios financeiros | 1970 | O primeiro grupo de pesquisas, o Comitê de Wheat, propôs a criação de um órgão independente em tempo integral, conhecido como <i>Financial Accounting Standard Board (FASB)</i> . |
| 9 | <i>Trueblood Reporting</i> | 1973 | Composto por líderes práticos, acadêmicos e usuários da informação contábil, propôs os objetivos fundamentais das demonstrações contábeis para orientar o fornecimento de informação financeira. |
| 10 | Criação do FASB | 1973 | O Conselho decidiu lançar o seu projeto do Quadro Conceitual, que tinha como pedra fundamental uma declaração sobre os objetivos das demonstrações contábeis por parte das empresas comerciais. |

Fonte: Do autor.

Em 1938, o AIA se tornou ainda mais ativo na orientação à SEC quando autorizou o CAP para a emissão de Boletins de Pesquisas Contábeis. Em uma de suas primeiras decisões, o comitê rejeitou a opção de desenvolver um conjunto

abrangente de princípios contábeis, o qual representava um marco conceitual, porque o projeto talvez levasse cinco anos para ser concluído. A SEC poderia considerar esse prazo longo e, por sua vez, começar a emitir suas próprias regras de contabilidade (ZEFF, 1972).

Zeff (1999) sustenta que uma consequência da *Tentative Statement* foi a publicação da mais influente monografia na literatura contábil do EUA, *An Introduction to Corporate Accounting Standards*, escrita por Paton e A. C. Littleton e publicada em 1940 pela AAA. A monografia de Paton e Littleton, como veio a ser conhecida, não só perpetuou o uso da contabilidade a custo histórico nos EUA, como também popularizou o uso do custo corrente e receitas.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, iniciou-se uma demanda reprimida de bens e serviços por consumidores que fez a economia deslanchar, possibilitando o crescimento do número de empregos, de modo que a prosperidade da classe média norte-americana possibilitasse que muitas pessoas aplicassem recursos no mercado de ações. Em 1940, havia aproximadamente 4 milhões de investidores em ações (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). Em 1952, o número tinha crescido para 7 milhões (WOLK; DODD; TEARNEY, 2004) e, em 1962, este número havia subido para 17 milhões (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; WOLK; DODD; TEARNEY, 2004). Os relatórios financeiros das companhias tornaram-se uma importante fonte de informação para a tomada de decisões (WOLK; DODD; TEARNEY, 2004), e os investidores, equivocadamente esperavam que maiores lucros por ação indicassem tratar-se de uma empresa melhor (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

O primeiro problema identificado foi a falta de comparabilidade e de uniformidade dos lucros divulgados (WOLK; DODD; TEARNEY, 2004). Tal fato “residia na disponibilidade de muitas alternativas de divulgação para a administração de uma empresa na época” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 60).

Em outubro de 1957, o presidente do AICPA respondeu aos apelos por comparabilidade e uniformidade propondo uma nova organização para o exame de premissas contábeis (HENDRIKSEN; BREDA, 1999) e enfatizou a necessidades de pesquisas como parte do processo de mudanças em busca de uma nova abordagem (WOLK; DODD; TEARNEY, 2004).

O AICPA iniciou, em 1961, suas publicações sobre Princípios Contábeis e o corpo permanente de pesquisa, sob a direção de Maurice Moonitz, da University of California, produzindo os Accounting Research Studies (ARS), sendo que os de maior repercussão foram os ARS 1, ARS 3 e ARS 7 (SCHMIDT, 2000).

O AICPA rejeitou os ARSs 1 e 3, uma vez que, em sua visão, eram radicalmente diferentes da proposta de Princípios Contábeis Geralmente Aceitos existentes e, portanto, eram inaceitáveis. Um novo estudo foi solicitado a fim de examinar princípios contábeis existentes, resultando no ARS 7, o qual não provou ser mais do que um inventário de princípios, práticas e métodos contábeis existentes no APB e CAP (BELKAOUI, 2004).

A partir de 1966, houve um período caracterizado pelo abandono temporário da busca por princípios contábeis de caráter universal e pelo desenvolvimento de conceitos básicos de contabilidade que constituiriam a EC e a proliferação de soluções de problemas específicos (PAULO, 2002), o que foi alavancado pelos trabalhos de Staubus (1956, 1958, 1959, 1961), que propunha uma abordagem centrada nos objetivos e que foi consolidada no ASOBAT (1966).

O ataque de William Vatter ao enfoque de postulados e princípios refletiu-se em um novo pronunciamento, publicado em 1966 pela AAA (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999), o qual se referia a uma monografia pioneira, intitulada *A Statement of Basic Accounting Theory* (ASOBAT), escrita por um comitê composto por nove membros, sendo que, oito deles eram profissionais da academia e um da prática. O ASOBAT foi o primeiro sinal de aceitação institucional dos objetivos da utilidade da decisão (ZEFF, 1999; ZEFF, 2013), o que redirecionou a atenção das inerentes virtudes do modelo de avaliação de ativo para a utilidade da decisão das demonstrações contábeis (ZEFF, 1999). Com isso, o ASOBAT transformou-se no primeiro pronunciamento institucional a orientar-se para o usuário, pois destacava que a necessidade de informações dos usuários fossem consideradas na elaboração das demonstrações contábeis (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Em novembro de 1970, os sócios de três das oito maiores empresas de contabilidade dos EUA (*Arthur Young & Company*, *Arthur Andersen & Co.* e *Touche Ross & Co*) escreveram cartas ao AICPA, presidido por Marshall S. Armstrong, criticando o desempenho do APB. As três empresas deram um forte sinal de que não tinham mais confiança no APB (ZEFF, 2016).

Segundo Zeff (1999), o AICPA formou dois comitês especiais. O primeiro foi o Grupo de Estudos para o Estabelecimento de Princípios Contábeis (Comitê de Wheat), presidido por Francis M. Wheat, um ex-comissário da SEC e um crítico de longa data da profissão contábil. O segundo grupo foi O Grupo de Estudos sobre os Objetivos de Demonstrações Contábeis, presidido por Robert M. Trueblood, sócio-gerente da *Touche Ross & Co* (WOLK; DODD; TEARNEY, 2004).

O primeiro grupo reuniu-se para recomendar melhorias no processo de estabelecimento dos princípios. Em seu relatório, o comitê propôs um órgão independente em tempo integral, conhecido como *Financial Accounting Standards Board* (FASB), sob a tutela de uma nova fundação, a *Financial Accounting Foundation* (FAF) (ZEFF, 2014). O AICPA prontamente aprovou o relatório do Comitê de Wheat e criou o FASB para suceder o APB em julho de 1973 (ZEFF, 1999), instituindo-o como responsável pela criação de Normas Contábeis (BELKAOUI, 2004).

O segundo grupo, conhecido também como Comitê de Trueblood, foi composto por líderes práticos, acadêmicos e usuários da informação contábil, sendo encarregado de propor os objetivos fundamentais das demonstrações contábeis para orientar o fornecimento de informação financeira. O grupo produziu um padrão normativo e não uma inferência tirada da prática (ZEFF, 1999).

O relatório do Comitê de Trueblood, emitido em outubro de 1973, adotou a abordagem da utilidade da decisão evidenciada no ASOBAT. Segundo o relatório, um objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações úteis para os investidores e credores para predizer, comparar e avaliar os fluxos de caixa futuros (ZEFF, 1999).

O FASB substituiu o APB como o normatizador dos EUA em julho de 1973, sendo ele um órgão independente, com uma grande equipe de pesquisa em tempo integral, conforme recomendado pelo Grupo de Estudos de Wheat (*Establishing Financial Accounting Standards*, 1972). O FASB decidiu, no final de 1973, lançar o seu projeto do Quadro Conceitual, cuja pedra fundamental era a declaração sobre os objetivos das demonstrações contábeis tendo como sustentáculo o Relatório Trueblood (ZEFF, 1999).

Segundo Sprouse (1988, p. 124 apud ZEFF, 1999) dois fatores levaram o conselho a priorizar a ideia de desenvolver uma Estrutura Conceitual. Primeiro, o conselho se sentiu obrigado a continuar o trabalho da Comissão de Trueblood, e,

Segundo, era necessário um quadro de conceitos para auxiliar o FASB a direcionar os seis projetos técnicos de sua agenda inicial — pesquisa e desenvolvimento, contingências, *leasing*, conversão de moeda estrangeira, seguimento de negócio e materialidade.

Em junho de 1974, o FASB emitiu o primeiro memorando de discussão sobre o projeto *Conceptual Framework for Accounting and Reporting*, lidando com os objetivos dos relatórios financeiros e as características qualitativas da informação financeira recomendadas pelo Comitê de Trueblood (ZEFF, 2009, 2013).

A partir de 1978, foram emitidas as *Statement of Financial Accounting Concepts* (SFAC) ou *Concepts Statements* do FASB, a saber: SFAC 1, SFAC 2, SFAC 3, SFAC 4, SFAC 5, SFAC 6⁵ e SFAC 7. Nas *Concepts Statements*, foram apresentados os objetivos, as características qualitativas, as informações necessárias, os fundamentos de contabilidade e de divulgação, os padrões de contabilidade e de divulgação, as interpretações de padrões e de aplicações práticas a situações específicas por administradores e auditores.

Em linhas gerais, as produções dos pensadores dos EUA influenciaram a teoria e a prática contábil não só nos EUA, mas também em outras nações. A Teoria da Contabilidade nos EUA serviu de sustentáculo para outras, como por exemplo, a da Grã-Bretanha, principalmente a partir da década de 1940. Paton e Littleton, principalmente por meio da monografia de 1940, influenciaram diversos pensadores da escola inglesa, como Harry Norris, na produção do primeiro livro britânico de Teoria da Contabilidade (JONES, 2015).

2.2.1.1 Decision Usefulness Theory of Accounting

A origem do conceito de *decision usefulness*, agora adotado como objetivo central dos relatórios financeiros, é atribuída ao ex-diretor de pesquisa do FASB, George Staubus, professor de contabilidade na Universidade da Califórnia, em Berkeley. George Staubus desenvolveu o conceito em sua tese *An Accounting Concept of Revenue*, na Universidade de Chicago, em 1954, sob a orientação de William J. Vatter, e em artigos posteriores publicados pela revista *The Accounting Review* (1958 e 1959). Em 1961, Staubus consolidou a ideia proposta em sua tese e

⁵ A SFAC 6 substituiu a SFAC 3 e a SFAC 4

nos artigos citados, apresentando a *decision-usefulness theory of accounting* em seu livro *A Theory of Accounting to Investors* em 1961 (STAUBUS, 1961).

A abordagem *decision usefulness* na Teoria da Contabilidade considera que se não podemos preparar demonstrações contábeis teoricamente corretas, pelo menos podemos tentar fazer demonstrações contábeis mais úteis. Esta orientação exige que os relatórios sejam elaborados tendo em vista as necessidades do usuário a que se destinam. Implica um envio de informações relevantes e oportunas para o tomador de decisão (STAUBUS, 1961; ASOBAT, 1966).

Staubus (1961) destaca sua frustração ao revisar a literatura contábil e constatar que pouca atenção havia sido dispensada ao objetivo de fornecer informações para decisões de investimento. Staubus (1961, p. 3):

Os escritores contábeis mencionam frequentemente proprietários, acionistas, credores ou alguma outra subclassificação de investidores como leitores de demonstrações contábeis, mas eles parecem não ter feito nenhum esforço especial para mostrar a relação entre a contabilidade e os problemas enfrentados pelos investidores. Em vez disso, eles assumiram que há uma relação sem se preocuparem em analisar os problemas dos investidores, a fim de especificar exatamente quais informações podem ser fornecidas pelos contadores e também úteis para os investidores.

Escritores anteriores, tais como Paton (1922), Kohler, Paton e Littleton, evidenciados em AAA (1936), Sander, Hatfield e Moore (1938), Paton (1939), Paton e Littleton (1940), Littleton (1953), Moonitz (1961), Sprouse e Moonitz (1962), sobretudo a maioria daqueles que faziam parte dos comitês da AAA, do CAP e do APB, haviam ignorado a necessidade de declarar objetivos ou, quando identificavam supostos usuários das informações contábeis, não demonstravam de que forma as práticas contábeis recomendadas afetavam as decisões dos usuários, como se a identificação de supostos usuários fosse algo secundário, que normalmente não possui nenhuma importância operacional.

No *paper* de Staubus (1958), ele escreveu uma longa crítica à declaração do AAA (1957). Embora considerasse uma melhoria em relação ao seu predecessor de 1948, segundo ele, “o Comitê não fez uma declaração clara identificando os usuários das demonstrações contábeis corporativas que discutem. Assim, as necessidades dos usuários não foram esclarecidas” (STAUBUS, 1958, p. 15). No ano seguinte, Staubus (1959, p. 4) evidenciou sua visão quanto aos objetivos das demonstrações contábeis:

O objetivo central das demonstrações financeiras publicadas é a apresentação de informações que serão úteis na tomada de decisões de investimento. Uma análise das necessidades informacionais dos investidores sugerirá a importância de prever os fluxos de caixa futuros da empresa.

Staubus (1959) destaca os investidores como os usuários principais. Em sua concepção, o grupo de investidores inclui os proprietários, propriamente ditos sócios, acionistas ordinários ou preferenciais, e credores, além daqueles que emprestam sob diversos acordos contratuais, tais como debêntures, títulos de renda, títulos hipotecários, notas hipotecárias e acordos de crédito orais ou implícitos.

Na concepção de Staubus (1959), alguns usuários possuem necessidades de informações comuns, e mesmo os fornecedores, os empregados e o governo, por exemplo, possuem algumas necessidades de informações que lhe são peculiares. Essas informações serão encontradas nos relatórios preparados para os investidores. Em outras palavras, atender aos interesses dos fornecedores de capitais, sejam investidores ou credores, de alguma forma, possibilitaria a produção de informações importantes para a maioria dos diversos tipos de usuários.

No livro de 1961, Staubus declarou o objetivo genérico da utilidade de decisão como sendo “[...] fornecer informações que possam auxiliar na tomada de decisões econômicas” (STAUBUS, 1961, p. 11) e, apresentou a composição do grupo de investidores, incluindo “os proprietários, sejam eles proprietários, sócios, acionistas ordinários ou preferenciais e credores, incluindo aqueles que emprestam sob diversos acordos contratuais, como títulos, notas de hipoteca, notas promissórias não garantidas e acordos de crédito implícitos” (STAUBUS, 1961, p. 11).

Considerando que a *decision usefulness theory of accounting* foi incorporada no ASOBAT e no *Trueblood Report*, Staubus (2003) destacou que George H. Sorter, da Universidade de Chicago, membro influente dos grupos de pesquisa que elaboraram ambos os documentos, havia lido as suas pesquisas, e, portanto, foi o responsável pela incorporação *decision usefulness theory of accounting* ao ASOBAT e ao *Trueblood Report*.

O membro do comitê mais certamente familiarizado com a *decision-usefulness theory* foi George Sorter, que revisou a *A Theory of Accounting to Investors* para a *The Accounting Review* e que, como estudante de doutorado em Chicago sob o meu presidente (Vatter), pode ter lido a minha Tese. De fato, sua própria dissertação e seu interesse na classificação de eventos contábeis parecem ter sido influenciados por minha classificação

detalhada de eventos contábeis no Capítulo IV de minha Tese de 1954 e de *A Theory of Accounting to Investor* (STAUBUS, 2003, p. 165).

Em resumo, as publicações de Staubus (1954, 1958, 1959, 1963) resultariam em uma nova direção para os objetivos das demonstrações contábeis. A ênfase da contabilidade seria nos objetivos, sobretudo nos usuários da informação. Os preparadores deveriam ter em mente para quem estariam propondo fornecer informações e quais suas necessidades.

Essa nova abordagem, *decision usefulness*, passou a destacar os principais grupos de usuários, investidores e credores, uma vez que, não podendo elaborar demonstrações contábeis para todos, a informação financeira se tornaria mais útil, alcançando a maioria deles. Atendendo aos interesses dos investidores e credores, possivelmente englobaria as necessidades da maioria dos usuários.

2.2.2 Desenvolvimento da Teoria da Contabilidade na Grã-Bretanha

Os primeiros pensadores britânicos da contabilidade, quase sem exceção, eram os profissionais contábeis. Alguns ocupavam cargos acadêmicos, no entanto, haviam poucas oportunidades nessa direção devido ao lento desenvolvimento da contabilidade como disciplina universitária na Grã-Bretanha, até mesmo depois da Primeira Guerra Mundial. Na verdade, somente na década de 1970 que os cursos de contabilidade nas universidades decolaram. Aqueles que ocupavam cargos de ensino — como Dicksee na Universidade de Birmingham e na *London School of Economics* (LSE), Lisle em Heriot-Watt College, em Edimburgo, e de Paula na LSE — normalmente atuavam também na prática. Talvez a proximidade com a prática tenha feito com que os escritores se concentrassem em como o modelo dos relatórios financeiros baseados nos custos históricos existentes poderiam ser melhorados (JONES, 2015). O Quadro 2, a seguir, evidencia o panorama desse desenvolvimento ao longo dos anos.

Os escritores britânicos, até a década de 1930, não eram pensadores radicais nos moldes de Theodore Limperg (Países Baixos), Kenneth MacNeal (EUA), Martti Saario (Finlândia), Eugen Schmalenbach (Alemanha) ou Gino Zappa (Itália). Enquanto eles abordavam questões teóricas, os escritores britânicos possuíam um ponto de vista predominantemente prático (JONES, 2015). Segundo Whittington (1986), Cooper, Cutforth, de Paula, Dickinson, Dicksee, Guthrie, Garnsey e Pixley

foram os primeiros a adotarem uma abordagem empírica indutiva (apud JONES, 2015) para desenvolver as suas ideias sobre a forma como a contabilidade deveria ser feita.

Os pensadores britânicos observaram e analisaram a prática dos relatórios financeiros a fim de identificar os melhores métodos e, tendo feito isto, recomendar a sua adoção generalizada. Em essência, os seus objetivos eram justificar, racionalizar e melhorar as práticas de comunicação da informação. Uma vez que trabalhavam como contadores práticos, esses pensadores, naturalmente, tinham uma grande quantidade de conhecimentos e experiência prática à qual recorrer. No entanto, havia o risco de que o seu pensamento fosse restringido a uma estreita associação com o que já estava sendo feito (JONES, 2015).

Quadro 2 – Principais eventos e contribuições relativos à Teoria da Contabilidade na Grã-Bretanha.

| # | Eventos e Publicações | Ano | Descrição |
|---|--|----------------|---|
| 1 | | Antes de 1930 | Os contadores eram predominantemente práticos e utilizavam uma abordagem empírica indutiva. |
| 2 | Início da pesquisa contábil | Década de 1930 | Surgimento do interesse em pesquisas em contabilidade e desenvolvimento de princípios contábeis. |
| 3 | Publicação de Princípios Contábeis | Década de 1940 | O ICAEW iniciou a emissão de recomendações sobre princípios contábeis. |
| 4 | Publicação do primeiro livro titulado "Teoria da Contabilidade" | 1946 | Harry Norris publicou o primeiro livro britânico com o termo "Teoria da Contabilidade" em seu título. |
| 5 | Expansão dos investimentos e a busca por comparabilidade da informação | Década de 1950 | Crescimento do comércio e dos investimentos estrangeiros e expansão das empresas para além das fronteiras (aquisições, fusões e aquisições internacionais), impulsionando a busca por melhor qualidade da informação. |
| 6 | Criação do AISG | 1966 | Henry A. Benson convenceu o AICPA, o ICAS e o ICAEW a formar o AISG. |
| 7 | A introdução das ideias anglo-saxônicas na contabilidade | 1973 | A Grã-Bretanha e a Irlanda introduziram ideias anglo-saxônicas nos relatórios financeiros, sobretudo por meio das diretivas. |
| 8 | Criação do IASC | 1973 | Por iniciativa de Henry A. Benson, o AISG propôs e, então, foi criado o IASC. |

Fonte: Do autor.

Na Grã-Bretanha (ênfase na Inglaterra, País de Gales e Escócia), a profissão contábil foi organizada em três entidades, a saber:

- 1) A maior delas, o Institute of Chartered Accountants in England and Wales (Instituto Inglês), fundado em 1880;
- 2) O Institute of Chartered Accountants of Scotland (Instituto Escocês), fundado em 1854 sob o nome de sociedade de Edimburgo; e
- 3) A Association of Certified Accountants, fundada em 1904 como Associação de Contadores de Londres (ZEFF, 1971).

O interesse institucional em pesquisa contábil e o desenvolvimento de Princípios Contábeis foi evidenciado em meados da década de 1930. O Instituto Inglês tornou-se envolvido no estabelecimento de Princípios Contábeis mais pela evolução do que pela deliberação política (ZEFF, 1971).

Enquanto nos EUA esperava-se que a SEC fosse dar atenção para a elaboração dos boletins do CAP e garantisse o seu cumprimento, no Reino Unido não havia departamento governamental ou outra entidade para assegurar o cumprimento das recomendações das entidades contábeis (ZEFF, 2014).

Entre 1942 e 1969, o Conselho do ICAEW emitiu 29 recomendações sobre os Princípios Contábeis. As mais controversas das recomendações foram a N12 e N15, que trataram da contabilização dos efeitos da inflação, sobre as quais houve divergências de opiniões nas discussões relativas ao tópico abordado entre os membros do ICAEW, bem como em outros órgãos da contabilidade (ZEFF, 1971, 2014).

O primeiro livro britânico de Teoria da Contabilidade é de autoria do contador prático Harry Norris e foi publicado quando ele trabalhava para a Deloitte (JONES, 2015). Norris começou com a seguinte observação encorajadora: é possível derivar os princípios por um processo de raciocínio mais ou menos abstrato e, depois, comparar o uso existente na contabilidade com o modelo teórico (NORRIS, 1946). O conteúdo do texto Norris (1946), porém, focava principalmente na melhoria da coerência dos relatórios financeiros em conformidade com o modelo do custo histórico. Norris foi fortemente influenciado pela monografia de Paton e Littleton, *An Introduction to Accounting Standards Corporativos* (1940), que tem sido descrita por Zeff (1999) como uma explicação elegante e uma racionalização do modelo de contabilidade do custo histórico.

A década de 1950 iniciou um período de rápido crescimento do comércio internacional e do investimento direto estrangeiro, e as empresas começaram a expandir seu alcance além de suas fronteiras (CAMFFERMAN; ZEFF, 2006). Os anos 1960 foram marcados por fusões e aquisições internacionais frequentes, especialmente referentes a corporações americanas assumindo empresas europeias e reimplantando suas operações de produção, bem como a sua equipe de gestão internacional (ZEFF, 2012).

Henry A. Benson, sócio sênior da empresa britânica Cooper Brothers & Co., que mais tarde tornou-se Coopers & Lybrand e, hoje, faz parte da PricewaterhouseCoopers, e presidente do Institute of Chartered Accountants na Inglaterra e no País de Gales de 1966 a 1967 (ICAEW) liderou um movimento para atacar o problema de diversas práticas contábeis. Em 1966, ele convenceu o AICPA, o Canadian Institute of Chartered Accountants (CICA), o Institute of Chartered Accountants of Scotland (ICAS) e o Institute of Chartered Accountants na Irlanda a se juntarem ao ICAEW e formar o Accountants International Study Group (AISG), um Grupo de Estudo Internacional de Contadores (CAMFFERMAN; ZEFF, 2006).

O AISG emitiu uma série de folhetos que, entre outras coisas, comparavam as abordagens de contabilidade e auditoria nos EUA, Canadá e Reino Unido. Benson esperava que uma comparação da abordagem da auditoria nos três países deveria convencer a profissão contábil no Reino Unido a exigir a presença do auditor no momento da realização dos inventários relativos às contas contábeis, (CAMFFERMAN; ZEFF, 2006). Os folhetos do AISG destacaram a diversidade de práticas entre os três países e, portanto, a não-comparabilidade das demonstrações contábeis entre fronteiras (ZEFF, 2012).

A Alemanha Ocidental e a França exerceram forte influência na contabilidade na UE⁶ em seus primeiros anos. A entrada da Grã-Bretanha e da Irlanda em 1973 introduziu as ideias anglo-saxônicas de relatórios financeiros. A UE tentou

⁶ Em 1 de janeiro de 1958, seguindo o Tratado de Roma, de 1957, foi estabelecida a Comunidade Econômica Europeia (CEE), sendo os seis membros fundadores: França, República Federativa da Alemanha, Itália e três países Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo). No decorrer do tempo, juntaram-se a eles: em 1973, Reino Unido, Irlanda e Dinamarca; em 1981, Grécia; em 1986, Portugal e Espanha; em 1995, Áustria, Finlândia e Suécia; em 2004, Chipre, República Checa, Estônia, Hungria, Látvia, Lituânia, Malta, Polônia, Eslováquia e Eslovênia; e, em 2007, Bulgária e Romênia. O tratado objetivava, dentre outros aspectos, o estabelecimento do movimento livre de pessoas, bens e serviços e capital, o que requer a eliminação do imposto aduaneiro, a imposição de tarifas comuns para países terceiros e o estabelecimento de procedimentos para permitir a coordenação de políticas econômicas (NOBES; PARKER, 2010).

harmonizar o direito das sociedades e serviços financeiros por meio de dois instrumentos principais: diretivas, que deveriam ser incorporadas numa das leis dos Estados membros, e regulamentos, que se tornariam lei em toda a UE sem a necessidade de passar por legislaturas nacionais (NOBES; PARKER, 2010).

A quarta diretiva, uma das principais, estabelecia as diretrizes de: a) Presunção de que a sociedade continuaria suas atividades; b) Não alteração dos critérios de avaliação de um exercício para o outro; c) Prudência; d) Competência; e) Avaliação distinta de elementos de ativos e passivos; e, f) Identidade entre balanço de encerramento e balanço de abertura em relação a exercícios consecutivos. Ainda consagrava os seguintes princípios:

- I. Imagem fiel do patrimônio;
- II. Continuidade;
- III. Materialidade ou importância relativa;
- IV. Não compensação; e
- V. Preço de aquisição (RODRIGUES JUNIOR et al., 1999).

Em 1973, novamente por iniciativa de Benson, já consolidado o AISG, formado pelo ICAEW, CICA e ICAS, após correspondências e reuniões com os líderes dos órgãos de contabilidade de todo o mundo, foi fundado o *International Accounting Standards Committee* (IASC). Sua motivação era promover a harmonização internacional das normas contábeis para diminuir as diferenças de práticas contábeis entre os países (ZEFF, 2012).

Conforme foi destacado, em 1989, o IASB emitiu a primeira Estrutura Conceitual em nível internacional. No contexto previamente referido, o IASB sofreu influência de diversas partes, sobretudo do normatizador dos EUA, o FASB, por meio do quadro conceitual, resultante da busca por Princípios Contábeis nos EUA, e dos pensadores contábeis do Reino Unido.

2.3 DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA CONCENTUAL DO *INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD*

A EC para Relatórios Financeiros (Estrutura Conceitual) estabelece os conceitos que fundamentam a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. A visão preliminar do IASB é que a Estrutura Conceitual objetiva, entre

outros aspectos, auxiliar o IASB através da identificação de conceitos que serão utilizados de forma consistente no desenvolvimento e revisão de IFRSs (IASB, 2013).

No início da década de 1980, o FASB já havia emitido parte do seu quadro conceitual, isto é, o FASB havia emitido a SFAC 1, sobre o objetivo dos relatórios financeiros, a SFAC 2 sobre as características qualitativas e, a SFAC 3 sobre os elementos das demonstrações contábeis. Segundo Camfferman e Zeff (2006), no início dos anos 80 não havia nenhum esforço do IASC para desenvolver uma EC. No entanto, o IASC tentou definir conceitos abrangentes que poderiam ser usados em vários padrões. Esses conceitos foram incorporados em três padrões publicados em 1982: a) IAS 16 - *Accounting for Property, Plant and Equipment*; b) IAS 17 - *Accounting for Leases*; e, c) IAS 18 - *Revenue Recognition* (CAMFFERMAN; ZEFF, 2006).

Segundo Camfferman e Zeff (2006), a demanda por padrões internacionais de contabilidade cresceu tendo em vista que a internacionalização dos mercados de capitais estava se acelerando. A partir de 1982 o IASC iniciou um processo de revisão dos seus padrões e iniciou um projeto para desenvolver uma EC com a finalidade de guiar o seu trabalho de definição de padrões. No entanto, nem todos os países membros do IASC apoiaram essa iniciativa e até 1987 o IASC teve pouco impacto na prática contábil uma vez que ainda não era um órgão amplamente conhecido fora da profissão contábil (CAMFFERMAN; ZEFF, 2006).

Camfferman e Zeff (2006) destacaram que em 1987 o IASC recebeu o apoio da IOSCO, a qual estava emergindo como uma força no mundo dos reguladores do mercado de capitais. Caso o IASC melhorasse a qualidade dos seus padrões, os órgãos membros da IOSCO considerariam endossar os padrões do IASC como base para a emissão dos relatórios financeiros das empresas estrangeiras listadas nas bolsas de valores em suas jurisdições. Considerando a necessidade de melhorar a qualidade dos seus padrões, em 1987 o IASC decidiu avançar em direção a conclusão de sua EC com o objetivo de dar sustentação ao desenvolvimento dos seus padrões (CAMFFERMAN; ZEFF, 2006).

O advento da EC se deu em virtude da necessidade do IASC de reduzir as diferenças nos padrões contábeis entre os países, buscando harmonizar os regulamentos, as normas contábeis e os procedimentos relativos à elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Essas diferenças provavelmente foram

causadas por uma variedade de circunstâncias sociais, econômicas e legais em diferentes países devido às necessidades de diferentes usuários de demonstrações contábeis (IASB, 1989).

A primeira EC, emitida em nível internacional, foi concebida para estabelecer os conceitos que estão subjacentes à elaboração e à apresentação de demonstrações contábeis para usuários externos com o objetivo de auxiliar o IASB no desenvolvimento e revisão de Normas de Contabilidade; na promoção da harmonização de regulamentos e Normas de Contabilidade; e, auxiliar outras partes, como normatizadores nacionais, preparadores, auditores e usuários, respectivamente, no desenvolvimento de Normas nacionais, na aplicação das Normas, na formação de opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com as Normas e na interpretação das informações contidas nas demonstrações contábeis (IASB, 1989).

A EC (1989) lidou com o objetivo das demonstrações contábeis, as características qualitativas que determinam a utilidade da informação nas demonstrações contábeis, a definição, o reconhecimento e a mensuração dos elementos através dos quais as demonstrações contábeis são construídas, e com conceitos de capital e manutenção de capital.

Na década de 2000, as ECs existentes, emitidas pelos *Boards*, em especial o IASB e o FASB, diferiam em seu *status* de autoridade. Para as entidades que elaboram demonstrações contábeis de acordo com as IFRS, era expressamente exigido que a administração considerasse a EC do IASB para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis se nenhum padrão ou interpretação se aplicasse especificamente ou tratasse de uma questão semelhante e relacionada. (IASB, 2006).

Em 2004, o IASB e o FASB iniciaram um projeto conjunto para revisar suas estruturas conceituais tendo por objetivo comum o embasamento em princípios consistentes claros de seus padrões. Para serem consistentes, os princípios deveriam estar enraizados em conceitos fundamentais, em vez de serem uma coleção de convenções. Para que o conjunto de normas como um todo resultasse em relatórios financeiros coerentes, os conceitos fundamentais precisariam constituir uma estrutura sólida, abrangente e internamente consistente (IASB, 2013).

Para fornecer a melhor base para o desenvolvimento de padrões baseados em princípios e convergentes, os *Boards* realizaram um projeto conjunto para desenvolver uma estrutura conceitual comum e melhorada. Os objetivos do projeto incluíam atualizar e refinar os conceitos existentes para refletir as mudanças nos mercados, nas práticas de negócios e no ambiente econômico nas duas ou mais décadas desde que os conceitos foram desenvolvidos. O IASB e o FASB também pretendiam melhorar algumas partes das estruturas existentes, como o reconhecimento e a mensuração, bem como preencher algumas lacunas nas ECs (IASB, 2006).

Em 2010, o IASB e o FASB emitiram dois capítulos de uma estrutura conceitual revisada: o capítulo 1, intitulado “O objetivo de relatórios contábeis de uso geral”, e o capítulo 3, intitulado “Características qualitativas das informações financeiras úteis”. Estes capítulos entraram em vigor logo que foram publicados e fazem parte da EC 2010. Além de finalizar tais capítulos, o IASB e o FASB também publicaram um documento de discussão e um projeto de exposição sobre o conceito de uma entidade que relata, abordaram as definições dos elementos das demonstrações contábeis, e discutiram e realizaram reuniões públicas, mesas redondas, sobre conceitos de mensuração (IASB, 2013).

A EC (2010) inclui, portanto, os dois primeiros capítulos publicados pelo IASB e pelo FASB como resultado de sua primeira fase do projeto de EC, o capítulo 1 e o capítulo 3. O capítulo 2 trata do conceito de entidade que relata, não elaborado na EC de 2010, para o qual foi publicada uma minuta de exposição em março de 2010, com um período de comentários que terminou em 16 de julho daquele mesmo ano. Além disso, o capítulo 4 contém o texto restante da Estrutura (1989).

Em 2010, o IASB e o FASB suspenderam o trabalho conjunto na EC, a fim de se concentrar em outros projetos em suas agendas. Se, por um lado, em 2011, o IASB realizou uma consulta pública sobre a sua agenda e identificou a EC como projeto prioritário (IASB, 2013), por outro, o FASB priorizou outros projetos em detrimento da EC.

Para o IASB, embora a EC 2010 tenha ajudado no desenvolvimento das IFRS, algumas questões foram fundamentais para a priorização do projeto de revisão, tais como: a) algumas áreas importantes não foram cobertas, b) a orientação, em algumas áreas, não ficou clara, e c) alguns aspectos da Estrutura Conceitual existente estavam desatualizados (IASB, 2015a).

Consequentemente, em 2012 o IASB reiniciou seu projeto sem a participação do FASB. No desenvolvimento da EC 2018, o IASB focou: a) nos elementos das demonstrações contábeis (incluindo a divisão entre passivo e patrimônio líquido), b) no reconhecimento e desreconhecimento; c) nas mensurações; d) na apresentação e divulgação (incluindo a questão do que deveria ser apresentado em outros resultados abrangentes (OCI)); e e) na entidade que relata (IASB, 2013).

Em linhas gerais, a EC (2018) objetivou fornecer um conjunto de conceitos mais completo, claro e atualizado, abordando as áreas que não eram cobertas ou não eram abordadas com detalhes suficientes na EC (2010), como a mensuração, o desempenho financeiro (incluindo o uso de outros resultados abrangentes), a apresentação e a divulgação, o desreconhecimento, e a entidade que relata.

Nesse contexto, para as discussões relativas a EC, foram utilizadas as publicações de 1989, 2010 e 2018 conforme o Quadro 3, tendo como sustentáculo suas publicações de estudos prévios, isto é, *Discussion papers*, *Exposure drafts* e *Basis for conclusion*. A utilização dessas publicações é relevante devido às discussões e explicações referentes à EC serem nelas evidenciadas, como acontece, por exemplo em: *Exposure Draft ED/2010/2, Conceptual Framework for Financial Reporting – The Reporting Entity*; *Discussion Paper DP/2013/1, Conceptual Framework for Financial Reporting*; *Exposure Draft ED/2015/3, Conceptual Framework for Financial Reporting*; *Basis for Conclusion ED/2015/3, Conceptual Framework for Financial Reporting*.

2.4 PESQUISAS ANTERIORES E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

No que diz respeito aos trabalhos empíricos sobre a EC, verificou-se uma concentração na EC do FASB (GORE, 1989; HINES, 1991; NUSSBAUMER, 1992; BENCE, 1996; ZEFF, 1999; WHITTINGTON, 2008) e nas produções prévias concernentes à revisão da EC, i.e., *Discussion paper 2013/1* e *Comment letters* (BREAHNĂ-PRAVĂŢ, 2013; MURPHY; O'CONNELL; ÓHÓGARTAIGH, 2013; EWELT-KNAUER, 2014; BURCA; MATES; PUSCAS, 2015; GORDON et al., 2015; MALA; CHAND, 2015; NICOLAESCU; RISTI; TĂGĂDUAN, 2015; RODRIGUES et al., 2016), conforme evidenciado no Quadro 3, a seguir.

Pode-se observar que certa parte das pesquisas que testaram a relevância da Estrutura Conceitual abordou a EC do FASB. Em contrapartida, as pesquisas que deram enfoque na EC do IASB trataram da EC 1989 e das produções prévias relativas à EC como *Discussion papers* e *Comment letters*. Isso pode ser explicado pela emissão recente da EC 2018. Por sua vez, as discussões referentes às produções prévias, bem como as críticas em relação à EC do FASB, ratificaram a importância da EC do IASB e as discussões concernentes às possíveis implicações da teoria da contabilidade e do contexto socioeconômico e político naquela obra.

Quadro 3 – Pesquisas anteriores (continua).

| Pesquisa | Objetivo/Resultado |
|--|---|
| Gore (1989) | Analisou os vários aspectos relativos às origens, ao desenvolvimento e ao legado do projeto de EC do FASB. O resultado evidenciou que a EC do FASB exerceu grande influência em outras ECs desenvolvidas na época, o que, de fato, aconteceu inclusive com a EC do IASB e, portanto, sugeriu que se deveria tomar nota da experiência dos Estados Unidos. |
| Hines (1991) | Destacou as falhas funcionais da EC do FASB. Os resultados mostram que a razão para os problemas encontrados pelo FASB em seu projeto da EC, e aquelas encontradas em outros projetos de EC, é que ela é elaborada em torno de uma concepção altamente problemática da relação entre a contabilidade financeira e a realidade econômica. |
| Nussbaumer (1992) | Apresenta um ponto de vista crítico em relação à EC do FASB, sobretudo considerando que os custos excederam os benefícios, de modo que ainda não há acordo sobre sua utilidade. Por um lado, o autor reconhece que, em se tratando de questões contábeis específicas, a EC forneceu alguns dos benefícios prometidos e tem sido bem-sucedida em algumas áreas. Por outro lado, o autor enfatiza que esses sucessos têm sido limitados a questões que não eram controversas e nem evidentes nas questões mais complexas que devem ser abordadas pelo FASB. |
| Bence (1996) | Teve por meta identificar e analisar os objetivos e as necessidades de informação dos participantes do processo de informação financeira e, portanto, iluminar as discussões sobre ECs. O resultado demonstra que as ECs não conseguem identificar explicitamente os objetivos e os conflitos entre os participantes e são, portanto, deficientes em explicar os relatórios financeiros. |
| Zeff (1999) | Evidencia a história da Estrutura Conceitual nos EUA tendo, como ponto de partida, a década de 1920 e culminando na emissão das Conceptual Statements do FASB (SFACs). O autor destaca as principais produções emitidas nesse período e as suas contribuições e críticas recebidas, bem como a participação das entidades de classe e dos principais pesquisadores no transcorrer dos anos. |
| Whittington (2008) | Analisa diversas questões polêmicas decorrentes do projeto da EC conjunta do IASB e do FASB. Ele discute suas possíveis implicações para a mensuração, em particular para o uso do Valor Justo como base de mensuração preferida. O Valor Justo assume que os mercados são relativamente perfeitos e completos e que, em tal contexto, os relatórios financeiros devem atender às necessidades dos investidores e credores, relatando valores de mercado derivados de preços correntes. |
| Murphy, O'Connell e Óhógartaigh (2013) | Tem por objetivo discutir duas das principais questões abordadas no capítulo 1 da EC 2010, elaborada em conjunto pelo IASB e pelo FASB: a administração e a definição dos grupos de usuários primários das demonstrações contábeis. Os autores destacam o papel da responsabilidade da gestão na evolução da EC desde a antiguidade até os dias atuais. |
| Breahnă-Pravăț (2013) | Discute os principais pontos da EC conjunta emitida em 2010 pelo FASB e pelo IASB. Inicialmente, destaca a origem da EC 1989 no quadro conceitual do FASB e, posteriormente, aborda a mudança de foco nos grupos de usuários para os investidores e credores. |

Quadro 3 – Pesquisas anteriores (conclusão).

| Pesquisa | Objetivo/Resultado |
|-------------------------------------|---|
| Ewelt-Knauer (2014) | Mostrou que a IFRS 10 pode não resolver completamente o problema <i>off-balance-sheet</i> e que as demonstrações contábeis consolidadas podem não fornecer informações úteis sobre a situação financeira da entidade que reporta com relação à EC. |
| Mala e Chand (2015) | Analisaram a proposta de revisão da EC, sobretudo o <i>Discussion Paper</i> 2013/1 e criticaram a Fase inicial do projeto EC revisada. Em particular, identificam as principais preocupações levantadas no DP e no ED relativas ao papel da administração como objetivo do relatório financeiro, à gama de possíveis usuários dos relatórios financeiros, às características qualitativas da informação contábil e à extensão para as quais essas preocupações foram abordadas na EC revisada. |
| Nicolaescu, Risti e Tăgăduan (2015) | Teve como objetivo apresentar problemas reais relativos à informação contábil sob o aumento do uso de práticas contábeis criativas. Para este fim, os autores apresentaram a EC da Romênia e suas limitações ao usar a contabilidade criativa, e o papel das políticas e princípios contábeis na obtenção de informações contábeis relevantes. |
| Gordon et al. (2015) | fornecem comentários e uma revisão da pesquisa por um comitê <i>ad hoc</i> da International Association for Accounting Education and Research (IAAER) quanto ao DP 2013/1. Os comentários se concentram em quatro áreas principais sobre as quais a pesquisa acadêmica anterior pode informar os normatizadores na sua consideração da EC revisada: 1) reconhecimento e desreconhecimento; 2) mensuração; 3) apresentação e divulgação; e 4) outros resultados abrangentes. A revisão da literatura encontra suporte para a visão preliminar do IASB, de que todos os ativos e passivos devem ser reconhecidos se atenderem à definição de ativo e passivo. |
| Burca, Mates e Puscas (2015) | O estudo foi elaborado com o objetivo de fornecer algumas orientações que serão consideradas no <i>Exposure draft</i> da EC, analisando também as cartas de comentários enviados pelos membros da ASAF e das Big4. O estudo revela a importância crescente que os preparadores e usuários dão às divulgações incluídas nas notas às demonstrações contábeis primárias. Além disso, são destacados vários desafios que o IASB deve enfrentar ao emitir a minuta de exposição para este importante projeto. Alguns dos principais desafios referem-se ao escopo restrito das demonstrações contábeis, aos critérios utilizados na classificação, agregação e compensação, ou ao uso do conceito de materialidade. |
| Rodrigues et al. (2016) | Evidenciou a eventual existência de associação entre os valores culturais propostos por Gray (1988) e as características qualitativas dos relatórios financeiros propostas na EC 2010. Os resultados sugerem que o conservadorismo esteja negativamente associado à relevância da informação financeira. Ademais, avaliar o impacto da cultura no processo de convergência internacional, bem como dos elementos que se encontram associados a essa problemática, constitui um dos contributos científicos da investigação dos autores. |

Fonte: Do autor.

Seguindo as pesquisas prévias sobre a revisão da EC, sobretudo em relação ao *Discussion paper 2013/1* e posteriores *Comment letters* (RODRIGUES et al., 2016; BURCA; MATES; PUSCAS, 2015; GORDON et al., 2015; MALA; CHAND, 2015; NICOLAESCU; RISTI; TĂGĂDUAN, 2015; EWELT-KNAUER, 2014; BREAHNĂ-PRAVĂȚ, 2013; MURPHY; O'CONNELL; ÓHÓGARTAIGH, 2013), esta pesquisa adiciona ao corpo de literatura já existente uma perspectiva que procura evidenciar as origens dos elementos contidos na EC, a evolução desses elementos, e como influenciou a EC.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPOLOGIAS DA PESQUISA

Esta pesquisa é caracterizada como histórica (bibliográfica e interpretativa), com abordagem qualitativa. Alguns pesquisadores (ZEFF, 1972; COOPER; SHERER, 1984; FUNNELL, 1996) enfatizam que uma forte dependência de uma abordagem histórica para o estudo da contabilidade é necessária para entender as mudanças ocorridas na prática contábil.

Foi utilizado como recurso, dados históricos primários na forma de publicações como Paton (1922), *American Accounting Association (AAA)* (1936), Sanders, Hatfield e Moore (1938), Paton e Littleton (1940) e Sprouse e Moonitz (1962), dentre outras, para descobrir o que aconteceu no passado e revelar razões para o porquê e como as coisas aconteceram (WALLIMAN, 2001).

Esta pesquisa é caracterizada como pertencente à nova história da contabilidade, uma vez que fornece a base para expor a relação reflexiva entre contabilidade e o sistema socioeconômico e político em que está incorporada e, assim, demonstrar que não só os homens fazem história, mas a história também faz os homens e modifica seu destino (FUNNELL, 1996; LOFT, 1986). A nova história da contabilidade aumenta a proeminência de estruturas interpretativas que devem mais à teoria social, cuja relevância foi anteriormente minimizada, do que à economia (FUNNELL, 1996). Como destaca Carnegie e Napier (1996, p. 7), “a contabilidade deve ser entendida no contexto em que opera, como fenômeno local em espaço e tempo”, de modo que enfatiza a importância de perceber a contabilidade como uma prática social.

3.2 FONTES E MÉTODOS DE TRABALHO

Para as finalidades das diversas análises, estudou-se tanto a história da Teoria da Contabilidade nos EUA como o contexto econômico, social e político em torno dessa história. Considerando que as fontes primárias (monografias, teses e artigos contemporâneos) foram utilizadas para descrever a história da Teoria da Contabilidade (PATON, 1922; AAA, 1936, 1941, 1948, 1966; SANDERS; HATFIELD; MOORE, 1938; PATON; LITTLETON, 1940; LITTLETON, 1953; STAUBUS, 1958,

1959; MOONITZ, 1961; STAUBUS, 1961; SPROUSE; MOONITZ, 1962; AICPA, 1970, 1973), uma análise da literatura existente foi a base para o exame das ideias políticas, econômicas e sociais com as quais demonstra-se que a Teoria da Contabilidade está vinculada.

As obras selecionadas são de autores fundamentais para a Teoria da Contabilidade – recorrentes e que são promotores altamente ativos da Teoria da Contabilidade, ou frequentemente citados – e, significantes em termos de tamanho. Portanto, este trabalho baseia-se, no que tange a escolha das obras primárias, em Hendriksen e Van Breda (1999), Jones (2015), e, Zeff (1966, 1972, 1999, 2007, 2016) e confirmadas em Chatfield e Vangermeersch (1996). Os parâmetros determinados para esta tese são apresentados no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Parâmetros para a seleção das obras primárias.

| Principal Fonte Estudada | Parâmetro Linguístico | Parâmetro Cronológico | Parâmetro Temático |
|---|------------------------------|------------------------------|---|
| Artigos Livros Monografias Teses | Português Inglês | A partir da década de 1920 | Teoria da Contabilidade Objetivos dos Relatórios Financeiros Usuários dos Relatórios Financeiros Características Qualitativas Elementos das Demonstrações Contábeis Mensuração Reconhecimento |

Fonte: Adaptado de Lima e Miotto (2007).

A escolha das obras primárias se deu em quatro etapas, quais sejam:

- 1) Levantamento das obras relevantes;
- 2) Separação das obras relativas a Teoria da Contabilidade;
- 3) Disponibilidade da obra; e
- 4) Adequação ao assunto da tese.

Na primeira etapa foi realizado o inventário das principais obras primárias relativas ao desenvolvimento da contabilidade nos EUA a partir da década de 1920, com base na leitura prévia de Hendriksen e Van Breda (1999), Jones (2015), e, Zeff (1666, 1972, 1999, 2007, 2016) e confirmadas em Chatfield e Vangermeersch (1996), resultando em 34 obras primárias para prévia análise, conforme Apêndice A.

Na segunda etapa foram selecionadas, considerando o viés do pesquisador, as obras primárias consideradas com pertencentes a Teoria da Contabilidade. Desta forma, foram excluídas nove obras classificadas como manuais de prática contábil e coleção de *papers*, resultando em 25 obras para a terceira etapa.

Na terceira etapa foram adquiridas as obras disponíveis na AAA e no AICPA. Para a obtenção das obras sob a tutela da AAA, foi realizado contato por email, com a posterior aquisição daquelas que estavam disponíveis em formato digital ou impresso. Da mesma maneira, o contato com o AICPA se deu através de email, com a disponibilização das obras em meio digital, no sitio eletrônico da biblioteca do AICPA ou envio por email daquelas que não estavam disponíveis no sitio eletrônico. Um total de seis obras não estavam disponíveis para aquisição de modo que, ao final da terceira etapa resultaram 19 obras primárias. Em relação aos dois artigos evidenciados no Quadro 8, foram obtidos no portal CAPES.

Na quarta etapa, de posse das 19 obras primárias, se procedeu a análise do conteúdo das obras primárias. Nesta etapa foi excluída uma obra, a qual não destacava o objeto de estudo desta pesquisa, isto é, o objetivo dos relatórios financeiros, as características qualitativas, os elementos das demonstrações financeiras, as bases de mensuração e os critérios de reconhecimento.

Por fim, foram reunidas 18 produções, publicadas a partir de 1920. Elas consistem em publicações acadêmicas, geralmente sob a tutela da AAA e do AICPA, que acompanham o desenvolvimento da Teoria da Contabilidade nos EUA (teses, dissertações, artigos e livros), que abordam: a) o objetivo dos relatórios financeiros de propósito geral; b) as características qualitativas; c) os elementos das demonstrações contábeis e as demonstrações contábeis; e, d) reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação (ver Quadro 5). A partir dessas obras, selecionaram-se extratos com um olhar mais geral sobre o desenvolvimento da Teoria da Contabilidade, com referência às principais questões políticas, econômicas e sociais debatidas no período relevante.

Os estudos apresentados nos Quadros 5, 6 e 8 mostram a evolução da Teoria da Contabilidade nos EUA, na abordagem dos principais pensadores, a partir da década de 1920.

Quadro 5 – Principais fontes de evidências.

| Aspecto Estudado | Principal Fonte |
|---|---|
| Objetivos dos Relatórios Financeiros de Propósito Geral | Paton (1922), AAA (1936), Sanders, Hatfield e Moore (1938), Paton e Littleton (1940), AAA (1941, 1948), Staubus (1958, 1959, 1961), Moonitz (1961), Sprouse e Moonitz (1962), AAA (1966), AICPA (1970, 1973). |
| Características Qualitativas | Sanders, Hatfield e Moore (1938), Paton e Littleton (1940), AAA (1941), Sprouse e Moonitz (1962), AAA (1966), AICPA (1970, 1973). |
| Elementos das Demonstrações Contábeis e Demonstrações Contábeis | Paton (1922), AIA (1936), Sanders, Hatfield e Moore (1938), Paton e Littleton (1940), AAA (1941, 1948), Sprouse e Moonitz (1962), AICPA (1969, 1973). |
| Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação | AAA (1936), Paton e Littleton (1940), AAA (1941, 1948), Sprouse e Moonitz (1962). |

Fonte: Do autor.

No que tange às características qualitativas, para melhor detalhamento, o Quadro 6 destaca aquelas evidenciadas na Estrutura Conceitual do IASB ao longo dos anos relacionando-as com as produções que as abordam no período de análise.

Quadro 6 – Características qualitativas.

| Caraterística | Principal Fonte |
|-------------------------|---|
| Relevância | AAA (1966), AICPA (1970, 1973). |
| Representação Fidedigna | Não foi citada pelas obras relativas a teoria da contabilidade, tendo sua origem com os normatizadores. |
| Confiabilidade | AICPA (1973). |
| Comparabilidade | AICPA (1970, 1973). |
| Verificabilidade | Paton e Littleton (1940), AAA (1966), AICPA (1970). |
| Tempestividade | AICPA (1970). |
| Compreensibilidade | AICPA (1970, 1973). |

Fonte: Do autor.

A Tabela 1, a seguir, apresenta a distribuição das produções entre os dois períodos (pré e pós *decision-usefulness*), por editores e por tipos de obras. De modo geral, 83% delas, foram publicadas pela AAA e AICPA (abrangendo as entidades vinculadas), e, a maioria foi escrita até a década de 1960. No que tange ao tipo, a maioria das obras se referem a monografias e teses, em detrimento de livros, artigos e outros.

Tabela 1 – Representatividade das produções.

| A – Editores | | |
|---------------------|---|---|
| | Pré <i>decision-usefulness</i> 1922-1965 | Pós <i>decision-usefulness</i> 1954-2018 |
| AAA | 6 | 1 |
| AICPA | 6 | 2 |
| Outros | | 3 |
| Total | 12 | 6 |

| B – Tipos das Obras | | |
|----------------------------|---|---|
| | Pré <i>decision-usefulness</i> 1922-1965 | Pós <i>decision-usefulness</i> 1954-2018 |
| Monografias e Teses | 6 | 3 |
| Livros | 0 | 1 |
| Artigos | 0 | 2 |
| Outros | 6 | 0 |
| Total | 12 | 6 |

Fonte: Do autor.

O Quadro 7, a seguir, destaca as respectivas produções em ordem cronológica, considerando aquelas principais relativas aos autores da época, a partir da década de 1920, com base em Hendriksen e Van Breda (1999), Jones (2015), e, Zeff (1966, 1972, 1999, 2007, 2016) e confirmadas em Chatfield e Vangermeersch (1996), iniciando com Paton (1920) e finalizando com AICPA (1973) - *The Trueblood Report*, bem como a justificativa relativa a importância. Essas produções são consideradas e utilizadas, para efeitos dessa pesquisa, como a Teoria da Contabilidade norte-americana para o período de análise.

Quadro 7 – Lista de produções referentes à Teoria da Contabilidade (continua).

| # | Publicação/Ano/Autor/Editor | Justificativa |
|---|--|---|
| 1 | <i>Accounting Theory</i> , 1922, William Andrew Paton, AAA | A tese de doutorado em 1922 e reimpressa em 1962 pela <i>Scholars Book, Lawrence, Kansas</i> , a qual fez parte do livro <i>Accounting Theory</i> , reconhecida como uma das primeiras grandes contribuições teóricas de <i>William Andrew Paton</i> (SCHMIDT; DOS SANTOS, 2008). |
| 2 | <i>A Tentative Statement of Accounting Principles Affecting Corporate Reports</i> , 1936, AAA | O Comitê Executivo da AAA autorizou a publicação da declaração provisória de princípios contábeis, referente principalmente aos relatórios corporativos. Na presente declaração, o Comitê tentou estabelecer algumas das bases sobre as quais as demonstrações contábeis repousam, mas não tentou estabelecer os postulados de toda a teoria e procedimento contábil (AMERICAN ACCOUNTING ASSOCIATION (AAA), 1936). |
| 3 | <i>Examination of Financial Statement</i> , 1936, AIA | Uma das primeiras publicações abordando o exame contábil do balanço de uma empresa comercial em uma data específica e das contas de lucros e perdas e excedentes para o período em análise e também com a revisão do procedimento contábil com o objetivo de verificar os Princípios Contábeis seguidos e a adequação do sistema de verificação e controle interno (AIA, 1936). |
| 4 | <i>A Statement of Accounting Principles</i> , 1938, Thomas Henry Sanders, Henry Hand Hatfield e Underhill Moore, AIA | Foi uma das principais produções de Henry Hand Hatfield, a qual versava sobre os Princípios Contábeis (SCHMIDT, 2000). Esta obra serviu como uma importante fonte de pesquisa de procedimentos contábeis, bem como uma fonte importante de dados para a pesquisa positiva em contabilidade (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). |
| 5 | <i>An Introduction to Corporate Accounting Standard</i> , 1940, W. A. Paton & A. C. Littleton, AAA | Um dos mais significativos trabalhos surgidos no século XX e que, certamente, influenciou gerações de acadêmicos foi a monografia feita por <i>William Andrew Paton</i> e <i>Ananias Charles Littleton</i> , reimpressa quase anualmente pela AAA, tanto que até 1970 já havia sido publicada catorze vezes (SCHMIDT, 2000). |

Quadro 7 – Lista de produções referentes à Teoria da Contabilidade (continuação).

| # | Publicação/Ano/Autor/Editor | Justificativa |
|----|--|---|
| 6 | <i>Accounting Principles Underlying Corporate Financial Statements, 1941, AAA</i> | O Comitê Executivo da AAA havia publicado, cinco anos antes, uma declaração de princípios contábeis relativos aos relatórios financeiros corporativos. Desde então, numerosas críticas a esse esforço surgiram e outros grupos destacaram a formulação de princípios contábeis. Esse trabalho destaca a expectativa do Comitê no contínuo desenvolvimento ordenado dos princípios contábeis e na capacidade dos contadores em orientar esse desenvolvimento de acordo com seu próprio senso de responsabilidade social (AMERICAN ACCOUNTING ASSOCIATION (AAA), 1941). |
| 7 | <i>Accounting Concepts and Standards Underlying Corporate Financial Statement, 1948, Thomas W. Leland, AAA</i> | A busca por Princípios Contábeis se renovou no pós guerra e a AAA assumiu a liderança publicando sua revisão por meio desta obra no ano de 1948 (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). |
| 8 | <i>Structure of Accounting Theory - Monograph 5, 1953, Ananias C. Littleton, AAA</i> | Segunda obra de maior destaque de Ananias C. Littleton (SCHMIDT, 2000). |
| 9 | <i>Comments on "Accounting and Reporting Standards for Corporate Financial Statements, The Accounting Review, G. J. Staubus, 1958.</i> | A <i>decision-usefulness</i> , foi desenvolvida por George Staubus – professor de contabilidade na Universidade da Califórnia, em Berkeley, em sua tese em 1954, <i>An Accounting Concept of Revenue</i> , na Universidade de Chicago, e, em artigos posteriores da revista <i>The Accounting Review</i> (1958 e 1959), consolidada no livro <i>Theory of Accounting to Investors</i> , em 1961 (ZEFF, 2013; JONES, 2015). |
| 10 | <i>The Residual Equity Point of View in Accounting, The Accounting Review, G. J. Staubus, 1959.</i> | Idem ao item 9. |
| 11 | <i>A Theory of Accounting to Investors. Berkeley: University of California. G. J. Staubus, 1961</i> | Idem ao item 9. |
| 12 | <i>The Basic Postulates of Accounting, 1961, Maurice Moonitz, AICPA</i> | Um dos dois trabalhos que projetaram definitivamente <i>Moonitz</i> no cenário contábil publicados na década de 1960 (SCHMIDT, 2000). |
| 13 | <i>A Tentative Set of Broad Accounting Principles for Business Enterprises - ARS 3, 1962, Robert T. Sprouse e Maurice Moonitz, AICPA</i> | Idem ao item 12. |
| 14 | <i>Inventory of Generally Accepted Accounting Principles for Business Enterprises - ARS 7, 1965, Paul Grady, AICPA</i> | Essa obra representa uma revisão dos Princípios Contábeis existentes na época, bem como um resumo das práticas aceitas (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). |

Quadro 7 – Lista de produções referentes à Teoria da Contabilidade (conclusão).

| # | Publicação/Ano/Autor/Editor | Justificativa |
|----|--|--|
| 15 | <i>A Statement of Basic Accounting Theory</i> – ASOBAT, 1966, AAA | O ASOBAT promoveu a integração da <i>stewardship</i> e da <i>decision usefulness</i> (JONES, 2015). Essa obra foi o primeiro sinal de aceitação dos objetivos da utilidade da decisão em nível intitucional (ZEFF, 1999; ZEFF, 2013), o qual redirecionou atenção longe das inerentes virtudes do modelo de avaliação de ativo em direção à utilidade da decisão das demonstrações contábeis (ZEFF, 1999). O ASOBAT foi o primeiro pronunciamento institucional relativo a Teoria da Contabilidade que destacou a necessidade de atender os interesses dos usuários. Ele insistia na necessidade de que os desejos dos usuários fossem considerados prioritários em detrimento de outras partes (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). |
| 16 | <i>Accounting Principles One</i> – APB 1, 1969, AICPA | Essa obra reúne parte das opiniões e demonstrações da Junta de Princípios Contábeis (APB), dos Boletins de Pesquisa Contábil emitidos pelo seu antecessor, o Comitê de Procedimento Contábil (CAP), dos Boletins de Terminologia Contábil (ATB) emitidos pelo Comitê de Terminologia e Boletins Especiais distribuídos aos membros do AICPA (AICPA, 1969). |
| 17 | <i>Statement of the Accounting Principles Board</i> - APB 4, 1970, AICPA | Parcelas importantes desse documento foram incorporadas ao Referencial Conceitual do FASB. A maior parte do que não foi incorporado explicitamente, como alguns dos aspectos básicos da contabilidade, continua a representar a formulação mais sólida disponível dos Princípios Contábeis geralmente aceitos (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). |
| 18 | <i>The Trueblood Report – Objectives of Financial Statements</i> , 1973, AICPA | Os Objetivos das Demonstrações Contábeis, publicados em outubro de 1973, foi a tentativa institucional americana mais ambiciosa, elaborada e amplamente notada de propor um conjunto de objetivos dos relatórios financeiros (AICPA, 1973; ZEFF, 2013). |

Fonte: Do autor.

As definições elencadas na EC foram analisadas, comparadas e discutidas à luz da Teoria da Contabilidade, com base nas publicações mostradas nos Quadros 7, 8 e 10, para os objetivos dos relatórios financeiros, características qualitativas, demonstrações contábeis, elementos das demonstrações contábeis e reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.

3.3 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida em cinco etapas, conforme apresentado no Quadro 8, a seguir.

Quadro 8 – Etapas do desenvolvimento da pesquisa.

| Etapa da Pesquisa | Descrição |
|--------------------------|--|
| 1 | Levantamento das principais obras primárias da Teoria da Contabilidade a partir da década de 1920 nos EUA. |
| 2 | Identificação dos objetivos dos relatórios financeiros, das características da informação contábil, dos elementos das demonstrações contábeis, das bases de mensuração, dos critérios de reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis evidenciados nas ECs 1989 e 2010. |
| 3 | Identificação dos objetivos dos relatórios financeiros, das características da informação contábil, dos elementos das demonstrações contábeis, das bases de mensuração, dos critérios de reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis evidenciados nas obras primárias da teoria da contabilidade. |
| 4 | Separação das obras primárias relativas a Teoria da Contabilidade que destacam os objetivos dos relatórios financeiros. |
| 5 | Separação das obras primárias relativas a Teoria da Contabilidade que destacam as características qualitativas. |
| 6 | Separação das obras primárias relativas a Teoria da Contabilidade que destacam os elementos das demonstrações contábeis. |
| 7 | Separação das obras primárias relativas a Teoria da Contabilidade que destacam as bases de mensurações, os critérios de reconhecimento e a evidenciação da informação. |
| 8 | Análise dos resultados dos estudos identificados na Etapa 2 a 7. |
| 9 | Discussão dos resultados identificados na Etapa 8. |

Fonte: Do autor.

Para atender a Etapa 8 da pesquisa, a análise dos elementos contidos na EC foi realizada de acordo com as seções da EC (2018) de forma agrupada por semelhança:

- 1) Objetivos dos Relatórios Financeiros de Propósito Geral;
- 2) As Características Qualitativas da Informação Financeira Útil;
- 3) Demonstrações Contábeis e os Elementos das Demonstrações Contábeis; e
- 4) Reconhecimento e Mensuração.

Os elementos contidos em cada uma das seções foram analisados historicamente, i.e., traçando um panorama histórico do elemento com base nas publicações prévias dos autores de Teoria da Contabilidade. Uma descrição completa do histórico de cada definição e sua abrangência foi realizada, relacionando-a com o contexto socioeconômico e político, convergindo com a E.C. Foi destacada a possível influência do que foi proposto pelos autores nas relativas obras da teoria da contabilidade nas ECs, bem como as diferenças, as justificativas para as possíveis diferenças e as implicações para as políticas e práticas contábeis.

3.4 VALIDAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Hegel (2004, p. 105) “a mudança histórica, vista sucintamente, há muito foi entendida de maneira geral como envolvendo um avanço em direção ao melhor, ao mais perfeito”. Quando observamos a história, vemos um quadro de transformações e atuações, uma infinidade de povos, Estados e indivíduos diversificados, em contínua sucessão (HEGEL, 2004).

A contabilidade contemporânea em qualquer país não é resultado de invenção dentro de um único país ou cultura, mas sim o resultado de inovações em muitos lugares através dos séculos. Conceitos, técnicas e instituições de contabilidade foram difundidos através do espaço e do tempo (CARNEGIE; NAPIER, 2002, p. 689).

Segundo Previts, Parker e Coffman (1990), a história apoia a contabilidade contemporânea na formulação e na prática de políticas e no estabelecimento de padrões, possibilitando melhor compreensão dos indivíduos, das ideias, dos experimentos e das lições que constituem nossa herança. A História “nos informa sobre como chegamos a uma convenção específica atual (PREVITS; PARKER; COFFMAN, 1990, p. 3).

As ECs do IASB são vistas, seguindo a concepção de Hegel (2004), como fruto da mudança histórica em direção a um quadro conceitual de referência com a finalidade de dar sustentação a elaboração, alteração, aplicação e interpretação de padrões.

Nessa mesma compreensão, a EC (2018) não é resultado da invenção de uma única instituição, mas, da inovação e aperfeiçoamento de conceitos que foram difundidos ao longo dos anos pelas entidades contábeis, considerando as modificações ocorridas no contexto socioeconômico e político.

Zeff (1999) destaca que haviam esforços institucionais nos EUA para desenvolver uma EC desde a década de 1920, iniciando com William A. Paton e seguindo com outras obras, como Paton e Littleton (1940), Moonitz (1961) e Sprouse e Moonitz (1962), dentre outras.

Nesse contexto, mesmo considerando os esforços dos membros do IASB no desenvolvimento de um quadro conceitual de referência, a EC deve ser compreendida como o efeito de muitos fatos passados, entre os quais se destacam a produção teórica dos pesquisadores em Teoria da Contabilidade e o ambiente que a contabilidade estava envolvida.

Por fim, o objetivo dos relatórios financeiros, as características qualitativas, os elementos das demonstrações financeiras, as bases de mensurações e os critérios de reconhecimento, como apresentados na EC, resultaram da evolução destes mesmo elementos apresentados nas produções prévias dos pesquisadores de Teoria da Contabilidade, como Willian A. Paton, Ananias C. Littleton, Thomas Henry Sanders, Henry Hand Hatfield, Underhill Moore, George Staubus, Robert T. Sprouse e Maurice Moonitz, dentre outros, um vez que a história mostra como chegamos as definições atuais (PREVITS; PARKER; COFFMAN, 1990).

4 ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 O OBJETIVO DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DE PROPÓSITO GERAL

O finalidade desta seção é apresentar as análises da influência da Teoria da Contabilidade no objetivo dos relatórios financeiros de propósito geral. Em outras palavras, procura-se destacar a evolução do objetivo dos relatórios financeiros produzidos pela Teoria da Contabilidade ao longo dos anos e a sua influência sobre o que propõe a EC.

O ponto de partida para a EC é a definição do objetivo da informação financeira a partir dos quais se supõe derivar todas as outras partes da Estrutura Conceitual, por exemplo, características qualitativas, definições de elementos e conceitos de reconhecimento, mensuração e evidenciação (PELGER, 2016).

No entanto, as produções desenvolvidas a partir da década de 1920 até meados da década de 1950 atribuíam maior importância à busca por princípios contábeis nos EUA em detrimento dos objetivos das demonstrações contábeis. Apesar das produções destacarem diversos usuários para os quais se deveria elaborar informações úteis, a ênfase estava nos investidores e credores, principalmente devido à influência dos fatores ambientais, tais como legais, regulatórios e educacionais.

A lista de possíveis usuários das demonstrações contábeis é encontrada em diversas monografias, dissertações, teses e livros de contabilidade. Sanders, Hatfield e Moore (1938) declararam que uma função da contabilidade era elaborar demonstrações contábeis para satisfazer a necessidade de informação de todas as partes interessadas, especialmente (a) a administração do negócio, (b) grupos externos, como investidores e credores, e (c) o governo, em assuntos como tributação e regulação. Paton (1926, 1938) detalhou os vários tipos de usuários interessados nas demonstrações contábeis, incluindo proprietários, investidores atuais e potenciais, funcionários, credores, clientes, diretores, gerentes e governo. Paton e Littleton (1940) descreveram a função da contabilidade de forma semelhante a Sanders, Hatfield e Moore (1938). Os relatórios corporativos assumiram um caráter público e tornaram-se básicos para os investidores, empregados, clientes e governos. Cohen (1947) declarou que o propósito principal

da contabilidade era transmitir informações financeiras de forma que elas pudessem ser assimiladas pelos acionistas e credores.

Cada uma dessas produções menciona, especificamente, os usuários das demonstrações contábeis. No entanto, os usuários referenciados nesses textos ainda não haviam sido construídos como um tipo particular de tomador de decisão que pudesse (ou devesse) estar conectado a um processo de seleção de práticas contábeis ou divulgações específicas. Para esses autores, os usuários das demonstrações contábeis não serviram de justificativa para a seleção de contas particulares.

Para a EC 2010 e 2018, o IASB destacou os investidores e credores como usuários principais, para os quais os preparadores deveriam elaborar os relatórios financeiros de propósito geral. De certo modo, como resultado de um processo histórico que culminou na eleição dos investidores e credores ao longo dos anos, considerando o desenvolvimento do objetivo nas produções de William A. Paton, Ananias C. Littleton, Thomas Henry Sanders, Henry Hand Hatfield, Underhill Moore, Robert T. Sprouse, Maurice Moonitz, AAA e AICPA.

4.1.1 Evolução dos objetivos dos relatórios financeiros na estrutura conceitual

A primeira declaração de propósito para a EC foi realizada pelo FASB (1976), o qual destacou que uma EC é uma constituição, um conjunto coerente de objetivos e fundamentos inter-relacionados que podem levar a padrões consistentes e que prescreve a natureza, a função e os limites da contabilidade financeira e das demonstrações contábeis. Assim, os objetivos identificam as metas e os propósitos da contabilidade e os fundamentos são os conceitos subjacentes que orientam a seleção dos eventos a serem contabilizados, a mensuração desses eventos e os meios de sumariá-los e comunicá-los às partes interessadas.

O FASB emitiu, inicialmente, seis *Statements of Financial Accounting Concepts*, conhecidas como *Concepts Statements*, das quais duas (n. 4 e 6) representavam adaptações a entidades não empresariais. O FASB, na *Conceptual Statement 2*, declarou que as SFACs “[...] destinam-se a estabelecer objetivos e fundamentos que serão a base para o desenvolvimento de normas de contabilidade financeira e relatórios” (FASB, 1980, p. 7).

Nas primeiras discussões sobre o quadro conceitual da contabilidade, o FASB buscou orientação em alguns trabalhos anteriores, sobretudo no relatório de Trueblood, que havia se baseado no ASOBAT e no APB 4. Quanto ao objetivo básico das demonstrações contábeis, a sustentação era que ele deveria fornecer informações úteis para a tomada de decisões econômicas, dando ênfase aos investidores e credores, considerados como os principais usuários da informação financeira fornecida pelas demonstrações contábeis (FASB, 1978).

Inicialmente, o FASB destacou uma diversidade de usuários no SFAC 1:

Muitas pessoas baseiam as decisões econômicas em seus relacionamentos e conhecimento sobre empresas comerciais e, portanto, estão potencialmente interessadas nas informações fornecidas pelos relatórios financeiros. Entre os potenciais utilizadores estão proprietários, credores, fornecedores, potenciais investidores e credores, funcionários, gestores, diretores, clientes, analistas financeiros e consultores, corretores, subscritores, bolsas de valores, advogados, economistas, autoridades fiscais, autoridades reguladoras, legisladores, imprensa financeira e agências de relatórios, sindicatos, associações comerciais, pesquisadores de negócios, professores e alunos e o público (FASB, 1978, p. 13).

Assim como em todos os padrões do FASB, que utilizam uma abordagem baseada em regras, rica em detalhes, na SFAC 1, destacam-se as características dos usuários anteriormente aludidos. Dessa maneira, alguns usuários como proprietários, credores e empregados, têm interesses econômicos diretos em determinadas empresas, bem como os gestores e diretores, os quais são responsáveis pela administração da empresa no interesse dos proprietários. Membros de outros grupos, como analistas financeiros e conselheiros, autoridades reguladoras e sindicatos, têm interesses indiretos, pois representam aqueles que têm interesses diretos (FASB, 1978).

De acordo com o FASB (1978), o objetivo da informação financeira passa do mais geral para o mais específico. O objetivo começa com um foco amplo na informação que é útil em decisões de investimentos e de créditos, restringe esse foco ao interesse principal dos investidores e dos credores e, finalmente, concentra-se em informações sobre os recursos econômicos de uma empresa, as reivindicações desses recursos e suas mudanças, incluindo medidas de desempenho da empresa, que são úteis para avaliar as perspectivas de fluxo de caixa.

Esse enfoque, conforme destacado pelo FASB, não significa que os objetivos se aplicam apenas aos investidores e aos credores e excluem todos os outros. Pelo contrário, informações que satisfaçam os objetivos devem ser úteis a todos os interessados na capacidade futura de pagamento de uma empresa ou no modo como os investidores ou credores estão se saindo (FASB, 1978).

De certo modo, o FASB acompanhou a ênfase do relatório de Trueblood no futuro, quando destacou que os relatórios financeiros deveriam fornecer informações para auxiliar os investidores e credores, atuais e potenciais, e outros usuários a avaliar os montantes, o tempo e a incerteza de recebimentos de caixa futuros. Em outras palavras, a evolução histórica, em que fez parte a regulação, bem como as produções de Staubus (1954, 1961), ASOBAT (1966) e outras, converge em direção aos investidores e credores.

Outro destaque se deve à preferência do FASB pelo termo mais amplo, relatórios financeiros, ao termo mais restrito, demonstrações contábeis, usado no relatório de Trueblood. O IASC introduziu o termo relatórios financeiros na primeira EC em nível internacional, emitida em 1989, em vários pontos, como por exemplo, quando destacou que “as demonstrações contábeis fazem parte do processo de relatórios financeiros (IASB, 1989, p. 5), mas, em relação ao objetivo, fez referência as demonstrações contábeis.

O IASC destacou que “o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição financeira, desempenho e mudanças na posição financeira de uma entidade que seja útil para uma ampla gama de usuários na tomada de decisões econômicas” (IASB, 1989, p. 6). O IASC (1989) evidenciou que as demonstrações contábeis preparadas para este fim atendem às necessidades comuns da maioria dos usuários.

Seguindo a forte ênfase britânica da Teoria da Contabilidade na *stewardship*, a EC declarou que as demonstrações contábeis também mostram os resultados da eficiência da gestão na condução da empresa ou a responsabilidade da administração pelos recursos confiados a ela.

Apesar da influência das entidades ligadas a contabilidade dos EUA, nos trabalhos do IASC⁷, juntamente com os britânicos no que concerne aos usuários

⁷ Os nove países cujos órgãos contábeis nacionais foram convidados por Benson a se tornarem membros do IASC foram, em ordem alfabética: Alemanha, Austrália, Canadá, EUA, França, Japão, México, Países Baixos e Reino Unido e Irlanda (combinados). Cada país era representado por uma

propostos nos objetivos dos relatórios financeiros, é possível inferir maior influência dos britânicos na escolha dos usuários elencados na EC. Diferentemente do destaque dado aos investidores e credores, em detrimento dos demais usuários, pela Teoria da Contabilidade nos EUA, foram destacados uma ampla gama de usuários que seriam tratados de igual maneira. Essa abordagem se assemelha ao que propôs a maioria dos escritores na Teoria da Contabilidade no Reino Unido.

Assim, os usuários das demonstrações contábeis incluem investidores atuais e potenciais, funcionários, credores, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, governos e suas agências e o público (IASB, 1989, p. 5). O IASB também destacou quais seriam as diferentes necessidades de informação de tais grupos de usuários, como, por exemplo, os investidores e empregados. Se, por um lado, os investidores, precisam de informações para ajudá-los a determinar se devem comprar, manter ou vender, por outro, os empregados estão interessados em informações sobre a estabilidade e rentabilidade de seus empregadores.

Em 2002, o IASB e o FASB concordaram em trabalhar em conjunto na tentativa de convergir suas normas de relatórios financeiros (IASB; FASB, 2002). Em reunião conjunta, em outubro de 2004, as comissões colocaram, oficialmente, o projeto EC em sua agenda de convergência (IASB, 2004). Eles decidiram conduzir a revisão sob a forma de um projeto multifásico e declararam que convergir os objetivos deveria ser tratado no início do projeto de conceitos. Em fevereiro de 2005, os conselhos estabeleceram que os objetivos e as características qualitativas deveriam fazer parte da primeira fase (IASB, 2005). Em 2010, foi emitida a EC com três capítulos, sendo um deles os objetivos dos relatórios financeiros.

A agenda *paper*, preparada pelo pessoal do IASB e do FASB para a reunião da diretoria em abril de 2005, cuja finalidade foi resumir suas deliberações iniciais sobre os objetivos do relatório financeiro, apresentou uma comparação dos quadros existentes do IASB e do FASB e chegou à conclusão de que a “*stewardship* é um subconjunto do (em vez de ser distinto) objetivo geral da *decision usefulness*” (IASB; FASB, 2005, p. 5). Como o objetivo da revisão consistia, principalmente, em alinhar e melhorar os antigos quadros em vez de uma mudança revolucionária em seu conteúdo, os membros participantes recomendaram a retenção do papel de

delegação de, no máximo, três membros: dois que decidiam sobre o voto da delegação e um observador oficial. Cada delegação tinha um voto (ZEFF, 2012).

stewardship nesta forma, isto é, um subconjunto da *decision usefulness* (IASB; FASB, 2005).

A proposta foi discutida na reunião do FASB de 27 de julho de 2005 (FASB, 2005). Conforme evidencia Pelger (2016), Donald M. Young, ex membro do FASB (2005-2008), era fortemente a favor de um objetivo separado de *stewardship*. No entanto, os outros membros do conselho não partilhavam de sua opinião. Em vez disso, seguiram a recomendação da maioria e confirmaram que a *stewardship* não deveria ser declarada como um objetivo separado. A opinião majoritária dos membros do conselho era a de que um objetivo para os relatórios financeiros referente à *decision usefulness* e um objetivo relativo à *stewardship*, em separado, não acrescentaria nada substancialmente (IASB, 2006).

Conforme evidenciado nas *Basis for Conclusion*, ao identificar o objetivo do relatório financeiro em 2010, o IASB considerou se o principal grupo de usuários deveria ser restrito a acionistas existentes ou expandido para incluir outros usuários. Os “respondentes” à proposta evidenciada no *Discussion paper* não levantaram questões além daquelas consideradas pelo IASB quando o Capítulo 1 foi originalmente desenvolvido. Ademais, focar as necessidades de informação comuns dos usuários principais não impede que uma entidade que relata inclua informações adicionais que sejam mais úteis para um subconjunto específico de usuários primários (IASB, 2015b).

Dessa maneira, segundo o IASB (2010) o objetivo dos relatórios financeiros é fornecer informações acerca da entidade que relata tal informação que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade (IASB, 2010).

Nas *Basis for conclusions Conceptual Framework for Financial Reporting: Objective of Financial Reporting and Qualitative Characteristics of Decision-Useful Financial Reporting Information*, tanto o FASB quanto o IASB, mesmo evidenciando no objetivo apenas os investidores e credores, discutem o objetivo do relatório financeiro em termos de informações que são úteis para uma ampla gama de usuários na tomada de decisões econômicas. Eles listam os investidores, os credores, os fornecedores, os empregados, os clientes, o governo e suas agencias e órgãos reguladores, e o público em geral como potenciais usuários dos relatórios financeiros. Os *Boards* decidiram manter o foco em um grande grupo de usuários

por ser mais coerente com o objetivo de fornecer informações que são úteis para as decisões de alocação de recursos por investidores, credores e outros usuários do que um foco mais restrito sobre os acionistas comuns existentes. Embora os acionistas ordinários sejam usuários importantes dos relatórios financeiros, muitos outros grupos precisam de informações financeiras sobre a entidade, as quais não podem exigir que a administração forneça e, portanto, devem confiar nas informações em relatórios financeiros (FASB, 2006; IASB, 2008).

Muitos dos “respondentes” que comentaram o DP/2013/1 sobre *stewardship* indicaram que um dos objetivos do relatório financeiro é avaliar a eficiência da administração em relação aos recursos a ela confiados. Eles argumentaram que o Capítulo 1 existente dá pouca importância a esta noção. O IASB observou que muitos interpretaram o Capítulo 1 como se ele estivesse ignorando a necessidade de informações para ajudar os usuários a avaliar a eficiência da administração. Além disso, embora, na maioria das vezes, as informações necessárias fossem as mesmas para avaliar as perspectivas de entradas de caixa líquidas futuras para a entidade, nem sempre este seria o caso (IASB, 2015b).

Em virtude das críticas recebidas pelo IASB na EC 2010, a discussão foi retomada e a *stewardship* retornou na EC 2018, além de explicações nas bases para conclusões sobre a EC, sobre o que *stewardship* significa e como se relaciona com o termo *accountability*. O Conselho decidiu fazer essa incorporação nas *Bases para Conclusões sobre a Estrutura Conceitual 2018* e na EC 2018, aumentando cada vez mais a proeminência da *stewardship* no âmbito do objetivo dos relatórios financeiros.

Ratifica-se que o IASB não havia abandonado a perspectiva de fornecer informações para avaliação da eficiência da gestão na condução da empresa. Tal abordagem estaria inclusa no objetivo geral de forma explícita e implícita no objetivo das demonstrações contábeis.

Portanto, a EC (2018) apresenta o objetivo dos relatórios financeiros como sendo “[...] fornecer informações financeiras sobre a entidade que relata que sejam úteis para investidores existentes e potenciais, credores por empréstimos e outros credores na tomada de decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade” (IASB, 2018, p. 8), e apresenta o objetivo das demonstrações contábeis, de forma específica, como derivada do objetivo dos relatórios financeiros, segundo o IASB (2018, p. 22):

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações financeiras sobre os ativos, passivos, patrimônio, receitas e despesas da entidade que relata que sejam úteis para os usuários das demonstrações contábeis ao avaliar as perspectivas futuras de entradas líquidas de caixa à entidade que reporta e avaliar a eficiência da administração na gestão dos recursos econômicos da entidade.

Em linhas gerais, destaca-se que a ênfase dos relatórios financeiros, conforme proposto nas versões 2010 e 2018 da EC, é a elaboração de informações para investidores e credores⁸ a fim de atender a necessidade da maioria (*decision usefulness*). Segue-se, assim, o proposto por Staubus (1961) e pelo ASOBAT (1966), fruto do processo histórico, sobretudo do contexto socioeconômico e político no qual a Teoria da Contabilidade, nos EUA, estava inserida. A eleição dos usuários teve suas raízes principalmente na regulação ocorrida a partir da década de 1920, do mesmo modo que a expansão do mercado de capitais a partir do final do século XIX, influenciando os escritores, como Paton, Littleton, Sander, Hatfield e Staubus, dentre outros, na busca por uniformidade e comparabilidade das informações evidenciadas nos relatórios financeiros.

4.1.2 Objetivos dos relatórios financeiros antes da abordagem da *Decision Usefulness*

O final do século XIX e início do século XX foram marcantes para a economia internacional, sobretudo para os EUA e a Grã-Bretanha, acarretando mudanças significativas para a contabilidade, que resultaram no desenvolvimento da Teoria da Contabilidade naqueles países. Entre os aspectos de maior relevância, destacam-se a Revolução Industrial, a regulação, o desenvolvimento do setor bancário, o desenvolvimento e expansão do mercado de capitais, a primeira Guerra Mundial e a quebra da NYSE. Uma vez que o desenvolvimento da contabilidade está vinculado

⁸ A EC identifica os principais usuários de relatórios financeiros como investidores existentes e potenciais, credores e outros credores que não podem exigir que as entidades forneçam informações diretamente a eles. A esse respeito, alguns respondentes ao *Discussion Paper* 2013/1 expressaram a visão de que o grupo de usuários primário é definido de forma muito restrita. Eles argumentam que tal visão deve ser expandida para incluir, por exemplo, funcionários, clientes, fornecedores, reguladores e outros. Em linhas gerais, isto representaria uma convergência com a EC 1989 no tocante aos usuários. As *Basis for Conclusions* ao *Exposure Draft* 2015/3 destacam que outros expressaram a visão de que o grupo de usuários principal é definido de forma muito ampla e afirmaram que os principais usuários deveriam ser identificados como detentores de créditos patrimoniais contra a entidade. Aqueles com essa visão acreditam que esses usuários têm necessidades de informação diferentes e talvez mais extensas do que outros provedores de capital porque estão expostos a riscos mais extensos (IASB, 2015b).

ao desenvolvimento do comércio e vice-versa, o desenvolvimento da Teoria da Contabilidade e dos objetivos da contabilidade estão intimamente relacionados ao contexto socioeconômico e político, de modo que as mudanças ambientais provocaram a evolução tanto da teoria quanto do objetivo.

A regulação teve seu advento com as companhias de transporte ferroviário nos EUA. O desenvolvimento das ferrovias iniciou-se aproximadamente em 1830 e teve seu auge nas décadas de 1840 e 1870 na Grã-Bretanha e de 1878 a 1893 nos EUA. O congresso norte-americano criou, em 1887, o primeiro organismo regulamentador federal, o *Interstate Commerce Commission* (ICC), com autoridade específica para regulamentar as estradas de ferro, visto que os gestores pagavam enormes dividendos mesmo na fase inicial dos empreendimentos, levando os investidores a pagarem preços elevados pelas ações na crença de que esses dividendos eram indicativos dos lucros futuros da empresa e, somente mais tarde, descobririam que os enormes dividendos não podiam ser mantidos sem colocar em risco as operações futuras da empresa (MARKHAM, 2002).

Por sua vez, o mercado de capitais cresceu de forma exponencial a partir do início do século XX. O volume médio diário de negociação na NYSE cresceu de 1.500 ações em 1861 para mais de 500 mil ações em 1900. O volume de negociação anual aumentou de menos de 80 milhões de ações em 1897 para mais de 265 milhões em 1901 (MARKHAM, 2002).

Os fundos de investimento foram incentivados como uma forma dos pequenos investidores diversificarem suas participações. Este meio proporcionava aos investidores a oportunidade de investir pequenos montantes em diversos títulos, diversificados de acordo com a empresa, a localização geográfica e o tipo de título. Os fundos de investimento proporcionavam os meios pelos quais muitos investidores poderiam obter acesso aos mercados de valores mobiliários. Cerca de 140 fundos foram formados entre 1921 e 1926 (MARKHAM, 2002).

A medida que o mercado de capitais se desenvolvia juntamente com o volume de negociações, havia a necessidade de melhorias e evolução dos relatórios financeiros, principalmente na criação de um arcabouço teórico que desse suporte à contabilidade na elaboração dos relatórios, priorizando a qualidade e a utilidade das informações por eles fornecida. Em outras palavras, a evolução da Teoria da Contabilidade em direção à criação de um arcabouço teórico para a contabilidade

era necessária, e ela veio com a produção dos pesquisadores em contabilidade dos EUA, precursores da busca por princípios contábeis.

A base inicial para o desenvolvimento de Princípios Contábeis foi a tese de William Andrew Paton, a qual fez parte do seu livro em 1922, intitulado *Accounting Theory: With Special Reference to the Corporate Enterprise*, a qual fez parte do livro *Accounting Theory* (WOLK; DODD; TEARNEY, 2004). Paton apresentou uma reafirmação da Teoria da Contabilidade e apresentou seis postulados: a) a existência da entidade empresarial; b) a continuidade da entidade; c) a equação do balanço; d) o postulado monetário; e) o custo e o valor contábil; e f) o reconhecimento de receitas (PATON, 1922). Naquele momento, não havia maiores destaques para os usuários da contabilidade ou dos relatórios financeiros, de modo que não se abordava os objetivos dos relatórios financeiros, nem mesmo da contabilidade.

Apesar da riqueza do trabalho de Paton e da sua contribuição inegável para a evolução da contabilidade, em especial para a Teoria da Contabilidade, sua obra não fez alusão direta aos objetivos da contabilidade e ao que poderia ser referido como principais usuários dos relatórios financeiros, naquele momento, denominados usuários da contabilidade. O autor dispensou sua atenção principalmente para os postulados, para a definição de elementos como receitas, despesas, ganhos, gastos, custos, patrimônio líquido, intangíveis, *goodwill*, receita não operacional, depreciação, capital, valor contábil, reavaliação e manutenção de capital, para a equação do balanço e outros.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999) e Schmidt (2000), a quebra da NYSE, em 1929, reduziu a confiabilidade das informações relativas as demonstrações contábeis, devido à falta de uniformidade das práticas contábeis e da falta de comparabilidade das informações evidenciadas nos relatórios financeiros. Em virtude da quebra da NYSE a regulação foi intensificada, sobretudo com a aprovação da *Securities Act* de 1933 e da *Securities Exchange Act* de 1934.

Do mesmo modo que, no início do século, a regulação da contabilidade britânica estava voltada para a maior divulgação e a regulação dos EUA para a uniformidade (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999), os passos seguintes foram determinantes para a escolha dos principais usuários dos relatórios financeiros nos EUA, ao passo que na Grã-Bretanha resultou em caminho diferente.

A criação da SEC contribuiu para a mudança dos objetivos da contabilidade e para os usuários das demonstrações contábeis publicadas. Inicialmente, a Lei de 1933 já abordava, mesmo que indiretamente, a necessidade de fornecer informações razoavelmente suficientes para basear uma decisão de investimento (U.S. GOVERNMENT, 1933). Posteriormente, a Lei de 1934 destacou a necessidade de proteção dos investidores⁹ (SEC, 1934). Em decorrência da atenção da SEC à profissão contábil, a atenção dos pesquisadores em contabilidade naturalmente mudou a fim de relatar informações aos investidores.

Segundo Zeff (1999), o comitê executivo da AAA, liderado por Kohler, Paton e Littleton, publicou, em 1936, *A Tentative Statement of Accounting Principles Affecting Corporate Reports* como um guia para a SEC no desenvolvimento dos Princípios Contábeis. Essa publicação destacou que “a finalidade das demonstrações contábeis é a expressão, em termos financeiros, da utilização dos recursos econômicos da empresa, as mudanças resultantes e a posição dos interesses dos credores e investidores” (AAA, 1936, p. 188).

Pouco tempo após a criação da SEC, em aproximadamente dois anos (ou menos), a regulação advinda com as pressões sobre o mercado de capitais já havia influenciado a classe contábil, inclusive dois dos principais — senão os principais — pensadores da escola norte-americana, Willian Paton e Ananias Charles Littleton. A publicação da associação foi precursora no que diz respeito ao destaque dos investidores e credores, ainda que os objetivos não ocupassem lugar de destaque na contabilidade.

Segundo Zeff (1999), a Haskins & Sells Foundation, também influenciou o pensamento da SEC sobre as melhores práticas contábeis. A fundação convidou Thomas Henry Sanders, Henry Rand Hatfield e Underhill Moore para preparar uma monografia, a qual foi intitulada de *A Statement of Accounting Principles* e publicada pelo AIA em 1938. Sanders, Hatfield e Moore evidenciaram grupos de usuários, dentre os quais destacaram “investidores e credores” (SANDERS; HATFIELD; MOORE, 1938, p. 4).

Sanders, Hatfield e Moore afirmaram que as funções da contabilidade são: 1) fazer um registro histórico, devidamente classificado, de todas as transações de uma empresa; 2) fazer, de tempos em tempos, os cálculos e estimativas necessárias para

⁹ O termo "investidores" significava investidores em títulos de dívida e de capital (SEC, 1934).

a determinação da condição financeira da empresa e de seus rendimentos; 3) a partir dos registros históricos, dos cálculos e das estimativas, elaborar periodicamente declarações que mostrem todos os aspectos mais importantes do capital, da renda do negócio e das ações judiciais neles existentes, satisfazendo, assim, a necessidade de informação de todas as partes interessadas, sobretudo, da gestão da empresa, dos investidores e credores e do governo (SANDERS; HATFIELD; MOORE, 1938).

Em 1938, Paton publicou a obra *Essential of Accounting*, a qual destacava aspectos das demonstrações contábeis. Ao abordar o balanço patrimonial, ele afirmou que essa demonstração é de valor especial para os proprietários atuais, potenciais, investidores e credores e para os diretores e gerentes gerais. Além disso, o autor destacou que essa demonstração mostra o *status* de cada patrimônio na empresa, sendo, portanto, de significância destacada para aqueles que comprometeram o capital para a empresa ou estão pensando em assumir esse compromisso (PATON, 1938).

Nessa mesma linha, em 1940, Paton e Littleton publicaram sua monografia *An Introduction to Corporate Accounting Standards*, na qual escreveram que "o objetivo da contabilidade é produzir dados financeiros sobre uma empresa, compilados e apresentados para atender às necessidades da administração, dos investidores¹⁰ e do público" (PATON; LITTLETON, 1940, p. 1). Mesmo que apresentando vários grupos de usuários, Paton e Littleton destacaram que "a responsabilidade contábil mais importante da empresa não se aplica a um ou mais proprietários, mas sim, a um ou mais grupos ou classes de investidores independentes, atuais e potenciais" (PATON; LITTLETON, 1940, p. 2).

Em virtude da proteção aos investidores (investidores e credores) criada pela SEC, por meio da lei dos títulos de 1934, e pelas diversas críticas à classe contábil devido à falta de uniformidade na elaboração das demonstrações contábeis, os teóricos da contabilidade, até mesmo Paton e Littleton, foram influenciados a dar ênfase aos investidores e credores como principais usuários das demonstrações contábeis. De certo modo, os fatores ambientais, sobretudo a regulação, influenciaram os pesquisadores em contabilidade dos EUA na evolução da Teoria da Contabilidade naquele país.

¹⁰ Paton e Littleton utilizaram o termo investidores de forma abrangente, compreendendo os provedores de capital, acionistas e credores.

A monografia de Paton e Littleton (1940) produziu efeitos não apenas nos EUA, mas também em outras nações, como, por exemplo, na Grã-Bretanha, onde serviu de base para o primeiro livro com o título de Teoria da Contabilidade, escrito por Harry Norris em 1946, o qual focava principalmente na melhoria da coerência dos relatórios financeiros em conformidade com o modelo do custo histórico, como evidenciado por Zeff (1999). Apesar da influência desta monografia sobre a teoria da contabilidade britânica, a respeito dos objetivos dos relatórios financeiros e dos principais usuários, não se pode dizer o mesmo. Ao contrário da abordagem norte-americana, a regulação britânica não enfatizava apenas os provedores de capitais (investidores e credores) como usuários de destaque para os relatórios financeiros.

Na reformulação do comitê executivo da AAA, foi publicada a obra *Accounting Principles Underlying Corporate Financial Statements*, em 1941, na qual foi destacada a necessidade de compreensão dos interesses dos investidores e credores para a elaboração das demonstrações contábeis:

O objetivo das demonstrações contábeis periódicas da empresa é produzir informações necessárias para a formulação de julgamentos confiáveis. O conhecimento da origem e do vencimento dos recursos econômicos de uma empresa e o resultado de mudanças nos interesses de seus **investidores e credores** é essencial para esse fim, e esses fatos devem ser expressos de modo a tornar as demonstrações financeiras inteligíveis. e, na medida do possível, comparável a declarações de outros períodos e de outras empresas. (AAA, 1941, p. 134, grifo nosso).

Segundo Markham (2002), outra forma de investimentos que cresceu, principalmente na década de 1940, foi o plano de pagamentos periódicos ou plano de investimentos em parcelamentos. Em virtude do crescimento acelerado desses investimentos, sugeriram as investigações da SEC, as quais descobriram inúmeras irregularidades e levaram à constituição da base para a regulação dessas empresas de investimentos. A título de exemplo, a maioria dos conselheiros de investimentos cobravam de seus clientes com base nos percentuais dos ativos, que, em muitos casos, eram gerenciados (MARKHAM, 2002).

De modo geral, mesmo com a atuação do AICPA e da AAA na busca por princípios contábeis nos EUA, a falta de uniformidade persistia nos relatórios financeiros das empresas na década de 1940. Os investimentos em títulos cresciam, porém, as informações fornecidas aos provedores de capitais permaneciam de baixa qualidade, não conferindo confiabilidade aos números divulgados. No geral, os

investidores continuavam sendo enganados por demonstrações contábeis que não refletiam a realidade econômica das empresas.

O período seguinte, a década de 1950, foi marcado pelo rápido crescimento do comércio internacional e do investimento direto estrangeiro, os quais fizeram as empresas expandirem seu alcance além de suas fronteiras. A rápida expansão do comércio foi acompanhada da inflação elevada, o que também contribuiu para a redução da comparabilidade das informações evidenciadas nas demonstrações contábeis (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Em 1953, a AAA publicou a monografia de Littleton, intitulada *Structure of Accounting Theory*. No capítulo 5, *Informative Reports*, destacou o papel das demonstrações contábeis como relatórios para avaliar a gestão, i. e., *stewardship*. Em vários locais da monografia, Littleton, infere que os principais usuários eram administradores e proprietários (ou investidores) (LITTLETON, 1953).

Staubus (1958) destacou que a AAA não emitiu pronunciamentos que destacassem e esclarecessem as necessidades dos usuários, exceto para a *Standards of Disclosure for Published Financial Reports*, publicada em 1954, a qual enumerou vários usuários potenciais dos relatórios corporativos, tais como agências governamentais, credores de curto e longo prazo, organizações trabalhistas, acionistas e potenciais investidores. O comitê da AAA concluiu que as necessidades desses grupos não poderiam ser atendidas igualmente por um conjunto único de demonstrações contábeis e que os interesses de alguns deveriam ser identificados como primários. Tradicionalmente, este tem sido o grupo dos investidores (AAA, 1957).

Os investidores, tratados pela SEC como investidores propriamente ditos e credores, haviam sido os mais afetados pela falta de uniformidade na elaboração das informações financeiras evidenciadas nas demonstrações contábeis. Desde o início da década de 1930, os contadores direcionavam suas atenções a esses usuários mesmo que abordassem outros nas produções relativas à Teoria da Contabilidade.

Quanto à abordagem dos objetivos das demonstrações contábeis, a década de 1950 foi de fundamental importância, visto que as produções publicadas sobretudo na segunda metade daquela década deram início à mudança de direcionamento dos Princípios Contábeis para os objetivos, i.e., o pilar da

contabilidade, especialmente da teórica, deixou de ser os Princípios Contábeis e passou a ser os objetivos da contabilidade.

4.1.3 Objetivos dos relatórios financeiros após a abordagem da *Decision Usefulness*

4.1.3.1 Abordagem estadunidense

O período entre 1940 e 1960 também foi marcado pela retomada do crescimento e pela ligeira expansão do mercado de capitais. O fornecimento de informações adequadas às necessidades dos usuários tornou-se uma questão de importância nacional, visto que eles esperavam que certos indicadores dos relatórios financeiros, como é o caso dos lucros por ação, fossem o indicativo de uma empresa melhor (ou pior). Além disso, as fusões e aquisições internacionais de empresas foram destaque nos anos de 1960, sobretudo quando se tratava de empresas dos EUA assumindo as empresas europeias em virtude do bom momento econômico vivido na época e reimplantando suas operações de produção, o que ratificou a importância do fornecimento de informações adequadas às necessidades dos usuários, sobretudo dos investidores (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Divergente das obras publicadas na década de 1940 e 1950, pela AAA, em 1961, Maurice Moonitz, escreveu uma monografia intitulada *The Basic Postulates of Accounting*, na qual destacou uma diversidade de usuários dos relatórios contábeis, para os quais as demonstrações contábeis seriam úteis, i.e., sem privilegiar um grupo de usuários em detrimento de outros:

Poderíamos facilmente ficar presos na definição da contabilidade e na formulação de seus postulados, princípios e regras em termos de algum interesse especial, como a comunidade empresarial, ou as agências reguladoras, ou investidores, ou coletores de impostos. Mas a contabilidade tem sido usada nos negócios de empresas privadas, reguladas e não regulamentadas, de empresas com finalidade lucrativa, bem como de empresas sem finalidade lucrativas [...]. Nós não podemos proceder na premissa de que é o monopólio de qualquer grupo, se esse grupo está preocupado principalmente com o desenvolvimento do processo de contabilidade ou com o seu produto final na forma de demonstrações contábeis e relatórios (MOONITZ, 1961, p. 4-5).

Moonitz (1961, p. 57) destacou a necessidade de informações a todos os grupos de usuários de igual modo, i.e., gestores, funcionários, acionistas, credores, clientes e público. A visão de Moonitz contrastou com as publicações acerca dos usuários já produzidas até então, sobretudo por Paton e Littleton. Para Moonitz, não se deveria privilegiar alguns grupos de usuários em detrimento de outros. De certo modo, essa visão divergia da maioria dos contadores norte-americanos e da influência do ambiente regulatório.

O pensamento de Moonitz prosseguiu na sua monografia subsequente, escrita em coautoria com Robert T. Sprouse e intitulada *A Tentative Set of Broad Accounting Principles for Business Enterprises*, publicada em 1962, na qual os autores afirmavam que os princípios de contabilidade financeira ali desenvolvidos eram projetados para atender as necessidades de todos os grupos interessados (SPROUSE; MOONITZ, 1962).

Em 1966, a AAA publicou *A Statement of Basic Accounting Theory* (ASOBAT). Essa publicação foi a primeira publicação institucional a ressaltar que as necessidades dos usuários deveriam ser consideradas prioritárias, no momento da elaboração das demonstrações contábeis. O ASOBAT definiu a contabilidade em termos de sua utilidade e a descreveu como "o processo de identificação, mensuração e comunicação da informação econômica para permitir julgamentos informados e decisões dos usuários da informação" (AAA, 1966, p. 1).

Os investidores não foram identificados explicitamente como usuários da informação contábil de primordial importância. Em vez disso, o comitê se concentrou na natureza da informação, designando a relevância como uma qualidade primária da informação devido à redução da incerteza sobre o estado real de uma série de aspectos preocupantes para o usuário, além de indicar que era necessária informação útil para fins internos e externos e classificar os usuários das informações contábeis em dois grandes grupos: usuários externos, que incluem "investidores atuais e potenciais, credores, funcionários, bolsas de valores, clientes e outros" (AAA, 1966, p. 20), e usuários internos, ou seja, "os gestores" (AAA, 1966, p. 37).

Segundo a AAA (1966), alguns usuários externos de informações contábeis, tais como comissões reguladoras e autoridades fiscais, não só têm necessidades especiais, mas também o poder de especificar as informações a serem apresentadas. Embora esses usuários não sejam a principal preocupação desta

discussão, o comitê acredita que as melhorias sugeridas naquela declaração poderiam muito bem levar a uma maior dependência de relatórios de propósito geral e a menos requisitos para formulações especiais.

Seguindo a abordagem do ASOBAT, o *Statement of the Accounting Principles Board* (APB 4), emitido pelo Conselho de Princípios Contábeis do *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), destacou que a informação da contabilidade financeira é usada por uma variedade de grupos e para finalidades diversas. As necessidades e expectativas dos usuários determinam o tipo de informação requerida. Os grupos de usuários podem ser amplamente classificados em: (1) aqueles com interesses diretos nas empresas comerciais; e (2) aqueles com interesses indiretos (AICPA, 1970).

O APB 4 (AICPA, 1970) relata que as informações da contabilidade financeira podem ser direcionadas para as necessidades comuns de um ou mais dos grupos de usuários ou podem ser direcionadas para necessidades especiais. Apesar de apresentar diversos usuários e suas necessidades, o AICPA destaca dois grupos como sendo de particular importância e afirma que, uma vez produzindo informações para tais grupos, produz-se informações para os demais:

O objetivo básico da contabilidade financeira e das demonstrações contábeis é fornecer informações financeiras sobre uma empresa, que sejam úteis para os usuários, investidores e credores em particular, na tomada de decisões econômicas. Esta finalidade inclui o fornecimento de informações que podem ser usadas na avaliação da eficácia da administração no cumprimento de suas responsabilidades gerenciais e outras responsabilidades (AICPA, 1970, p. 32).

O AICPA seguiu rapidamente o ASOBAT e o APB 4 na produção dos *Objetivos das Demonstrações Contábeis*, mais conhecidos como o *Report of the Study Group on the Objectives of Financial Statements* (Relatório de Trueblood), presidido por Robert Trueblood e assistido por George Sorter como diretor de pesquisa. Este documento reforçou a centralidade da *decision usefulness* abordada no APB 4, conforme destacam Williams e Ravenscroft (2015).

O relatório de Trueblood foi o primeiro passo para uma nova base conceitual visando ao estabelecimento de normas contábeis. O AICPA segregou doze objetivos para as demonstrações contábeis e destacou que a função fundamental da contabilidade financeira permaneceu inalterada desde a sua criação, tendo como finalidade fornecer informações aos usuários das demonstrações contábeis que os

ajudaria, a tomar decisões. De certa maneira, houve mudanças substanciais nos tipos de usuários e nos tipos de informação que eles buscavam. Dentre os objetivos, foi apresentado um objetivo básico, fundamental e generalizado: “O objetivo básico das demonstrações contábeis é fornecer informações úteis para a tomada de decisões econômicas” (AICPA, 1973, p. 13).

O AICPA também reduziu os tipos de usuários considerados de interesse, mantendo que as demonstrações contábeis úteis deveriam servir principalmente os usuários que tivessem autoridade, habilidade ou recursos limitados para obter informações, e destacou os investidores e credores como os principais usuários para os quais se deveria elaborar as demonstrações contábeis (AICPA, 1973). Desse modo, sintetizou a abordagem da *decision usefulness* defendida anteriormente por Staubus (1954, 1958, 1959, 1961) e também por Horngren e Sorter (1961) e propagada pelo ASOBAT (AAA, 1966) e pelo APB 4 (AICPA, 1970).

O relatório de Trueblood também destacou que as demonstrações contábeis são especialmente importantes para aqueles que têm acesso limitado à informação e capacidade limitada para interpretá-la (AICPA, 1970). Alinhado com esse pensamento, o comitê destacou:

Um objetivo das demonstrações contábeis é servir principalmente àqueles usuários que têm autoridade, capacidade ou recursos limitados para obter informações e que confiam nas demonstrações contábeis como sua principal fonte de informações sobre as atividades econômicas de uma empresa (AICPA, 1973, p. 17).

Assim, as necessidades de informação dos credores e investidores são essencialmente as mesmas. Ambos os grupos estão preocupados com a capacidade da empresa de gerar fluxos de caixa para eles e com sua própria capacidade de prever, comparar e avaliar a quantidade, o tempo e a incerteza relacionada a esses fluxos de caixa futuros (AICPA, 1973). Portanto, “um objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações úteis aos investidores e credores para prever, comparar e avaliar os possíveis fluxos de caixa em termos de quantidade, tempo e incerteza relacionada” (AICPA, 1973, p. 20).

Na sequência, o FASB emitiu a *Statement of Financial Accounting Concepts* n. 1 (SFAC 1) sobre os objetivos da informação financeira e manteve que o objetivo da informação financeira era “fornecer informações úteis para tomar decisões econômicas e comerciais, para fazer escolhas fundamentadas entre usos

alternativos de recursos escassos na condução de negócios e atividades econômicas" (FASB, 1978, p. 9). O FASB detalhou uma verdadeira lista de possíveis usuários desses relatórios, incluindo proprietários, credores, fornecedores, potenciais investidores e credores, funcionários, gerentes, clientes, analistas financeiros, reguladores, sindicatos e o público genérico (FASB, 1978, p. 24). Mesmo que a lista incluía vários grupos de usuários conforme o Grupo de Estudo de Trueblood, ela foi reduzida nas atualizações dos SFACs posteriores para enfatizar as necessidades de informação dos investidores e dos credores.

Em resumo, por mais de 40 anos, a formulação de políticas de relatórios financeiros nos EUA tem sido centrada na *decision usefulness*. Ao escolher entre formas alternativas de apresentar dados contábeis, os formuladores de políticas exigem relatórios baseados na técnica que eles acreditam produzir a informação mais útil para a tomada de decisão econômica por determinados usuários designados. Assim, a Teoria da Contabilidade nos EUA centrou-se nos investidores e credores como principais usuários da informação financeira. Os fatores ambientais (ambiente legal, institucional, regulação, sistema educacional, econômico, entre outros), principalmente a regulação, como sempre estiveram atrelados ao desenvolvimento da contabilidade, influenciaram no desenvolvimento da teoria da contabilidade, privilegiando investidores e credores em detrimento de outros usuários.

4.1.3.2 Abordagem britânica

Em comparação com os norte-americanos, os britânicos seguiram caminhos diferentes no que tange à sua abordagem para a Teoria da Contabilidade, ainda que, em princípio, se baseassem, em partes, na tese de Paton e Littleton (1940). Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), enquanto a regulação da contabilidade nos EUA enfatizava a busca por princípios contábeis, no Reino Unido, a exigência era muito mais por divulgação.

Os britânicos não convergiram o propósito dos relatórios financeiros para atender a grupos específicos de usuários. O objetivo dos relatórios financeiros seguiu uma definição mais ampla e chegou ao ponto de enfatizar a prestação de contas do gestor sobre os recursos que lhe eram confiados. Isto não quer dizer que,

nos EUA os relatórios financeiros não fossem úteis para avaliar a gestão, mas que esta não era a ênfase naquele país.

O Conselho do *Institute of Chartered Accountants in England and Wales* (ICAEW) declarou, em 1952, na recomendação de número 15 sobre Princípios Contábeis, que “o principal objetivo das contas anuais é apresentar informação aos proprietários, mostrando como os seus fundos foram utilizados e os lucros derivados dessa utilização” (ICAEW, 2014, p. 85).

Em 1974, o *Accounting Standards Steering Committee* (ASSC) emitiu o *The Corporate Report* que teve por objetivo “identificar as pessoas ou grupos para os quais devem ser preparados relatórios financeiros e as informações adequadas aos seus interesses” (ASSC, 1975, p. 1).

O *The Corporate Report* destacou que “os relatórios corporativos são o principal meio pelo qual a administração de uma entidade é capaz de relatar sua responsabilidade, demonstrando como os recursos com os quais foi confiada foram usados” (ASSC, 1975, p. 16). Neste relatório, foi identificada uma ampla gama de grupos de usuários: investidores em ações, credores por empréstimos, empregados, analistas-consultores, grupo de contato empresarial (incluindo fornecedores, credores comerciais e clientes), governo e o público em geral (ASSC, 1975).

O ASSC (1975) enumerou as necessidades dos grupos de usuários e, quanto aos investidores, dentre outros aspectos, foram destacados os seguintes:

- (a) Avaliar o desempenho da entidade.
- (b) Avaliar a eficácia da entidade no alcance de objetivos estabelecidos por sua administração, seus membros ou proprietários (...).
- (c) Avaliar o desempenho gerencial e os objetivos de eficiência (...).
- (d) Estimar as perspectivas futuras da entidade, incluindo sua capacidade de pagar dividendos e prever os níveis futuros de investimento (ASSC, 1975, p. 20).

Seguindo na linha do *The Corporate Report*, o comitê de pesquisa do *Institute of Chartered Accountants of Scotland* (ICAS) publicou um documento de discussão, chamado *Making Corporate Reports Valuable* (MCRV) (MCMONNIES, 1988). Se referindo ao *The Corporate Report*, no qual se destacavam sete grupos de usuários, o MCRV ressaltou que os relatórios corporativos objetivam se comunicar diretamente com apenas quatro grupos: "(A) o grupo de investidores de capital; (b) o grupo credores por empréstimos; (c) o grupo de empregados; e, (d) outros credores" (MCMONNIES, 1988, p. 20).

Foram listadas as necessidades de informações internas e externas. A lista de necessidades do usuário do comitê era ambiciosa e focada em informações sobre os objetivos e planos da administração (MCMONNIES, 1988). O ICAS destacou que os investidores de uma entidade devem estar interessados na avaliação da eficiência da administração, mas também devem estar interessados em perspectivas futuras (MCMONNIES, 1988, p. 30).

Em 1989, David Solomons publicou o *Guidelines for Financial Reporting Standards*. Solomons (1989) destacou que os usuários dos relatórios financeiros para fins gerais podem incluir qualquer um que não tenha acesso aos relatórios internos, preparados para o uso da gestão de uma empresa, e, até mesmo, em algumas situações, aqueles que o fazem. Contudo, quatro classes de usuários são de primordial importância quando se considera o tipo de informação que os relatórios financeiros devem fornecer:

- (a) investidores atuais e potenciais;
- (b) credores atuais e potenciais (incluindo fornecedores);
- (c) empregados atuais e potenciais, e aqueles que podem agir em situações de barganha, como sindicatos; e,
- (d) clientes atuais e potenciais (...) (SOLOMONS 1989, p. 14).

Esses grupos de usuários primários foi certamente muito mais expansivos do que em qualquer uma das publicações acerca do objetivo dos relatórios financeiros nos EUA, refletindo a percepção de Solomon de um cenário social e econômico diferente na Grã-Bretanha, se comparado aos EUA, devido, entre outros aspectos, à influência da regulação. Nesse sentido, as demonstrações contábeis devem revelar, no mínimo: (a) a capacidade da empresa de gerar lucros; e, (b) a sua solvência futura (SOLOMONS, 1989).

No geral, a abordagem britânica da Teoria da Contabilidade apresentou suas características peculiares. Apesar de possuir suas raízes na Teoria da Contabilidade dos EUA, como influência da tese de Paton e Littleton (1940), a abordagem britânica desenvolveu algumas particularidades: em primeiro lugar, o forte destaque do papel do *stewardship*. Apesar de, nos EUA, os escritores (contadores) também entenderem a importância das demonstrações contábeis (informações financeiras) para avaliar a eficiência da gestão na condução dos negócios, na Grã-Bretanha, esse papel sempre teve elevado destaque, uma vez que a informação de qualidade

seria aquela que possibilitaria aos usuários avaliar quão eficiente e eficaz é a utilização dos recursos confiados ao gestor.

Em segundo lugar, alinhando-se com o *stewardship*, a Teoria da Contabilidade no Reino Unido enfatizava uma ampla gama de usuários, tais como os investidores atuais e potenciais, os credores atuais e potenciais, os fornecedores, os funcionários atuais e potenciais, os sindicatos, os clientes atuais e potenciais, e o governo. Nesse sentido, ela não privilegiou um grupo de usuários em detrimento de outros. De certo modo, a abordagem britânica não contemplou, em sua totalidade, a *decision usefulness*.

Essas duas abordagens para a Teoria da Contabilidade, a partir da criação do IASC/IASB e do desenvolvimento da EC, influenciariam o objetivo dos relatórios financeiros evidenciado no seu escopo.

4.1.4 Resumo

Nesta seção procurou-se atender ao primeiro objetivo específico da pesquisa, o de comparar a relação entre o objetivo dos relatórios financeiros de propósito geral e a teoria da contabilidade. De outro modo, procurou-se destacar a evolução dos objetivos dos relatórios financeiros produzidos pela Teoria da Contabilidade ao longo dos anos e a sua relação com o que propõe a Estrutura Conceitual.

A partir da década de 1920, os pensadores (escritores) nos EUA, tais como Paton, Littleton, Sanders, Hatfield, Moore, Sprouse, Monitz, Staubus e outros, desenvolveram os objetivos dos relatórios financeiros a fim de que os principais usuários fossem os investidores e credores. A regulação contábil, a partir da década de 1930, em virtude da quebra da NYSE, teve papel de destaque quanto à influência sobre os contadores para que estes direcionassem suas ideias a esses dois grupos de usuários, entendendo-os como principais na elaboração dos relatórios financeiros. Em outras palavras, a forte pressão da SEC, criada para proteger acionistas, sobretudo os minoritários, fez com que a classe contábil buscasse um arcabouço teórico que desse suporte à contabilidade, elegendo os investidores e credores como usuários principais.

De certo modo, esse cenário culminou na abordagem *decision usefulness*, proposta por Staubus, a qual destaca que, se não podemos elaborar demonstrações contábeis úteis a todos os usuários, devemos atender aos anseios da maioria.

Nessa concepção, atendendo aos interesses dos investidores e credores, os contadores estariam atendendo a maioria dos usuários.

Por sua vez, a Teoria da Contabilidade no Reino Unido foi inicialmente influenciada pela Teoria da Contabilidade nos EUA, como, por exemplo, pela tese de Paton e Littleton (1940). No entanto, os fatores ambientais conduziram os pesquisadores britânicos de modo que pudessem desenvolver algumas características que lhes eram peculiares. Desta maneira, a Teoria da Contabilidade no Reino Unido centrou-se na *stewardship*, i.e., as demonstrações contábeis deveriam fornecer informações para a avaliação da eficiência e a eficácia da gestão na utilização dos recursos que lhe eram confiados.

Nesse contexto, a primeira versão da EC do IASB, no que tange aos objetivos dos relatórios financeiros, teve maior influência da abordagem da Teoria da Contabilidade do Reino Unido¹¹ do que dos EUA. Foram destacados diversos usuários dos relatórios financeiros, a saber: os investidores atuais e potenciais, os funcionários, os credores, os fornecedores e outros credores comerciais, os clientes, os governos e suas agências e o público (IASB, 1989). Tais usuários e suas necessidades foram tratados de igual maneira, sem privilégios para alguns em detrimento de outros.

Por sua vez, a EC (2010) e a EC (2018) seguem a abordagem dos pesquisadores em contabilidade dos EUA, enfatizando a *decision usefulness* e destacando os investidores e credores como principais usuários em detrimento dos demais.

Portanto, é possível inferir, em relação aos objetivos dos relatórios financeiros de propósito geral, que a EC segue, de perto, a Teoria da Contabilidade, possivelmente em virtude da influência dos pesquisadores sobre a criação das entidades (AAA, AICPA, ICAEW, FASB e outros) e destas nas políticas do IASB.

¹¹ Mesmo que a Teoria da Contabilidade no Reino Unido tenha suas origens na Teoria da Contabilidade dos EUA, aquela se diferiu desta, ao longo dos anos, em virtude da influência do contexto socioeconômico e político.

4.2 AS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA ÚTIL

O objetivo do relatório financeiro de propósito geral proposto na EC atual é fornecer informações **úteis** a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. Para a informação financeira ser útil, ela precisa apresentar algumas características qualitativas, i.e., propriedades da informação que são necessárias para torná-la útil e que facilitam o processo de interpretação e uso de informações contábeis. Elas identificam os tipos de informação que, muito provavelmente, são reputadas como as mais úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e em potencial, para a tomada de decisões acerca da entidade (IASB, 2010).

A literatura sobre as características qualitativas ou a sua evidenciação, vistas para produzir relatórios financeiros mais úteis, começou a partir da emissão do ASOBAT, na década de 1960, em virtude da ênfase dada, até aquele momento, na busca por Princípios Contábeis e no reduzido destaque aos objetivos dos relatórios financeiros e da contabilidade, dos quais emanam as características qualitativas. Deste modo, não se abordava as características qualitativas de forma direta, exceto a uniformidade, a consistência e a comparabilidade, a qual, mesmo não sendo diretamente tratada como característica qualitativa, era frequentemente desejada, sobretudo pelos investidores e credores, bem como pelas instituições governamentais a partir da década de 1930, tais como Sander, Hatfield e Moore (1938), Kohler, Paton e Littleton evidenciados em AAA (1936), Paton (1939), Paton e Littleton (1940), Littleton (1953), Moonitz (1961), Sprouse e Moonitz (1962).

Em linhas gerais, as características qualitativas ganharam destaque a partir da mudança de ênfase dos Princípios Contábeis, os quais destinavam-se à escrituração e não à prestação de informações aos usuários, para os objetivos dos relatórios financeiros em virtude da abordagem da *decision usefulness* proposta por Staubus (1954, 1958, 1959, 1961) e evidenciada no ASOBAT (1966) e em outras publicações subsequentes. Com a evolução dos objetivos, naturalmente, as características qualitativas evoluíram e foram incorporadas pelas primeiras Estruturas Conceituais, sobretudo a do FASB, e subsequentes.

Assim, o objetivo desta seção é evidenciar a influência da Teoria da Contabilidade sobre as características qualitativas. Procura-se evidenciar a evolução das características qualitativas produzidas pela Teoria da Contabilidade ao longo dos anos nos EUA e a sua relação com o que propõe a EC, considerando o contexto socioeconômico e político dos EUA.

Em outras palavras, esta seção se propõe a examinar, especificamente, como se deu sua evolução, considerando as características qualitativas elencadas nas ECs do IASB 1989, 2010 e 2018 no decorrer dos anos e no contexto da EC, e, de que forma se relacionam com a Teoria da Contabilidade dos EUA. Muito embora as ligações entre as características qualitativas e a Teoria da Contabilidade sejam evolutivas, posto que aquelas originaram-se desta, os fatores ambientais (legal, educacional, cultural, entre outros) podem ter contribuído para a possível evolução das características qualitativas e, até mesmo, se afastando da Teoria da Contabilidade.

4.2.1 Evolução das características qualitativas na Estrutura Conceitual

A primeira EC emitida em nível internacional, em 1989, destacou quatro características qualitativas. Ela evidenciou que “qualitative characteristics are the attributes that make the information provided in financial statements useful to users. The four principal qualitative characteristics are understandability, relevance, reliability and comparability” (IASB, 1989, p. 8).

Naquele momento, o FASB já havia emitido seu quadro conceitual, sobretudo a SFAC 2 – *Qualitative Characteristics of Accounting Information*, a qual destacava a relevância e a confiabilidade como as duas principais qualidades que tornam a informação contábil útil para a tomada de decisões. Sujeitas a restrições impostas pelo custo e materialidade, maior relevância e maior confiabilidade são as características que tornam a informação uma mercadoria mais desejável, isto é, útil na tomada de decisões. Se uma dessas qualidades estiver ausente em sua totalidade, a informação não será útil¹² (FASB, 1980).

¹² Para o FASB (1980), embora, idealmente, a escolha de uma alternativa contábil deve produzir informações que sejam mais confiáveis e mais relevantes, pode ser necessário sacrificar uma qualidade para ganhar em outra. Essa visão diferiu, desde o princípio, da visão do IASB.

O FASB hierarquizou as características qualitativas. Em sua concepção, as características da informação que a tornam uma mercadoria desejável podem ser vistas como uma hierarquia de qualidades, com utilidade para a tomada de decisão de maior importância. A hierarquia separa qualidades específicas do usuário, por exemplo, compreensão de qualidades inerentes à informação (FASB, 1980).

Diferentemente do FASB, o IASC não hierarquizou as características qualitativas em sua primeira edição da EC e apresentou a compreensibilidade, a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade em mesmo nível, conforme evidenciado no Quadro 9, a seguir. Quanto à relevância, o IASC (1989) destaca como seu atributo a materialidade, visto que a relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Deste modo, a informação é relevante se a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões econômicas dos usuários na tomada de decisões com base nas demonstrações contábeis.

Quadro 9 – Características qualitativas evidenciadas na Estrutura Conceitual 1989.

| # | Característica | Atributo | Descrição |
|---|--------------------|--|--|
| 1 | Compreensibilidade | | Uma qualidade essencial da informação fornecida nas demonstrações contábeis é sua facilidade de compreensão pelos usuários. Para este efeito, presume-se que os usuários tenham conhecimento razoável das atividades econômicas e de contabilidade, bem como disposição para estudar as informações com razoável diligência. |
| 2 | Relevância | Materialidade | A informação tem a qualidade de relevância quando influencia as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar eventos passados, presentes ou futuros, ou confirmando ou corrigindo suas avaliações passadas. As funções preditivas e confirmatórias da informação estão inter-relacionadas. |
| 3 | Confiabilidade | Representação Fiel Substância sobre a forma Neutralidade Prudência Integridade | A informação tem a qualidade de confiabilidade quando está livre de erros e vies materiais, e os usuários podem dela depender para representar fielmente o que ela quer representar ou que se poderia razoavelmente esperar representar. |
| 4 | Comparabilidade | | Os usuários devem ser capazes de comparar as demonstrações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, a fim de identificar as tendências em sua posição financeira e desempenho. Os usuários também devem ser capazes de comparar as demonstrações contábeis de diferentes entidades a fim de avaliar sua posição financeira relativa, seu desempenho e suas mudanças na posição financeira. |

Fonte: Do autor.

Outra diferença diz respeito ao conceito da confiabilidade. Enquanto o FASB destacou uma relação mais próxima da precisão, o IASC/IASB considerou a confiabilidade no sentido da evidenciação da informação de modo que os usuários pudessem compreender de que maneira ela foi produzida e quais as bases para tal. Em outras palavras, não havia preocupação com a precisão da informação, mas com a evidenciação dos elementos necessários para sua compreensão.

Na *Concepts Statement 2*, os componentes da confiabilidade são fidelidade, verificabilidade e neutralidade representacionais, e sua discussão sobre a fidelidade representacional também abrange a integridade e a ausência de tendência. Já a EC (1989), parágrafo 31, destaca que “a informação tem a qualidade de confiabilidade quando é livre de erros materiais e de viés e pode ser dependente dos usuários para representar fielmente o que ele quer representar ou poderia razoavelmente esperar representar” (IASB, 1989, p. 8).

Em virtude da atuação conjunta entre o IASB e o FASB, no capítulo 3, relativo à Estrutura Conceitual 2010 (Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira útil), foram apresentadas algumas mudanças concernentes a esses elementos. A primeira delas diz respeito à hierarquização das características, i.e., deu-se destaque para a Relevância e a Representação Fiel da informação financeira.

Deste modo, a versão 2010 da EC destacou que, se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar (IASB, 2010). Assim, a Relevância e a Representação Fidedigna tornaram-se características qualitativas fundamentais, principais e/ou de maior destaque e abrangência.

Conforme mostrado nas *Basis for Conclusions*, tanto o FASB quanto o IASB, em suas ECs de 2010, discutiam a relevância como uma característica qualitativa da informação de relatórios financeiros, assim como todas as outras ECs que os Conselhos revisaram. No entanto, as duas ECs haviam definido a relevância e identificado seus componentes de forma um pouco diferente, e os Conselhos determinaram que o significado do valor preditivo precisava de atenção (FASB, 2006).

Os Conselhos não identificaram problemas significativos relacionados à identificação dos componentes de relevância. Portanto, fizeram apenas mudanças menores nessa área, uma das quais afeta a terminologia. A EC do IASB identificou o valor preditivo e o valor confirmatório como componentes de relevância, e a *Concepts Statement 2* do FASB referiu-se ao valor preditivo e ao valor de *feedback*. Conforme o FASB (2006), os Conselhos concluíram que o valor confirmatório e o valor de *feedback* têm o mesmo significado. No interesse da convergência da terminologia, decidiram usar o valor confirmatório no sentido amplo de confirmar a precisão das previsões anteriores ou corrigi-las.

Ao considerar as questões relacionadas à confiabilidade, os *Boards* observaram que há uma variedade de noções sobre o conceito do termo. Por exemplo, alguns se concentram na verificabilidade ou livre de erros materiais para a exclusão virtual do aspecto de fidedignidade da confiabilidade. Outros se concentram mais na representação fiel combinada com a neutralidade (IASB, 2008).

No *Exposure Draft of Improved Conceptual Framework for Financial Reporting*, emitido em 2008, o FASB e o IASB não explicaram claramente o que significa confiabilidade¹³, e cada grupo demonstra ter em mente uma noção diferente. Essas considerações levaram o FASB e o IASB a considerar como melhor transmitir o que a estrutura proposta significa em relação a confiabilidade (IASB, 2008).

Na concepção do IASB (1989), a informação tem qualidade de confiabilidade quando é livre de erros materiais e de viés, e os usuários podem dela depender para representar fielmente o que ele quer representar ou poderia razoavelmente esperar representar. Para representar fielmente os fenômenos econômicos, as representações contábeis devem ser completas, neutras e livres de erros materiais. Conseqüentemente, o FASB e o IASB propuseram que a representação fiel abranja todas as qualidades-chave que as ECs anteriores incluíam como aspectos de confiabilidade (FASB, 2006).

Nas discussões prévias, o FASB destacou que uma entidade pode dispor de um bem para outra parte, transmitindo a propriedade legal, e, no entanto, podem existir acordos que assegurem que a entidade continue desfrutando os benefícios econômicos futuros incorporados no bem. Nessas circunstâncias, o relatório de uma venda não representaria fielmente a transação firmada (FASB, 2006).

A Confiabilidade foi substituída pela Representação Fiel na EC 2010. O FASB e o IASB concluíram que a característica qualitativa da representação fiel abrange a garantia de que os relatórios financeiros representam a substância de um fenômeno

¹³ Mesmo o IASB não explicando claramente o significado da confiabilidade na EC (1989), o seu entendimento concernente a confiabilidade foge ao escopo da acurácia (*accuracy*). Se por um lado, a acurácia é definida segundo Ferreira (2004, apud Damácio, 2009) como exatidão de uma operação ou proximidade dos resultados e, segundo Reina (2017, p. 40) “O nível de acurácia é definido pela combinação da precisão e do viés. [...] pode-se afirmar que um estimador será mais acurado quanto menor for o seu viés e maior a sua precisão”, por outro, o IASB não considerou a confiabilidade relacionada a precisão da informação (IASB, 2013). De modo geral, a confiabilidade estava relacionada a substância sobre a forma e a evidenciação da informação. Assim, uma estimativa não deixa de ser uma informação confiável, desde que sejam evidenciadas as bases para a obtenção desta estimativa.

econômico e não apenas sua forma jurídica. Representar a forma jurídica que difere da substância econômica do fenômeno econômico subjacente não pode resultar em uma representação fiel. Portanto, a qualidade da representação fiel é incompatível com representações que subordinam a substância sobre a forma. Por conseguinte, a EC 2010 não identifica a substância sobre a forma como um componente da representação fiel, pois fazê-lo seria redundante (IASB, 2013).

Por sua vez, as outras características teriam a função de melhorar a informação relevante que representasse com fidedignidade o fenômeno que se propõe a representar. Desta maneira, a utilidade da informação financeira seria melhorada se ela fosse comparável, verificável, tempestiva e compreensível.

Em suma, as características qualitativas fundamentais são relevância e representação fidedigna. Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual das duas alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno (IASB, 2010). O Quadro 10, a seguir, destaca as CQ relativas a EC 2010.

Quadro 10 – Características qualitativas evidenciadas na Estrutura Conceitual 2010.

| # | Característica | Atributo | Descrição |
|-------------------|--------------------|---------------------------------------|--|
| C.Q. Fundamentais | Relevância | Materialidade | A informação tem a qualidade de relevância quando influencia as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar eventos passados, presentes ou futuros, ou confirmando ou corrigindo suas avaliações passadas. As funções preditivas e confirmatórias da informação estão inter-relacionadas. |
| | Representação Fiel | Completa Neutra Livres de Erros | A informação tem que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro. |
| C.Q. de Melhoria | Comparabilidade | - | Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. |
| | Verificabilidade | - | A verificação pode ser direta ou indireta. Verificação direta significa verificar um montante ou outra representação por meio de observação direta, como, por exemplo, por meio da contagem de caixa. Verificação indireta significa checar os dados de entrada do modelo, fórmula ou outra técnica e recalculá-los para obter os resultados obtidos por meio da aplicação da mesma metodologia. |
| | Tempestividade | - | Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. |
| | Compreensibilidade | - | Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível. |

Fonte: Do autor.

Nessa mesma linha, o IASB (2018) não propôs mudanças nas características qualitativas, sobretudo no que tange ao seu entendimento, exceto no retorno à prudência como um atributo da neutralidade. Os parágrafos BC3.20-BC3.25 do capítulo 3 explicam a razão do IASB ter substituído o termo “confiabilidade” pelo termo “representação fiel”. O principal motivo para a mudança foi uma falta de entendimento comum do termo confiabilidade. Em específico, muitos equiparavam a confiabilidade com a informação sendo verificável ou livre de erros materiais.

4.2.2 Características qualitativas antes do *A Statement of Basic Accounting Theory*

A literatura prévia destaca uma série de características qualitativas, apresentadas pelos normatizadores, tais como: objetividade, clareza, concisão, construtividade, tempestividade, adequação, significância, representação fiel, integridade, neutralidade, ausência de erros e comparabilidade (e.g., IASB, 2010; FASB, 2010; FASB, 1980; IASB, 1989). A literatura acadêmica, por sua vez, destaca característica como: relevância, representação fiel, neutralidade, verificabilidade, oportunidade, inteligibilidade, confiabilidade, quantificabilidade, suportabilidade, prova ou credibilidade, imparcialidade, relevância, adequação, objetividade e exatidão, operatividade, frequência, comparabilidade, direcionamento, eficiência, compreensibilidade, confiabilidade, validade, neutralidade, prudência, transparência, alta qualidade, consistência interna, veracidade e visão justa ou representação verdadeira e sinceridade (SHAHWAN, 2008; BEEST; BRAAM; BOELEN, 2009; CHATTERJEE et al., 2012; LIANA, 2012; ADRIAN-COSMIN, 2015; SHALIMOVA; STEZHKO, 2016).

Mesmo uma breve análise das características qualitativas mostra que a objetividade e a significância são características básicas, que a eficiência é uma característica integrada, que a oportunidade e a adequação, a imparcialidade e a neutralidade se duplicam entre si, que a consistência interna pode ter o significado de seguir a lógica da apresentação e os parâmetros de sinceridade e prudência levantam muitos questionamentos (SHALIMOVA; STEZHKO, 2016).

As primeiras publicações relativas à Teoria da Contabilidade, principalmente aquelas de maior destaque, tais como as propostas por Paton (1922), Cohen (1937), Sanders, Hatfield e Moore (1938), Gilman (1939), Paton e Littleton (1940), AAA (1941), AAA (1948), Littleton (1953), Moonitz (1961), Sprouse e Moonitz (1962) e outras, pouco se propuseram a discutir ou mesmo a evidenciar características qualitativas da informação contábil.

Em parte, a ausência de características qualitativas se deve ao objetivo da informação fornecida pela contabilidade em virtude do foco principal antes e após a abordagem da *decision usefulness* proposta inicialmente por Staubus (1956). Assim, pouca ênfase se deu às características qualitativas, antes da emissão do ASOBAT (1966).

A mudança de foco, destacando os usuários como o centro da contabilidade de modo que, ao produzir informação financeira, o preparador se propusesse a evidenciá-las com vistas a atender as necessidades dos usuários, sobretudo os externos, criou oportunidade para a criação de características que tornaram as informações mais úteis.

No entanto, de forma indireta e mesmo que superficialmente, as características qualitativas estiveram presentes nas publicações prévias, como, por exemplo, a uniformidade, a verificabilidade e a comparabilidade. Quanto a esta, os primeiros teóricos já evidenciavam certa preocupação com a apresentação de demonstrações contábeis comparáveis.

Para Sanders, Hatfield e Moore (1938), existe uma demanda considerável por uma forma uniforme do balanço e demonstração do resultado com base na ideia de que a uniformidade eliminaria práticas contábeis ruins e diminuiria mal-entendidos. Mas, devido às diferenças essenciais entre as indústrias, a uniformidade completa é indesejável.

Quanto à verificabilidade, Paton e Littleton (1940) relataram que uma das contribuições importantes feitas pela auditoria profissional em seu desenvolvimento inicial na Grã-Bretanha foi a ênfase colocada em evidência objetiva para suportar transações registradas. Então, verificar significava estabelecer a verdade, testar a precisão de um fato para fundamentar uma afirmação. A evidência é um meio de verificar a verdade ou de fornecer provas. Um documento autêntico, por exemplo, é uma forma de evidência cuja validade deriva prontamente da sua associação com uma parte externa. Por exemplo, as receitas reconhecidas seriam aceitas como válidas apenas com base nos elementos objetivos fornecidos pelas vendas a partes independentes. As despesas seriam aceitas com base nos elementos de prova objetivos, fornecidos por documentos comerciais autênticos relacionados com a transação.

Em 1941, a AAA publicou a *Accounting Principles Underlying Corporate Financial Statements*. A AAA (1941) destacou que a finalidade das demonstrações contábeis periódicas de uma empresa é fornecer informações necessárias para a formulação de julgamentos confiáveis. O conhecimento da origem e da expiração dos recursos econômicos de uma empresa e as conseqüentes mudanças nos interesses de seus credores e investidores é essencial para esse fim, e esses fatos devem ser expressos de tal forma que as demonstrações contábeis sejam

inteligíveis e, na medida do possível, comparáveis com as demonstrações de outros períodos e de outras sociedades (AAA, 1941).

Sprouse e Moonitz (1962) evidenciaram a consistência como um dos postulados propostos no ARS 3 – *A Tentative Set of Broad Accounting for Business Enterprises*. Para os autores, os procedimentos usados na contabilização de eventos de uma determinada entidade devem ser apropriados para a mensuração de sua posição financeira e de suas atividades, e devem ser seguidos consistentemente de período para período (SPROUSE; MOONITZ, 1962).

Em linhas gerais, Sanders, Hatfield e Moore (1938), Paton e Littleton (1940), AAA (1941) e Sprouse e Moonitz (1962) demonstraram preocupação com algumas características, as quais as demonstrações contábeis deveriam possuir, mesmo que não possuíssem o *status* de características qualitativas.

4.2.3 Características qualitativas a partir do *A Statement of Basic Accounting Theory*

O fornecimento de informações com qualidade para a tomadas de decisões dos investidores tornou-se cada vez mais necessário, uma vez que os indicadores dos relatórios financeiros não refletiam a realidade econômica das companhias. A falta de comparabilidade provocada pelas distintas formas de reconhecer alguns eventos, poderia ser consequência de definição ou de substância econômica.

A AAA (1966) discutiu quatro padrões da informação contábil (relevância, verificabilidade, livre de viés e quantificação) e propôs cinco diretrizes (adequação ao uso esperado, divulgação de relacionamentos significativos, inclusão de informações ambientais, uniformidade de prática dentro de e entre entidades, consistência de práticas ao longo do tempo) para a comunicação de informações a serem empregadas como critérios para implementar os objetivos da contabilidade, conforme evidenciado no Quadro 11, a seguir.

Quadro 11 – Padrões e diretrizes evidenciados no *A Statement of Basic Accounting Theory* (continua).

| # | Padrão e Diretriz | Descrição |
|---|--------------------|--|
| 1 | Relevância | <p>Para que as informações satisfaçam o padrão de relevância, elas devem ter ou estar associadas de maneira útil à ação que o padrão pretende facilitar ou ao resultado que se deseja produzir. Isso exige que a informação ou o ato de comunicação exerçam influência ou tenham a capacidade de exercer influência sobre as ações designadas. Para que essa influência possa ser exercida, a informação deve estar disponível de uma forma e em um momento para que ela seja útil.</p> |
| 2 | Verificabilidade | <p>Verificabilidade exige que as medidas ou conclusões essencialmente similares sejam alcançadas se duas ou mais pessoas qualificadas examinaram os mesmos dados.</p> <p>É importante porque as informações contábeis são comumente usadas por pessoas que têm acesso limitado aos dados. Quanto menor a proximidade com os dados, maior se torna o grau desejável de verificabilidade. Verificabilidade também é importante porque os usuários da informação contábil, por vezes, têm interesses opostos.</p> <p>Esta norma nem sempre requer resultados idênticos. Permite variação dentro de limites conhecidos.</p> |
| 3 | Livre de viés | <p>É possível que as informações contábeis possuam um alto grau de relevância e verificabilidade e ainda serem tendenciosas em favor de algumas partes e prejudicial para os outras.</p> <p>Este desvio pode resultar da utilização de técnicas inapropriadas ou pode ser de uma natureza pessoal.</p> <p>Exemplo: A utilização de taxas gerais em instalações pode produzir um viés nas informações do custo do produto. Livre de viés significa que os fatos tenham sido imparcialmente determinados e comunicados. Isso também significa que as técnicas usadas no desenvolvimento de dados devem ser livres de preconceitos.</p> |
| 4 | Quantificabilidade | <p>Quantificabilidade relaciona-se com a atribuição de números para a informação que está sendo relatada.</p> <p>O dinheiro é o mais comum, mas não é a única medida quantitativa utilizada na contabilidade. A quantificação dos dados acrescenta utilidade. Medição em seu aspecto mais primitivo envolve a formação de classes de objetos ou eventos equivalentes. Esta é a base para identificar, reconhecer e rotular objetos comuns.</p> |

Quadro 11 – Padrões e diretrizes evidenciados no *A Statement of Basic Accounting Theory* (conclusão).

| # | Padrão e Diretriz | Descrição |
|---|---|---|
| 5 | Uniformidade de prática dentro das e entre as entidades | <p>Quando existem vários métodos alternativos de mensuração de uma atividade econômica, é importante que a melhor opção disponível seja usada de maneira uniforme dentro de uma empresa, por diferentes empresas, e, na medida do possível, por indústrias diferentes.</p> <p>A uniformidade é necessária, afim de satisfazer a norma de livre de viés, uma vez que alguns métodos abrem caminho para a manipulação dos resultados com o intuito de atender os propósitos daqueles que controlam os relatórios. Por exemplo, em um período de aumento dos preços, utilizar o método PEPS para a avaliação dos inventários, resultando em lucro tributável menor do que seria produzido por alguns outros métodos.</p> |
| 6 | Consistência de prática ao longo do tempo | <p>Grande parte da função da contabilidade envolve mensuração, comunicação de dados mensurados e como eles se relacionam no tempo. Mensurações individuais geralmente são úteis, mas a utilidade pode ser melhorada a partir da observação das tendências reveladas pelo exame de uma série de relatórios.</p> <p>É preciso reconhecer que a conformidade absoluta com a diretriz da uniformidade poderia causar informações tendenciosas. Com o passar do tempo, as condições mudam e, assim, evitam melhorias necessárias nos métodos de mensuração e de comunicação.</p> |

Fonte: Do autor.

Esta foi a gênese das características qualitativas que se tornaram um elemento básico em futuras ECs. A apresentação dos padrões e das diretrizes, no capítulo II, possibilitou que o ASOBAT incorporasse, no capítulo III, as discussões relativas a informação contábil para usuários externos, o qual apresentou recomendações gerais e, em seguida, recomendações específicas adicionais sobre áreas que apresentavam problemas contábeis.

O primeiro padrão ou característica, a relevância, destaca a importância da informação para os usuários, sobretudo os externos, i.e., a informação deve ser produzida com a expectativa de atender à necessidade dos usuários, sendo relevante para eles em detrimento da produção de demonstrações contábeis baseadas em Princípios Contábeis (AAA, 1966).

Outro destaque do ASOBAT foi o padrão ou característica da verificabilidade, já abordada por outros autores em outras produções. No entanto, a partir do ASOBAT, a verificabilidade ganhou notoriedade, em virtude da sua ligação com o objetivo dos relatórios financeiros, uma vez que aquela decorre dele (AAA, 1966).

Quanto ao padrão livre de viés, ele assemelha-se à neutralidade, que, mais tarde, tornou-se um dos atributos da representação fiel. Na visão dos autores, a informação poderia ser relevante e verificável e, mesmo assim, ser enviesada em prol de algum usuário. Assim, essa característica ou padrão, como foi denominada, complementaria a relevância e a verificabilidade, tornando a informação mais importante para os usuários (AAA, 1966).

Em relação às diretrizes, duas delas convergem em direção à comparabilidade: a uniformidade da prática dentro das e entre as entidades e a consistência da prática ao longo do tempo. Apesar de a comparabilidade e a consistência serem diferentes, a consistência auxilia a alcançar a comparabilidade. A utilização de práticas consistentes ao longo do tempo dentro de e entre entidades levam à comparabilidade da informação, elevando sua utilidade para os usuários (AAA, 1966).

Na EC de 2018, a quantificabilidade está ligada a verificabilidade: informação quantificável não necessita ser um único ponto estimado para ser verificável. Uma faixa de possíveis montantes com suas probabilidades respectivas pode também ser verificável (IASB, 2018).

Por sua vez, o Pronunciamento n. 4 do APB, após enumerar e discutir cinco objetivos gerais sobre que tipo de informação financeira a empresa deveria fornecer, elaborou, então, sete objetivos qualitativos — significava atributos e não objetivos — que tornam a informação financeira útil: relevância, compreensibilidade, verificabilidade, neutralidade, tempestividade, comparabilidade e integralidade (AICPA, 1970), conforme evidenciado no Quadro 12, a seguir.

Certas qualidades ou características tornam a informação financeira útil. Fornecer informações que tenham cada uma dessas qualidades é um objetivo da contabilidade financeira. Tais objetivos qualitativos são, pelo menos, parcialmente alcançados, embora a melhoria seja provavelmente possível em relação a cada um deles. As restrições à plena realização dos objetivos qualitativos são causadas por conflitos de objetivos, por influências ambientais e pela falta de compreensão total dos objetivos (AICPA, 1970).

Quadro 12 – Objetivos qualitativos evidenciados no APB 4 (continua).

| # | Objetivo Qualitativo | Descrição |
|---|----------------------|--|
| 1 | Relevância | O objetivo da relevância auxilia na seleção de métodos de mensuração e outros relatos da contabilidade financeira mais propensos a auxiliar os usuários na tomada de decisões econômicas. Ao julgar a relevância das informações de propósito geral, a atenção é focada nas necessidades dos usuários e não em necessidades específicas de usuários específicos. Uma tarefa vital é determinar as necessidades comuns e as informações que são relevantes para elas. A relevância é o principal objetivo qualitativo, pois a informação que não se refere às decisões para as quais é usada é inútil, independentemente do grau em que satisfaça os outros objetivos. |
| 2 | Compreensibilidade | Informações compreensíveis da contabilidade financeira apresentam dados que podem ser entendidos pelos usuários da informação e são expressos de forma e com terminologia adaptadas ao alcance dos usuários. A compreensão é importante porque a informação contábil deve ser inteligível para ser útil. Os usuários das demonstrações contábeis podem entender as informações somente se os dados apresentados e o seu método de apresentação forem significativos para eles. Compreensibilidade também requer que os usuários tenham alguma compreensão das atividades econômicas complexas das empresas, do processo de contabilidade financeira e da terminologia técnica usada nas demonstrações contábeis. |
| 3 | Verificabilidade | Informações verificáveis da contabilidade financeira fornecem resultados que seriam substancialmente duplicados por medidores independentes usando os mesmos métodos de medição. Mensurações não podem ser completamente livres de opiniões subjetivas e julgamentos. O processo de medição e apresentação da informação devem usar agentes humanos e raciocínio humano e, portanto, não se baseia exclusivamente em uma realidade objetiva. No entanto, a utilidade da informação é aumentada se for verificável, isto é, se o atributo ou atributos selecionados para a medição e os métodos de medição utilizados fornecerem resultados que podem ser corroborados por medidores independentes. |
| 4 | Neutralidade | A informação da contabilidade financeira neutra é dirigida para as necessidades comuns dos usuários e é independente das presunções sobre necessidades e desejos específicos de usuários específicos da informação. Medições não baseadas em presunções sobre as necessidades específicas de usuários específicos aumentam a relevância da informação para as necessidades comuns dos usuários. Os preparadores de informações de contabilidade financeira não devem tentar aumentar a utilidade da informação para alguns usuários em detrimento de outros que podem ter interesses opostos. |
| 5 | Tempestividade | As informações contábeis financeiras oportunas são comunicadas suficientemente cedo para serem usadas nas decisões econômicas que possam influenciar e evitar atrasos na tomada dessas decisões. |
| 6 | Comparabilidade | Informações comparáveis apresentam semelhanças e diferenças que surgem de semelhanças básicas e diferenças na empresa ou empresas, e de suas transações, e não meramente de diferenças nos tratamentos da contabilidade financeira. |

Quadro 12 – Objetivos qualitativos evidenciados no APB 4 (conclusão).

| # | Objetivo Qualitativo | Descrição |
|---|----------------------|--|
| 7 | Integridade | Informações completas incluem todos os dados contábeis financeiros que atendem razoavelmente aos requisitos dos outros objetivos qualitativos. |

Fonte: Do autor.

Os primeiros seis objetivos qualitativos especificam qualidades que são desejáveis nas informações financeiras relatadas. O objetivo da integralidade mostra que toda informação que tem as seis qualidades em grau razoável deve ser relatada.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), o APB 4 apresenta que o objetivo da contabilidade é fornecer informações financeiras úteis sobre os recursos e as obrigações econômicas para a tomada de decisões, e para que esse objetivo seja atingido, diversos objetivos qualitativos devem ser alcançados.

Seguindo a abordagem do ASOBAT e do APB 4, o *Trueblood Reporting* discutiu as características qualitativas (vide Quadro 13, a seguir) dos relatórios financeiros. Conforme foi evidenciado no *Trueblood Reporting*, a informação deve ser (a) relevante e material, (b) sua substância deve reger a forma, (c) sua informação deve ser confiável e (d) livre de viés, (e) deve promover a comparabilidade, (f) ser consistente e (g) compreensível (AICPA, 1973).

Quadro 13 – Características qualitativas dos relatórios evidenciadas no *Trueblood Reporting* (continua).

| # | Característica Qualitativa | Descrição |
|---|----------------------------|--|
| 1 | Relevância e materialidade | A contabilidade financeira, como um sistema de identificação e síntese de informações financeiras, destina-se a ajudar os usuários a tomar decisões econômicas informadas. As informações que não se referem aos problemas a que se destinam simplesmente não são úteis, independentemente de suas outras qualidades. As informações devem ser divulgadas nas demonstrações contábeis quando for susceptível de influenciar as decisões econômicas dos usuários das demonstrações contábeis. As informações que atendem a este requisito são materiais. |
| 2 | Substância sobre a forma | As diretrizes para relatar informações devem ser expressas de forma que a substância reine, não a forma. O Grupo de Estudo, ao propor definições e objetivos, tentou seguir este princípio. Por exemplo, os ciclos de lucros são definidos em termos de recebimentos e desembolsos de caixa altamente prováveis em vez de recebimentos e desembolsos reais. Esta definição enfatiza informações substantivas sobre as probabilidades dos fluxos de caixa em vez da efetiva recepção ou desembolso. |
| 3 | Confiabilidade | <p>A confiabilidade varia de acordo com a natureza da informação. Por exemplo, certas informações apresentadas sobre instalações e equipamentos podem ser menos confiáveis do que certas informações sobre ativos circulantes devido a diferenças na incerteza de realização. A informação mais confiável, no entanto, pode não ser a mais importante em termos de avaliação do usuário do poder de gerar lucros de uma empresa.</p> <p>A exigência de que as informações contábeis sejam confiáveis não implica que a informação possivelmente se aproxime de 100% de exatidão. A confiabilidade da informação das demonstrações contábeis é afetada não apenas pelas incertezas inerentes ao assunto, mas também pelo grau de precisão do processo de mensuração.</p> |
| 4 | Livre de viés | Preparadores e usuários, mutuários e credores, compradores e vendedores, grupos de interesse especial e outros têm interesses primários nas demonstrações contábeis. No caso da informação afetada por julgamentos, que necessariamente tem algum viés, não deve haver viés proposital favorecendo qualquer grupo. A ausência de parcialidade, que pode ser caracterizada como neutralidade e justiça, é reconhecida na contabilidade, embora a percepção do que é neutro e justo tenha mudado com o tempo e as necessidades. Nas demonstrações contábeis, evitar o viés que possivelmente beneficia os interesses de um grupo à custa de outro requer que a aplicação do conservadorismo seja cuidadosamente considerada. Conservadorismo, por sua própria causa, pode introduzir viés. |
| 5 | Comparabilidade | As informações financeiras devem facilitar as comparações necessárias para se fazer investimentos e tomar outras decisões. A diversidade de operações e de pontos de vista gerenciais entre as empresas ligadas dificulta a comparabilidade dos relatórios financeiros. |

Quadro 13 – Características qualitativas dos relatórios evidenciadas no *Trueblood Reporting* (conclusão).

| # | Característica Qualitativa | Descrição |
|---|----------------------------|---|
| 6 | Consistência | A consistência do método ao longo do tempo é um adjunto valioso à comparabilidade. Pode-se esperar que as necessidades dos usuários das demonstrações contábeis mudem, o que produzirá uma necessidade de mudança de objetivos e de mudanças nas normas contábeis. À medida que forem desenvolvidas melhores técnicas, os métodos contábeis também mudarão. Para proporcionar continuidade, será necessário apresentar resultados de métodos antigos e novos por um tempo. O desejo de coerência não deve se tornar uma obsessão capaz de impedir o progresso. Quando as informações indicarem que a apresentação atual é inadequada, uma nova apresentação deve ser adotada. Mas até que isso aconteça, a consistência deve ser observada meticulosamente. |
| 7 | Compreensibilidade | As informações contábeis devem ser apresentadas para que possam ser compreendidas por usuários razoavelmente bem informados, bem como por usuários sofisticados. Com efeito, a apresentação de informações compreensíveis apenas para usuários sofisticados estabelece um viés. Investidores com meios para fazer sua própria pesquisa já têm uma vantagem sobre os outros. A forma e o conteúdo das demonstrações contábeis não devem ser somadas a esta vantagem. |

Fonte: Do autor.

A relevância se consolida como uma característica essencial dos relatórios financeiros mesmo que a hierarquização não exista, estando vinculada à utilidade da informação, i.e., a informação útil está sob assistência da sua relevância para os usuários.

Da mesma maneira, já abordada historicamente como necessária, a comparabilidade foi evidenciada como característica, assim como destacada no AICPA (1970), ratificando sua importância em virtude de sua exposição nas duas produções sob a tutela do AICPA.

Sob o título livre de viés, o Grupo de Estudo afirmou que "o conservadorismo por sua própria causa pode realmente introduzir viés" (AICPA, 1973, p. 58) e destacou a mesma abordagem do ASOBAT (1966) no sentido de neutralidade da informação, nomenclatura já utilizada no AICPA (1970). No *Trueblood Reporting*, foi sugerida "uma diminuição substancial na crença de que o conservadorismo é essencial" se as demonstrações contábeis forem para comunicar "informações sobre vários graus de incerteza, sobre os julgamentos feitos e as interpretações aplicadas e sobre a informação factual subjacente" (AICPA 1973, p. 59).

Por sua vez, a confiabilidade foi evidenciada com uma característica qualitativa. Conforme destacado no relatório, a ideia era de informação precisa (diferentemente do que seria abordado pelo IASC/IASB alguns anos mais tarde) ou, ao menos, próxima da exatidão, mesmo que não pudesse ser alcançada em sua totalidade.

Na sequência da emissão do *Trueblood Reporting*, no Reino Unido, sob a tutela ASSC, foi emitido o *The Corporate Reporting*. O grupo de trabalho enumerou e discutiu sete "características desejáveis" para facilitar a implementação do objetivo dos relatórios financeiros. De certo modo, se os relatórios corporativos devem ser úteis e cumprir seu objetivo fundamental, eles devem possuir as seguintes características: "relevância, compreensibilidade, confiabilidade, integridade, objetividade, tempestividade e comparabilidade" (ASSC 1975, pp. 28-31), conforme evidenciado no Quadro 14, a seguir. A prudência não foi discutida na seção do relatório sobre as características desejáveis (ASSC, 1975, p. 28-29), mas foi abordada em uma seção posterior sobre os conceitos de lucro.

Quadro 14 – Características desejáveis dos relatórios evidenciadas no *The Corporate Reporting*.

| # | Característica Desejável | Descrição |
|---|--------------------------|---|
| 1 | Relevância | <i>Relevância é a característica que incorpora a noção fundamental de que os relatórios corporativos devem procurar satisfazer, na medida do possível, as necessidades de informações dos usuários. Embora esta noção seja a essência do objetivo dos relatórios consolidados, é necessário reconhecer que os próprios usuários são livres para definir os seus próprios objetivos e as informações que necessitam.</i> |
| 2 | Compreensibilidade | <i>Compreensibilidade não significa necessariamente simplicidade ou que a informação deva ser apresentada em termos elementares, pois isso pode não ser consistente com a descrição adequada de atividades econômicas complexas. Significa, contudo, que o juízo deve ser aplicado para manter o equilíbrio entre a necessidade de assegurar que todas as questões materiais sejam divulgadas e a necessidade de evitar confundir os usuários com o fornecimento de demasiados pormenores.</i> |
| 3 | Confiabilidade | <i>As informações apresentadas devem ser confiáveis na medida em que os usuários sejam capazes de avaliar o grau de confiança que pode ser depositada nela. A credibilidade das informações contidas nos relatórios corporativos é reforçada se for verificada.</i> |
| 4 | Integridade | <i>As informações apresentadas devem ser completas na medida em que proporcionam aos usuários uma imagem equilibrada das atividades econômicas da entidade que relata. Uma vez que isto é provavelmente complexo, segue-se que os relatórios corporativos, provavelmente serão documentos complexos.</i> |
| 5 | Objetividade | <i>A informação apresentada deve ser objetiva ou imparcial na medida em que atenda a todas as necessidades dos usuários e neutra na medida em que a percepção do medidor não seja tendenciosa em relação ao interesse de quaisquer grupos de usuários. Isso implica na necessidade de padrões de relatórios que sejam, eles próprios, neutros em relação a interesses conflitantes.</i> |
| 6 | Tempestividade | <i>As informações apresentadas são oportunas quando sua publicação data, razoavelmente, logo após do fim do período a que se refere, de modo que contenha novas informações significativas sobre a entidade e no sentido de que os relatórios corporativos sejam mais úteis ao conter medidas de valor atualizadas.</i> |
| 7 | Comparabilidade | <i>A informação deve ser expressa em termos que permitam ao usuário comparar os resultados da entidade ao longo do tempo e com outras entidades similares. A consistência na aplicação de conceitos e políticas contábeis é um meio de alcançar a comparabilidade, particularmente para a comparação da entidade consigo mesma. Mas a consistência é uma característica desejável apenas na medida em que contribui para a comparabilidade e compreensão. Reconhece-se que uma aplicação mecânica involuntária de padrões geralmente aceitos não produz inevitavelmente uma apresentação justa.</i> |

Fonte: Do autor.

A relevância, a confiabilidade e a comparabilidade novamente são destacadas como características qualitativas ou desejáveis, como é o caso. De certo modo, essas características ganharam importância e foram vistas pelos normatizadores como essenciais. Em maio de 1980, o FASB emitiu a Declaração de Conceitos n. 2,

intitulada *Características qualitativas das informações contábeis*. Segundo Jones (2015), grande parte do trabalho de desenvolvimento do SFAC n. 2 teve a contribuição de David Solomons, professor de contabilidade da Universidade da Pensilvânia. Solomons acreditava firmemente que a neutralidade era fundamental para a eficácia do processo de definição de padrões. A *decision usefulness* também foi aceita como um dos principais objetivos do SFAC n. 2, com ênfase nos elementos qualitativos de relevância, confiabilidade e comparabilidade.

4.2.4 Resumo

As características qualitativas são resultado do desenvolvimento histórico da Teoria da Contabilidade. De outro modo, elas nasceram sob a égide da teoria, evoluindo no decorrer do tempo, sofrendo influência do ambiente no qual estavam inseridas, sobretudo dos normatizadores.

As publicações da Teoria da Contabilidade (AICPA, 1970, 1973; AAA, 1966; ASSC, 1975; PATON; LITTLETON, 1940; SANDERS; HATFIELD; MOORE, 1938; SPROUSE; MOONITZ, 1962) não se propuseram a destacar quaisquer características qualitativas em detrimento de outras. A hierarquização ocorreu por conta do FASB e do IASB, na construção das suas ECs, aprimorando suas características qualitativas, emanadas do objetivo dos relatórios financeiros.

A primeira EC, em nível internacional, evidenciou a relevância, a confiabilidade, a compreensibilidade e a comparabilidade (IASB, 1989). Na sequência, o IASB destacou a relevância e a representação fiel como características qualitativas fundamentais, e a comparabilidade, a compreensibilidade, a verificabilidade e a tempestividade como características qualitativas de melhoria (IASB, 2010). Essa hierarquização provavelmente se deu em virtude do trabalho conjunto com o FASB, e sua influência, tendo em vista que o quadro conceitual já destacava a relevância e a confiabilidade como fundamentais.

Quanto a relevância, a partir do ASOBAT (1966), foi também abordada no APB 4 (AICPA, 1970), no *Trueblood Reporting* (AICPA, 1973), no *The Corporate Reporting* (ASSC, 1975) e pelo FASB no quadro conceitual. Em linhas gerais, trata-se da qualidade essencial da informação contábil porque se refere à capacidade de influenciar as decisões dos investidores, dos credores e de outros usuários das demonstrações contábeis.

A respeito da sua relação com a Teoria da Contabilidade, não existem diferenças substanciais entre o que foi proposto inicialmente e o que é a relevância na EC 2018 exceto quanto à hierarquização, tornando-a uma característica qualitativa fundamental, e quanto à evolução natural influenciada pelo ambiente no qual a contabilidade está inserida.

Outro destaque é a materialidade¹⁴, já abordada no *Trueblood Reporting*, em conjunto com a relevância. Diferentemente, o IASB propôs a materialidade como um aspecto da relevância baseado na natureza ou na magnitude, ou em ambos, da informação.

A segunda característica qualitativa fundamental, a representação fidedigna, é a que apresenta a maior divergência com a Teoria da Contabilidade. Se, por um lado, no *Trueblood Reporting* (1973) e no *The Corporate Reporting* (1975) a ênfase é a confiabilidade, por outro, o IASB defende a representação fidedigna.

Na primeira versão da EC, em 1989, na qual o IASB apresentou a confiabilidade como característica qualitativa, o significado foge ao escopo da precisão da informação, como foi abordado pelas produções supracitadas e pela Teoria da Contabilidade. Na verdade, a intenção do IASB foi de informação confiável no sentido da essência sobre a forma e de evidenciação de todas as bases possíveis para que o usuário compreendesse a informação e como ela foi obtida. Essa visão converge com o que é proposto em Liana (2012) visto que as informações contábeis devem representar com exatidão o respectivo evento.

A visão proposta pelo IASB, relacionada com o contexto político, pode ser resultado da proposição de padrões, sobretudo quanto ao estabelecimento das bases de mensuração em virtude da crescente aceitação do valor justo e de sua impossibilidade de precisão na atribuição de valor aos elementos das demonstrações contábeis em especial. Desta forma, a representação fiel, alinhada com a substância econômica e com a atribuição de bases necessárias para a compreensão dos usuários, faz com que a informação seja mais útil para os usuários.

¹⁴ No que tange a materialidade, as opiniões do FASB e do IASB são divergentes. Enquanto o IASB considera a materialidade como um aspecto da relevância, o FASB entende que, apesar de serem definidas pelo que influencia ou faz diferença para um investidor ou outro tomador de decisão, os dois conceitos podem ser distinguidos um do outro. Relevância é uma noção geral sobre que tipo de informação é útil para os investidores. A materialidade é uma noção específica da entidade.

Nesse contexto, o IASC evidenciou na EC de 1989 que uma das características qualitativas da informação financeira útil era a confiabilidade. Em 2010, o Capítulo 3 substituiu a confiabilidade pela característica qualitativa de representação fiel, que diz que informação é útil se representar fielmente o que ela se propõe apresentar. O principal motivo para a mudança foi a falta de entendimento comum do termo confiabilidade. Em específico, muitos equiparavam a confiabilidade com a informação sendo verificável ou livre de erros materiais. O termo “confiabilidade” possuía, de fato, a intenção de descrever mais do que apenas verificar e ser isento de erros materiais (IASB, 2013).

Em virtude da alteração da confiabilidade para representação fiel, a prudência, outro aspecto da confiabilidade na Estrutura Conceitual (1989), foi retirada em 2010. Esse aspecto gerou muitas discussões, principalmente devido ao conservadorismo intrínseco na elaboração dos relatórios financeiros desde a década de 1920 e perpetuado por Paton e Littleton (1940).

Na EC 2018, o IASB considerou que a prudência, definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza, pode ajudar a alcançar a neutralidade na aplicação de políticas contábeis (o aspecto de neutralidade). Desta forma, o IASB propôs a reintrodução do termo prudência, definido como “prudência cautelosa”, enquanto um atributo da neutralidade, diferentemente da prudência assimétrica (IASB, 2015b).

Com relação à comparabilidade, ela foi previamente abordada no APB 4 (AICPA, 1970), no *Trueblood Reporting* (AICPA, 1973) e no *The Corporate Reporting* (1975), de forma similar ao que propõe a EC atual. A ideia era que, quando se tratasse de uma consequência importante da qualidade da informação a ser comparável, os usuários deveriam ser informados sobre as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis e de quaisquer alterações nessas políticas, bem como sobre os efeitos de tais mudanças, convergente com a visão proposta em Adrian-Cosmin (2015).

De forma indireta, outras publicações já haviam contribuído para o surgimento da comparabilidade (AAA, 1966; PATON; LITTLETON, 1940; SANDERS; HATFIELD; MOORE, 1938) mencionando a uniformidade e a consistência, uma vez que a utilização de práticas consistentes ao longo do tempo, dentro de e entre entidades, levavam à comparabilidade da informação e elevavam sua utilidade para os usuários. As diretrizes do ASOBAT, a uniformidade de prática dentro de e entre

as entidades e a consistência de prática ao longo do tempo convergem em direção à comparabilidade. No entanto, a comparabilidade e a consistência são diferentes, sendo que esta apenas auxilia a alcançar aquela conforme propõe a Estrutura Conceitual.

A compreensibilidade figurou, inicialmente, no APB 4 (AICPA, 1970) e posteriormente no *Trueblood Reporting* (AICPA, 1973) e no *The Corporate Reporting* (ASSC, 1975). A tempestividade, como característica, surgiu inicialmente no APB 4 (AICPA, 1970) e posteriormente no *The Corporate Reporting* (ASSC, 1975). Apesar da definição diferente, a compreensão é a mesma proposta na EC. A principal diferença é o fato da hierarquização, tornando a compreensibilidade e a tempestividade características secundárias, as quais melhoram a qualidade da informação.

A última característica, a verificabilidade foi evidenciada em Paton e Littleton (1940) a fim de proporcionar o principal meio pelo qual os fatos registrados poderiam ser verificados. Adicionalmente, foi incorporada em algumas produções subsequentes, como o ASOBAT (1966) e APB 4 (AICPA, 1970), tendo sido uma das grandes contribuições da auditoria, sobretudo no Reino Unido, e fortemente desejada a partir da década de 1930, principalmente após a criação da SEC. Assim, o que propõe a EC alinha-se com a Teoria da Contabilidade, exceto pelo fato de que partiu de conceitos rudimentares e evoluiu no decorrer do tempo, convergindo em sua atual definição.

No geral, as características qualitativas foram oriundas da Teoria da Contabilidade sobretudo dos EUA e, portanto, se assemelham, mesmo considerando o impacto do ambiente no qual as entidades de classe e os normatizadores estão envolvidos, melhorando-os. As exceções são, em primeiro lugar, a hierarquização feita pelo FASB, no Quadro Conceitual, e pelo IASB, nas ECs de 2010 e 2018, tornando a relevância e a representação fiel, características qualitativas fundamentais, e a comparabilidade, a verificabilidade, a tempestividade e a compreensibilidade como características qualitativas de melhoria.

Em segundo lugar, a principal divergência refere-se à relação confiabilidade *versus* representação fidedigna. Se, por um lado, o IASB alterou a característica qualitativa confiabilidade para representação fidedigna, tendo o entendimento que a confiabilidade evidenciada na EC (1989) deveria ter sido entendida no contexto da evidenciação adequada da informação e da substância sobre a forma, por outro, a

Teoria da Contabilidade, por meio de suas produções, inicialmente defendia a ideia de precisão.

Por fim, o Quadro 15, a seguir, apresenta o resumo das características evidenciadas e discutidas anteriormente, bem como sua origem e aparição nas publicações relativas a Teoria da Contabilidade e, o Quadro 16, a seguir, aponta a evolução e as mudanças das características qualitativas.

Quadro 15 – Resumo das características qualitativas evidenciadas na Estrutura Conceitual 2018 (continua).

| Característica | Teoria da Contabilidade/ Estrutura Conceitual | Ano | Publicação | Classificação |
|-------------------------|--|------------|--------------------------------|--|
| Relevância | Teoria da Contabilidade | 1966 | ASOBAT | Padrão básico da informação |
| | | 1970 | APB 4 | Objetivo primário da informação |
| | | 1973 | Trueblood Reporting | Característica qualitativa |
| | | 1975 | The Corporate Reporting | Característica desejável |
| | Estrutura Conceitual | 1980 | SFAC 2 | Característica qualitativa |
| | | 1989 | EC 1989 | Característica qualitativa |
| | | 2010 | EC 2010 | Característica qualitativa fundamental |
| | | 2018 | EC 2018 | Característica qualitativa fundamental |
| Representação Fidedigna | Teoria da Contabilidade | - | - | - |
| | Estrutura Conceitual | 1980 | SFAC 2 | Aspecto da confiabilidade |
| | | 1989 | EC 1989 | Aspecto da confiabilidade |
| | | 2010 | EC 2010 | Característica qualitativa fundamental |
| | | 2018 | EC 2018 | Característica qualitativa fundamental |
| Comparabilidade | Teoria da Contabilidade | 1970 | APB 4 | Objetivo desejável da informação |
| | | 1973 | <i>Trueblood Reporting</i> | Característica qualitativa |
| | | 1975 | <i>The Corporate Reporting</i> | Característica desejável |
| | Estrutura Conceitual | 1980 | SFAC 2 | Característica qualitativa secundária |
| | | 1989 | EC 1989 | Característica qualitativa |
| | | 2010 | EC 2010 | Característica qualitativa de melhoria |
| | | 2018 | EC 2018 | Característica qualitativa de melhoria |

Quadro 15 – Resumo das características qualitativas evidenciadas na Estrutura Conceitual 2018 (conclusão).

| Característica | Teoria da Contabilidade/ Estrutura Conceitual | Ano | Publicação | Classificação |
|-----------------------|--|------------|--------------------------------|--|
| Verificabilidade | Teoria da Contabilidade | 1966 | ASOBAT | Padrão básico da informação |
| | | 1970 | APB 4 | Objetivo desejável da informação |
| | Estrutura Conceitual | 1980 | SFAC 2 | Aspecto da confiabilidade |
| | | 2010 | EC 2010 | Característica qualitativa de melhoria |
| | | 2018 | EC 2018 | Característica qualitativa de melhoria |
| Tempestividade | Teoria da Contabilidade | 1970 | APB 4 | Objetivo desejável da informação |
| | | 1975 | <i>The Corporate Reporting</i> | Característica desejável |
| | Estrutura Conceitual | 1980 | SFAC 2 | Aspecto da relevância |
| | | 2010 | EC 2010 | Característica qualitativa de melhoria |
| | | 2018 | EC 2018 | Característica qualitativa de melhoria |
| Compreensibilidade | Teoria da Contabilidade | 1970 | APB 4 | Objetivo desejável da informação |
| | | 1973 | <i>Trueblood Reporting</i> | Característica qualitativa |
| | | 1975 | <i>The Corporate Reporting</i> | Característica desejável |
| | Estrutura Conceitual | 1989 | EC 1989 | Característica qualitativa |
| | | 2010 | EC 2010 | Característica qualitativa de melhoria |
| | | 2018 | EC 2018 | Característica qualitativa de melhoria |

Fonte: Do autor.

Quadro 16 – Evolução das características qualitativas evidenciadas na Estrutura Conceitual 2018 (continua).

| Publicação/Ano | Característica da Informação | Origem | Status na EC 2018 |
|----------------------------|-------------------------------------|-------------------------|---|
| ASOBAT (1966) | Relevância | Origem | Vigente |
| | Verificabilidade | Origem | Vigente |
| | Livre de viés | Origem | Tornou-se um aspecto da Representação Fidedigna |
| | Quantificabilidade | Origem | Não vigente |
| | Uniformidade | Origem | Convergiu para a comparabilidade |
| | Consistência | Origem | Convergiu para a comparabilidade |
| APB 4 (1970) | Relevância | | Vigente |
| | Compreensibilidade | Origem | Vigente |
| | Verificabilidade | - | Vigente |
| | Neutralidade | - | Tornou-se um aspecto da Representação Fidedigna |
| | Tempestividade | Origem | Vigente |
| | Comparabilidade | Origem | Vigente |
| | Integridade | Origem | Não vigente |
| Trueblood Reporting (1973) | Relevância e Materialidade | Origem da materialidade | Vigente |
| | Substância sobre a forma | Origem | Tornou-se um aspecto da Representação Fidedigna |
| | Confiabilidade | Origem | Foi alterada para Representação Fidedigna |
| | Livre de viés | - | Tornou-se um aspecto da Representação Fidedigna |
| | Comparabilidade | Origem | Vigente |
| | Consistência | - | Convergiu para a comparabilidade |
| | Compreensibilidade | - | Vigente |

Quadro 16 – Evolução das características qualitativas evidenciadas na Estrutura Conceitual 2018 (continuação).

| Publicação/Ano | Característica da Informação | Origem | Status na EC 2018 |
|--------------------------------|-------------------------------------|---|---|
| The Corporate Reporting (1975) | Relevância | - | Vigente |
| | Compreensibilidade | - | Vigente |
| | Confiabilidade | - | Foi alterada para Representação Fidedigna |
| | Integridade | - | Não vigente |
| | Objetividade | Origem | Não vigente |
| | Tempestividade | - | Vigente |
| | Comparabilidade | - | Vigente |
| SFAC 2 (1980) | Relevância | - | Vigente |
| | Confiabilidade | - | Foi alterada para Representação Fidedigna |
| | Comparabilidade | - | Vigente |
| | Materialidade | - | Tornou-se aspecto da relevância |
| | Compreensibilidade | Foi apresentada como aspecto das características qualitativas | Vigente |
| SFAC 6 (1985) | Relevância | - | Vigente |
| | Confiabilidade | - | Foi alterada para Representação Fidedigna |
| | Comparabilidade | - | Vigente |
| | Materialidade | - | Tornou-se aspecto da relevância |
| | Compreensibilidade | Foi apresentada como aspecto das características qualitativas | Vigente |
| EC (1989) | Compreensibilidade | - | Vigente |
| | Relevância | - | Vigente |
| | Confiabilidade | - | Foi alterada para Representação Fidedigna |
| | Comparabilidade | - | Vigente |

Quadro 16 – Evolução das características qualitativas evidenciadas na Estrutura Conceitual 2018 (conclusão).

| Publicação/Ano | Característica da Informação | Origem | Status na EC 2018 |
|-----------------------|-------------------------------------|---|--------------------------|
| EC (2010) | Relevância | - | Vigente |
| | Representação Fidedigna | Origem como característica qualitativa, no entanto, já havia sido apresentada como aspecto da confiabilidade nas SFACs 2 e 6. | Vigente |
| | Comparabilidade | | Vigente |
| | Verificabilidade | | Vigente |
| | Tempestividade | | Vigente |
| | Compreensibilidade | | Vigente |
| | Relevância | ASOBAT | Vigente |
| | Representação Fidedigna | EC (2010), no entanto, já havia sido apresentada como aspecto da confiabilidade nas SFACs 2 e 6. | Vigente |
| | Comparabilidade | APB 4 | Vigente |
| | Verificabilidade | ASOBAT | Vigente |
| | Tempestividade | APB 4 | Vigente |
| | Compreensibilidade | APB 4 | Vigente |

Fonte: Do autor.

Conforme destacado nos Quadros 15 e 16, essas características evoluíram no decorrer do tempo, de modo que foram reclassificadas, modificadas, incluídas e excluídas à medida que uma produção era publicada tendo em vista a busca pela elevação da utilidade da informação.

Finalizando, portanto, a mudança de foco, de princípios contábeis para os objetivos dos relatórios financeiros, tendo em vista que aqueles não foram capazes de fornecer sustentação à elaboração de relatórios financeiros que evidenciassem informações úteis aos usuários diante da evolução do mercado de capitais e do desenvolvimento dos negócios em geral, permitiu a criação das características qualitativas e sua evolução até a EC. Assim, as características qualitativas, conforme estabelecidas na EC, sofreram influência da Teoria da Contabilidade dos EUA,

mesmo considerando que leves divergências podem ser encontradas entres elas, como resultado do processo político dos normatizadores, sobretudo do IASB.

4.3 RELATÓRIOS FINANCEIROS E OS ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As *Basis for Conclusions* do ED/2015/3 apresentam que os relatórios financeiros de propósito geral fornecem informações sobre os recursos econômicos da entidade, sobre os créditos contra a entidade e sobre as mudanças nesses recursos econômicos e reivindicações. As demonstrações contábeis de propósito geral são uma forma particular de relatórios financeiros de propósito geral nas quais os efeitos financeiros das transações e outros eventos são classificados nos elementos, quais sejam ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas (IASB, 2015a).

Derivado do objetivo dos relatórios financeiros, como já destacado, a EC apresenta que o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre os ativos, os passivos, o patrimônio líquido, as receitas e as despesas de uma entidade úteis aos usuários das demonstrações contábeis na avaliação das perspectivas de entradas de caixa líquidas futuras para a entidade e na avaliação da eficiência da administração dos recursos da entidade.

As demonstrações contábeis incluem a demonstração da posição financeira, a demonstração do desempenho financeiro e as notas às demonstrações contábeis. Os ativos, os passivos e o patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração da posição financeira. As receitas e as despesas são reconhecidas na demonstração do desempenho financeiro.

Nem todos os elementos são necessariamente reconhecidos como ativos, passivos, receitas ou despesas em virtude da existência de critérios para tal, dentre os quais se destaca o atendimento às definições, as quais foram modificadas ao longo dos anos sob a influência da Teoria da Contabilidade e dos normatizadores.

Nesse contexto, o objetivo desta seção é analisar a influência da Teoria da Contabilidade sobre os elementos das demonstrações contábeis. Pretende-se evidenciar a evolução dos conceitos de ativos, passivos, despesas e receitas destacados pela teoria da contabilidade ao longo dos anos e a sua influência sobre o que propõe a EC. Inicialmente, destaca-se o que é evidenciado na EC, bem como as

discussões relativas às proposições do IASB e, posteriormente, aborda-se a evolução histórica desses elementos com base no contexto socioeconômico e político.

4.3.1 Relatórios financeiros e demonstrações contábeis

O termo “Relatórios Financeiros” foi usado inicialmente pelo FASB em seu quadro conceitual. A *Concepts Statement* n. 1, Objetivos do Relatório Financeiro das Empresas, concentrou-se em Relatórios Financeiros enquanto a EC 1989 do IASB concentrou-se apenas em demonstrações contábeis. Os planos iniciais para o quadro conceitual do FASB contemplaram o desenvolvimento de conceitos para estabelecer os limites dos relatórios financeiros e distinguir entre informações que devem ser fornecidas nas demonstrações contábeis e informações a serem fornecidas em outros relatórios financeiros além das demonstrações contábeis (FASB, 2006).

Na revisão da EC 2010, o FASB e o IASB concluíram que o objetivo deveria ser amplo para incorporar informações que pudessem ser fornecidas por demonstrações contábeis e por outros relatórios financeiros além das demonstrações contábeis. Assim, mesmo considerando que as demonstrações contábeis são uma característica central dos relatórios financeiros, o objetivo pertence ao relatório financeiro como um todo, não apenas às demonstrações contábeis (IASB, 2013).

Tanto o *Exposure Draft* quanto a EC 2018 estabelecem que as demonstrações contábeis são preparadas na perspectiva da entidade como um todo em vez da perspectiva de um grupo particular de investidores, credores ou outros credores. Nas Bases para Conclusões, o IASB explica que os relatórios financeiros devem representar a entidade e não seus usuários principais e seus interesses na entidade que relata (IASB, 2018b).

Segundo o IASB (2018), as demonstrações contábeis retratam os efeitos patrimoniais e financeiros das transações e outros eventos por meio do agrupamento desses eventos em classes amplas de acordo com suas características econômicas. As classes amplas são denominadas de elementos das demonstrações contábeis.

4.3.2 Estruturas Conceituais de 1989, 2010 e 2018

As ECs do IASB e do seu antecessor, o IASC, evidenciaram os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira, quais sejam, os ativos, os passivos e o patrimônio líquido e os elementos diretamente relacionados com a mensuração do resultado, as receitas e as despesas (IASB, 1989; IASB, 2010, 2018).

O IASB apresenta definições compatíveis com as obras anteriores, porém, mais refinadas (ver Quadro 18) sobretudo no que diz respeito à abordagem do controle, ao contrário da ênfase dada à propriedade legal, como destacado nas publicações da AAA e do AICPA. “Uma entidade controla um recurso econômico se ela possuir a capacidade atual de dirigir o uso do recurso econômico de forma a obter benefícios econômicos que fluam dele” (IASB, 2013, p. 42; IASB, 2015a, p. 41).

Quadro 17 – Elementos das Demonstrações Contábeis nas Estruturas Conceituais (continua).

| Elemento | EC 1989 | EC 2010 | EC 2018 |
|------------------------|---|---|---|
| Ativo | Um Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade. | Um Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade. | Um Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados. |
| Passivo | Uma obrigação presente da entidade decorrente de eventos passados, do ajuste do qual se espera que resulte em uma saída de recursos da entidade, incorporando benefícios econômicos. | Uma obrigação presente da entidade decorrente de eventos passados, do ajuste do qual se espera que resulte em uma saída de recursos da entidade, incorporando benefícios econômicos. | Uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados. |
| Patrimônio líquido | É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. | É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. | É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. |
| Receitas ¹⁵ | Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais | Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais | Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais |

¹⁵ A EC (2018) apresentou como inovação, a mudança da palavra “revenue” para “income”. Uma vez que o IASB trata receitas de forma abrangente, essa discussão se deu na tentativa de separar receita de ganhos, isto é, segundo o IASB (2018b), “income” se refere a “revenue” e “gains”. Essa discussão foi inicialmente incluída para enfatizar que “income” se refere a “revenue” e “gains”, mas foi retirada, visto que o IASB considera que essa ênfase é desnecessária no momento e a implicação de que a EC definir subclasses de receitas não ajuda e não cause mudanças na prática (IASB, 2018b). No entanto, mesmo que a discussão não tenha sido incorporada, a mudança da palavra permaneceu na EC (2018).

Quadro 17 – Elementos das Demonstrações Contábeis nas Estruturas Conceituais (conclusão).

| Elemento | EC 1989 | EC 2010 | EC 2018 |
|-----------------|--|--|--|
| Despesas | Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais. | Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais. | Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais. |

Fonte: Do autor.

Na EC 2010, a incerteza pode parecer desempenhar um papel tanto na definição de ativos e passivos quanto no critério de reconhecimento: a) as definições existentes incluem a noção de que futuros benefícios econômicos ou uma futura saída de recursos devem ser “esperados”; e b) os critérios de reconhecimento existentes especificam que um ativo ou passivo é reconhecido se for provável que qualquer benefício econômico futuro associado com o item flua de ou para a entidade.

Diferentemente da visão do FASB que os ativos são prováveis benefícios econômicos futuros obtidos ou controlados por uma determinada entidade, o IASB enfatiza que um ativo é um recurso ao invés da entrada final de benefícios econômicos que o recurso pode produzir. Assim, um ativo pode ser capaz de gerar uma entrada de benefícios econômicos, porém, tal entrada não precisa ser certa.

Conforme o IASB (2013), devido às definições existentes referirem-se ao fluxo esperado de benefícios econômicos, alguns usuários têm confundido o recurso (ativo) ou a obrigação (passivo) com a resultante entrada e saída dos benefícios econômicos. Essa má interpretação pode ter sido causada porque os usuários interpretaram o termo “esperado” como se ele transmitisse a ideia de limite e a referência explícita de fluxo de benefícios econômicos obscurece a distinção entre o recurso e a entrada de benefício econômico. As definições propostas tentam dissipar

essa fonte de confusão ao mover a referência a benefícios econômicos para uma nova definição de recurso econômico (IASB, 2013).

De acordo com as *Basis for Conclusion* do ED/2015/3, a principal mudança estrutural das definições da EC 2010 para a EC 2018 foi a proposta que introduziu uma definição separada de um recurso econômico. Isso reposicionou as referências aos futuros fluxos de benefícios econômicos para que eles aparecessem na definição de suporte de um recurso econômico em vez de nas definições de um ativo e um passivo (IASB, 2015b).

O IASB definiu um passivo como uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados (IASB, 2018). A visão que prevaleceu nas discussões do IASB, a Visão 2¹⁶, destaca que uma obrigação presente é aquela que a entidade não deve ter capacidade prática para evitar a transferência de um recurso econômico (IASB, 2013). No DP 2013/1 o IASB sugeriu que a definição de passivo deveria abranger obrigações legais e construtivas, como definido na IAS 37 (IASB, 2013).

As EC 2010 e 2018 definem receitas e despesas em termos de mudanças nos ativos e passivos (IASB, 2010, 2018), e o DP/2013/1 indica que não haveria mudança nessa abordagem. Alguns “respondentes” questionaram e argumentaram que isso resulta em primado indevido à demonstração da posição financeira sobre a demonstração do desempenho financeiro e não reconhece suficientemente a importância do reconhecimento de transações na demonstração de desempenho financeiro ou de receitas e despesas correspondentes (IASB, 2013).

As ECs do IASB mostram que os ganhos representam outros itens que atendem à definição de receita e podem, ou não, surgir no decurso das atividades ordinárias de uma entidade. Os ganhos representam aumentos nos benefícios econômicos e, como tal, não são de natureza diferente da receita. As perdas representam outros itens que atendem à definição de despesas e podem, ou não, surgir no decorrer das atividades ordinárias da entidade. As perdas representam diminuição dos benefícios econômicos e, como tal, não são de natureza diferente

¹⁶ O IASB identificou três visões diferentes sobre quando uma obrigação presente de transferir um recurso econômico surgiu:

(a) Visão 1 - a entidade não deve ter capacidade de evitar a transferência futura.

(b) Visão 2 - a entidade não deve ter nenhuma habilidade prática para evitar a transferência futura.

(c) Visão 3 - não é necessário limitar a capacidade da entidade de evitar a transferência futura. É suficiente que, como consequência de um evento passado, a entidade possa ter que transferir um recurso econômico se condições adicionais forem atendidas (IASB, 2013).

das demais despesas. Por isso, eles não são considerados como constituindo um elemento separado nas ECs do IASB (IASB, 1989, 2010, 2018). Assim, a definição de receita abrange receitas e ganhos. A definição de despesas engloba perdas, bem como as despesas decorrentes das atividades ordinárias da entidade.

As definições apresentadas no Quadro 18, relativamente abrangentes, diferem das obras publicadas pela Teoria da Contabilidade, sobretudo aquelas da AAA e do AICPA, visto que havia a separação em termos conceituais das despesas e perdas e das receitas e ganhos.

Dentro desta perspectiva, no contexto das demonstrações contábeis, os elementos foram destacados pela Teoria da Contabilidade no decorrer dos anos visando enfatizar o balanço patrimonial (demonstração da posição financeira) e a demonstração do resultado do exercício (demonstração do desempenho). Alguns desses elementos já eram abordados desde as primeiras publicações a partir da década de 1920, como é o caso de Paton (1922), mesmo que ainda de forma rudimentar, com abordagem voltada mais para a propriedade legal do que para o controle.

Os autores relativos à literatura prévia destacam ativos, passivos, receitas, despesas e custos com a intenção de mensurar o lucro das empresas, em virtude da necessidade de fornecer informações comparáveis aos usuários das demonstrações contábeis, sobretudo do lucro.

4.3.3 Ativo, passivo e patrimônio líquido

As primeiras publicações relativas à Teoria da Contabilidade, a partir de 1920, vinculavam o significado de ativo à propriedade legal. Aquelas publicações não destacavam o controle como fundamento para a existência de um ativo. Paton (1922), ao abordar as “Classes Fundamentais”, apresenta *Properties* como sendo uma delas, na qual a equação do balanço é apresentada e evidencia a igualdade entre *Properties* e *Equities*, conforme evidenciado na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 – Exemplo da condição financeira da empresa X Co.

| Properties | | Equities | |
|-------------------|-------------------|---------------------------|-------------------|
| Land | \$ 100.000 | Capital Stock – Common | \$ 200.000 |
| Buildings | \$ 200.000 | Capital Stock – Preferred | \$ 200.000 |
| Equipments | \$ 100.000 | Mortgage Bonds | \$ 100.000 |
| Patents | \$ 100.000 | Debentures Bonds | \$ 100.000 |
| Organization Cost | \$ 25.000 | Notes Payable | \$ 100.000 |
| Materials | \$ 100.000 | | |
| Cash | \$ 75.000 | | |
| Total | \$ 700.000 | Total | \$ 700.000 |

Fonte: Paton (1922, p. 43).

Paton (1922) define propriedades como sendo qualquer consideração, material ou de outra forma, de propriedade de uma empresa comercial específica e de valor para essa empresa. Assim, as propriedades de uma empresa consistem em bens tangíveis, como terra, edifícios, máquinas, ferramentas, suprimentos, mercadorias, dinheiro, e uma ampla variedade de direitos. Uma classe de direitos consiste em reclamações contra indivíduos, empresas, corporações e unidades governamentais devido a serviços, dinheiro ou commodities (PATON, 1922).

A definição de ativo vinculada a propriedade, conforme propôs Paton, rudimentar para os dias atuais, mas relevante para os dias de Paton, considerava ativos no sentido de bens e direitos de propriedade da empresa em vez de recursos econômicos controlados pela entidade. Naquele momento, não havia o destaque dos usuários externos como sendo os principais para quem deveriam ser preparadas as informações financeiras fornecidas nas demonstrações. O objetivo era atender os interesses dos proprietários para efeitos de controle.

O cenário econômico e financeiro apontava para a necessidade de aperfeiçoamento da contabilidade, sobretudo quanto à criação de um arcabouço teórico que desse suporte à preparação e à apresentação das demonstrações contábeis. A comparabilidade das informações era vista como necessária, principalmente devido ao crescimento econômico que os EUA vislumbravam naquela época. Paton (1922) representava as bases iniciais para as mudanças necessárias na contabilidade tanto pela influência do autor na academia e na AAA como pela representatividade da obra.

De acordo com a visão existente na época, a qual foi destacada por Paton (1922), a condição financeira de uma empresa deveria ser expressa em três dimensões. O lado esquerdo do balanço convencional era concedido para cobrir uma única classe homogênea, comumente chamada de ativos ou recursos. O lado direito, no entanto, era realizado para incluir duas classificações fundamentalmente distintas: propriedades¹⁷ e passivos.

Paton (1922, p. 65) mostra que existem três classes envolvidas: "(1) *properties*, (2) *"ownership" of these properties*, e (3) *obligations of the owners*". Portanto, a equação do proprietário e o uso da propriedade como categoria fundamental para todas as contas e transações é justificada. Ademais, Paton esclarece que o acionista não é o dono. Ele tem apenas uma participação no PL. O mesmo pode ser dito dos outros investidores.

Sanders, Hatfield e Moore (1938) publicaram a primeira, das principais obras produzidas sob a tutela da AAA, a evidenciar definições abrangentes para alguns dos elementos das demonstrações contábeis. Os autores, assim como outras obras anteriores, por exemplo, Paton (1922), destacaram o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, sobretudo discutindo os seus elementos.

A obra de Sanders, Hatfield e Moore (1938) destaca que o balanço é uma declaração que pretende exibir a condição financeira de uma empresa incluindo a natureza e os montantes de seus passivos, i.e., suas obrigações para com os credores, e a natureza e o valor do seu patrimônio líquido. Foram apresentados três grupos dessa demonstração, uma vez que os autores destacam que o balanço pretende detalhar e classificar os **ativos**, os **passivos** e o **patrimônio líquido** em conformidade com a prática financeira e a lei aplicável à corporação para a qual está preparada.

Os ativos são apresentados como recursos e os passivos como obrigações. Assim, o balanço patrimonial deve estabelecer todos os **recursos** do negócio e todas as suas **obrigações** tanto para os credores quanto para os acionistas na medida em que seja compatível com a brevidade razoável (SANDERS; HATFIELD; MOORE, 1938). Os ativos de uma empresa compreendem todas as suas propriedades ou recursos. Em geral, três condições aplicam-se à lista de itens como ativos:

¹⁷ Tradução livre para "proprietorship".

- 1) que o negócio em questão os possui;
- 2) que a empresa os adquiriu a um custo; e
- 3) que eles são de valor para o negócio (SANDERS; HATFIELD; MOORE, 1938).

Quanto ao patrimônio líquido, Sanders, Hatfield e Moore (1938) definem e diferenciam capital e lucro, sendo este o aumento da riqueza decorrente do uso do capital e dos serviços prestados. No sentido estrito, é a parcela do proprietário desse incremento. O capital, em sentido estrito e técnico, refere-se ao patrimônio do proprietário na propriedade.

A visão voltada para a propriedade legal, em 1938, ainda era abrangente no conceito de ativo, de modo que a substância era preterida pela forma jurídica. Não havia preocupação com o fornecimento de informações preparadas para atender as necessidades dos usuários externos.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999), com o final da Segunda Guerra Mundial, a situação econômica melhorou e a busca por princípios contábeis intensificou-se, por parte da AAA e do AICPA. A AAA emitiu sua revisão dos princípios preliminares intitulada *Accounting Concepts and Standards Underlying Corporate Financial Statements* em 1948. Essa publicação destacou uma definição básica dos elementos e do lucro.

Segundo AAA (1948), os ativos ou recursos econômicos de uma empresa são seus direitos de propriedade, tangíveis e intangíveis. As demonstrações contábeis mais comumente úteis relatam a origem e a disposição dos ativos de uma empresa em termos de custos estabelecidos e registrados no momento em que os ativos são adquiridos.

Uma inovação relativa ao conceito de ativo foi que eles seriam considerados como “recursos econômicos”, como é utilizado na abordagem atual da EC, porém, relativos à propriedade da empresa e convergente com a maioria das obras produzidas até aquele momento.

Do mesmo modo, os passivos foram considerados como créditos de credores contra a empresa decorrentes de atividades passadas e deveriam ser satisfeitos pelo desembolso ou pela utilização de recursos corporativos. Sua mensuração deveria ocorrer pelo recebimento de dinheiro, pelo preço estabelecido de ativos ou

serviços não relacionados ou por estimativas de caráter definitivo quando o valor devido não pode ser mensurado com mais precisão (AAA, 1948).

Sprouse e Moonitz (1962) propõem uma definição abrangente para ativos, passivos, despesas e receitas. Segundo eles, “os ativos representam benefícios econômicos futuros esperados, direitos a que foram adquiridos pela empresa como resultado de alguma transação atual ou passada” (SPROUSE; MOONITZ, 1962, p. 8). Por sua vez, “os passivos são obrigações de transmissão de ativos ou serviços, obrigações decorrentes de transações passadas ou atuais e requerendo liquidação no futuro” (SPROUSE; MOONITZ, 1962, p. 8), e “o patrimônio dos proprietários é representado pelo valor do interesse residual nos ativos de uma empresa” (SPROUSE; MOONITZ, 1962, p. 9).

Para Sprouse e Moonitz (1962), o conceito de ativos está relacionado ao conceito de recursos econômicos, ou seja, escassos. Para entrar no âmbito dos ativos, os recursos escassos devem ser atribuíveis a entidades específicas, devem ser capazes de troca (transferência), separadamente ou como parte de um grupo relacionado, e devem ser expressáveis em termos de dinheiro. Esses atributos são consistentes com a discussão no estudo anterior de "*The Basic Postulates of Accounting*".

Diferentemente da maioria das outras obras, Sprouse e Moonitz embasam suas definições em publicações de outros autores, como Charles E. Sprague, Paton e Littleton e Vatter, dentre outros. Seguindo as pesquisas anteriores, Sprouse e Moonitz (1962, p. 20) destacaram que “os ativos representam benefícios econômicos futuros esperados, direitos a que foram adquiridos pela empresa como resultado de alguma transação atual ou passada”.

Convergente com as definições atuais, os adjetivos “esperados” e “futuro” são usados para transmitir a noção de que algum grau de incerteza é atribuído a todos os ativos em relação ao surgimento real dos benefícios. A incerteza pode ser mínima, como no caso de participações em dinheiro ou de títulos de dívida pública, ou pode ser considerável, como no caso dos chamados intangíveis. O termo “transação”, na definição, refere-se ao evento que trouxe o recurso para a entidade. Os termos “atual” ou “passado” são usados para excluir futuro (SPROUSE; MOONITZ, 1962).

No que tange aos passivos, segundo Sprouse e Moonitz (1962), representam obrigações de transmitir ativos ou serviços, obrigações decorrentes de transações passadas ou atuais e requerendo liquidação no futuro. O termo “obrigações” refere-se a uma reclamação ou série de reclamações contra a empresa, as quais têm uma data de vencimento conhecida ou razoavelmente determinável e um valor independente conhecido ou razoavelmente mensurável. A liquidação de uma obrigação específica pode envolver o pagamento em dinheiro ou em outros ativos, ou a prestação de serviços. A liquidação final pode ser adiada pela substituição de outra obrigação.

O patrimônio dos proprietários é representado pelo valor do interesse residual nos ativos de uma empresa. Ele distingui-se dos passivos por dois motivos. Primeiro, o valor do patrimônio dos proprietários é de natureza residual, enquanto os valores de vencimento dos passivos são determinados independentemente. Segundo, os passivos estão em um processo contínuo e irresistível de vencimento, enquanto o patrimônio dos proprietários é liquidado apenas quando exigido pelos proprietários da empresa, ou seus representantes, ou após a liquidação final da companhia (SPROUSE; MOONITZ, 1962).

Seguindo a visão de Willian Paton, o ASOBAT apresentou, no Apêndice B, exemplos do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício. No caso do balanço patrimonial, por exemplo, a proposta foi a segregação em “Assets” e “Equities”. Esse segundo grupo foi dividido em *Current Liabilities*, *Long-Term Liabilities* e *Stockholders’ Equity*, i.e., os passivos e o patrimônio líquido eram um subgrupo da equidade.

Além disso, os exemplos apresentados pelo ASOBAT demonstram as contas que deveriam fazer parte do ativo e da equidade e a forma de apresentação do balanço patrimonial em duas colunas, sendo uma delas com esses elementos mensurados a custo histórico e a outra, a custo corrente.

O APB 4 destacou quatro demonstrações contábeis: a posição financeira (o balanço patrimonial); mudanças na posição financeira (a demonstração do resultado); mudanças na posição financeira (mutações no patrimônio líquido); mudanças na posição financeira (a demonstração de origens e aplicações de fundos). Por sua vez, o balanço patrimonial apresentou três categorias principais: (a) ativos, (b) passivos e (c) patrimônio líquido, ou seja, a diferença entre o total de ativos e o passivo total.

No APB 4, são destacados como elementos básicos da contabilidade financeira, os ativos, os passivos, o patrimônio líquido, as receitas, as despesas e lucro líquido. Esses elementos são definidos em termos de (a) recursos econômicos, obrigações econômicas, juros residuais, mudanças nos recursos e mudanças nas obrigações, e (b) princípios contábeis geralmente aceitos. As próprias definições, portanto, fornecem critérios para determinar os recursos econômicos, as obrigações econômicas e as mudanças que estão incluídas nos elementos básicos em qualquer momento específico, mas não fornecem critérios para determinar, em uma perspectiva mais ampla ou de maior alcance, os elementos econômicos que devem ser incluídos nos elementos básicos.

Os elementos básicos da posição financeira são definidos da seguinte forma:

Ativos – recursos econômicos de uma empresa reconhecidos e mensurados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os ativos também incluem certas mudanças diferidas que não são recursos, mas que são reconhecidos e medidos em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Passivos – obrigações econômicas de uma empresa reconhecidas e mensuradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os passivos também incluem certos créditos diferidos que não são obrigações, mas que são reconhecidos e mensurados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Patrimônio dos proprietários – o interesse dos proprietários em uma empresa, que é o excesso de ativos de uma empresa sobre seus passivos (AICPA, 1970, p. 49-50).

Seguindo algumas abordagens evidenciadas pela AAA e AICPA, sobretudo o *Tueblood Rerporting* e o APB4, o qual, por sua vez, convergia com as proposições do ASOBAT, o FASB desenvolveu o seu quadro conceitual. Além de centrar-se no termo “Relatórios Financeiros” na declaração de conceitos SFAC n. 1, sendo as demonstrações contábeis um subgrupo deste, o FASB apresentou os elementos na SFAC 3 e, posteriormente, na SFAC 6.

Os elementos das demonstrações contábeis foram apresentados como os blocos de construção com os quais as demonstrações contábeis são construídas — as classes de itens que as demonstrações contábeis compõem. Os elementos referem-se a classes amplas como ativos, passivos, receitas e despesas (FASB, 1980b).

“Os ativos são prováveis benefícios econômicos futuros obtidos ou controlados por uma determinada entidade como resultado de transações ou eventos passados” (FASB, 1980b, p. 14, 1985, p. 16). Já os passivos são definidos pelo FASB (1980b, p. 15; 1985, p. 18) da seguinte forma:

Os passivos são prováveis sacrifícios futuros de benefícios econômicos decorrentes de obrigações atuais de uma determinada entidade para transferir ativos ou prestar serviços para outras entidades no futuro como resultado de transações ou eventos passados.

Por sua vez, “o patrimônio líquido é o interesse residual nos ativos de uma entidade que permanece após a dedução de seus passivos” (FASB, 1980b, p. 19).

O FASB (1980b) apresenta uma definição de ativo mais aprofundada em comparação com as produções anteriores, porém derivada daquelas. Deste modo, para o FASB, um ativo tem três características essenciais: (a) incorpora um provável benefício futuro que envolve uma capacidade, isoladamente ou em combinação com outros ativos, para contribuir direta ou indiretamente para as entradas de caixa líquidas futuras, (b) uma determinada empresa pode obter o benefício e controlar o acesso dos outros a ele, e (c) a transação ou outro evento que deu origem ao direito da empresa ou ao controle do benefício já ocorreu. Além destas características, o FASB apresentou outros atributos dos ativos de forma pormenorizada, peculiar dos seus Padrões.

Do mesmo modo, o FASB (1980b) destaca que um passivo possui três características essenciais: (a) incorpora um presente dever ou responsabilidade para uma ou mais entidades que impliquem liquidação por transferência futura provável ou uso de ativos em uma data determinada ou determinável na ocorrência de um evento específico ou em exigir; (b) o dever ou a responsabilidade obriga uma determinada empresa, deixando pouco ou nenhum critério para evitar o futuro sacrifício, e (c) a transação ou outro evento que obrigue a empresa já aconteceu.

Essas proposições do FASB, juntamente com a visão estabelecida no *The Corporate Reporting* e no *The Making Reporting*, foram o sustentáculo para as definições de ativo e passivo propostas na EC de 1989.

4.3.4 Receitas, despesas, ganhos e perdas

Para Paton (1922), as receitas representavam o aumento líquido dos valores das propriedades e o conseqüente rendimento líquido ou aumento das ações, que podem ser pensados como um pagamento das funções econômicas peculiares da própria empresa, geralmente reconhecidas na venda final do produto. Em outras palavras, a operação de venda envolve, presumivelmente, uma receita ou renda líquida, um aumento nas ações ou propriedades.

Considerando o que foi proposto por Paton, não havia separação clara e objetiva entre receitas e ganhos, bem como entre despesas e perdas. O registro dessas contas era feito de forma rudimentar para os padrões atuais. A despesa era, portanto, destacada como: (1) o total de custos incorridos durante o período, (2) o montante das despesas de commodities e serviços atuais realizados durante o período, ou (3) valores utilizados ou convertidos durante o período (PATON, 1922).

No tocante à demonstração do resultado, Sanders, Hatfield e Moore (1938) propuseram duas divisões: seção operacional e seção não operacional. Na seção operacional, utilizaram uma definição abrangente do que se constitui "operações", de modo que a operação foi incluída nas principais funções da empresa. Não se deve incluir operações incidentais e o custo dos juros relativos aos fundos emprestados. Na seção não operacional, incluíram itens como o lucro na venda de ativos de capital, os juros, o ganho de valorização não realizado (se mostrado como receita) e os ganhos e perdas não relacionadas com a administração imediata das operações.

Os ganhos e perdas não eram tratados da mesma maneira que as receitas e despesas operacionais. Faziam parte da seção não operacional, juntamente com os lucros não realizados, a correção de erros passados, as perdas relativas à fase de desenvolvimento, as variações nos estoques etc. A separação nestas contas e sua evidenciação na demonstração do resultado poderiam fornecer informações mais úteis aos usuários, sobretudo aos investidores e credores.

Paton e Littleton (1940) se preocuparam, principalmente, com a mensuração do lucro, uma vez que, na década anterior, a classe contábil havia sido pressionada quanto à falta de uniformidade em virtude da existência de diversas formas de evidenciação do lucro, e, portanto, da falta de comparabilidade das informações fornecidas nas demonstrações contábeis, especialmente na demonstração do resultado.

Para Paton e Littleton, o propósito da contabilidade é fortemente orientado para relatar os esforços da empresa em produzir “lucro”. Conseqüentemente, a consideração do reconhecimento e mensuração de custos e receitas é um passo fundamental na formulação de padrões contábeis (PATON; LITTLETON, 1940).

Para a adequada mensuração do lucro, eles definem receita como “o produto da empresa, medida pela quantidade de novos ativos recebidos dos clientes; o lucro surge quando os ativos que expressam receita excedem o total de custos atribuíveis” (PATON; LITTLETON, 1940, p. 46). A receita é obtida por todo o processo de operação pela totalidade do esforço de negócios; ela é realizada por conversão de produto em dinheiro ou outros ativos válidos. Declarado em termos de ativos, a receita da empresa é representada, finalmente, pelo fluxo de recursos dos clientes ou pelos clientes em troca do produto do negócio, commodities ou serviços.

Paton e Littleton (1940) não mencionam a distinção entre custos e despesas e definem custos, em termos gerais, como o montante do preço negociado de bens ou serviços recebidos ou de valores mobiliários emitidos em transações entre partes independentes. Diversas outras abordagens são discutidas, a saber: custos como agregados de preços; complexidades da determinação de custos; custo quando o pagamento é diferido; custos atribuíveis e não atribuíveis; reconhecimento de custos e propriedade; custos hipotéticos; o padrão de custo para ações, dentre outras.

Para não apresentar despesas na mensuração do resultado, Paton e Littleton (1940) destacam que o processo de mensuração do lucro periódico envolve a divisão do fluxo de custos incorridos entre o presente e o futuro. Como dedução das receitas, todos os custos são homogêneos e não são reconvertidos através de receitas em ordem preferencial.

Para a década de 1940, esse processo, apesar de superficial para os padrões atuais, foi de extrema relevância, tanto que a monografia foi utilizada em diversas academias nos EUA e em outros países, como, por exemplo, no Reino Unido. No entanto essa segregação pouco contribuiu para o surgimento da definição dos elementos relativos à demonstração do resultado.

Para a AAA (1948), o lucro de uma empresa é o aumento de seus ativos líquidos (ativos menos passivos), medido pelo excesso de receita sobre despesa. O lucro de uma empresa não é afetado pela emissão, aquisição ou retirada de ações de capital da própria corporação, ajustes de participação de acionistas ou distribuições de dividendos pela corporação.

A AAA (1948) destacou a definição ideal de lucro e sua relação com receitas e despesas, apresentando, na sequência, a definição e a composição das receitas e despesas. Para a receita, a AAA, ressaltou ser um termo genérico para: a) o montante de ativos recebidos ou passivos liquidados na venda dos produtos ou serviços de uma empresa; b) o ganho na venda ou troca de ativos que não sejam ações da empresa; e c) o ganho de acordos vantajosos de passivos. Deste modo, a receita não surge de um donativo; ela é reconhecida após a transferência de um ativo, o desempenho de um serviço ou o uso de um recurso da empresa por outra parte, acompanhado de uma aquisição simultânea, que deve ser reconhecida de acordo com as condições do contrato.

Quanto à despesa, é o custo dos ativos ou partes deles deduzidos da receita na mensuração do resultado. Essas deduções ocorrem através de uma despesa corrente de caixa, um vencimento total ou parcial do custo do ativo ou a incorrência de um passivo. A despesa consiste em custos operacionais (deduções que possuem uma associação rastreável com a produção de receita) e perdas (deduções que não possuem essa associação) (AAA, 1948).

No ARS 3, Sprouse e Moonitz (1962) definiram receitas como o aumento dos ativos líquidos de uma empresa resultante da produção ou entrega de bens e da prestação de serviços. A despesa é a diminuição dos ativos líquidos resultante do uso de serviços econômicos na criação de receitas ou na imposição de impostos por unidades governamentais. Uma vez que a receita é o aumento nos ativos líquidos de uma empresa resultante da produção ou entrega de bens e da prestação de serviços, ela pode ocorrer a partir de aumentos nos ativos, da diminuição nos passivos ou de alguma combinação dos dois. Separadamente dessas definições, os autores definiram os ganhos como aumentos nos ativos líquidos não resultantes de adições ao capital investido ou a receitas. As perdas foram definidas como diminuições nos ativos líquidos não decorrentes de reduções no capital investido ou de despesas.

Sprouse e Moonitz (1962), apesar do embasamento na definição do Comitê de Terminologia Contábil do AICPA, diferiram no tocante à abordagem dos ganhos e perdas, visto que o comitê formulou uma definição mais ampla, incluindo ganhos nas receitas e perdas nas despesas, ao contrário de Sprouse e Moonitz.

Os ganhos “são aumentos nos ativos líquidos que não sejam (a) aqueles resultantes de investimentos por parte de proprietários ou (b) aqueles resultantes de receitas” (SPROUSE; MOONITZ, 1962, p. 50), e “resultam de: 1) a venda de ativos, exceto o estoque, por mais do que o valor contábil; 2) o aumento no valor atual das ações; ou, 3) a liquidação de passivos por valor inferior ao valor contábil” (SPROUSE; MOONITZ, 1962, p. 51).

As perdas “são diminuições nos ativos líquidos, exceto: a) as resultantes de distribuições aos proprietários, ou, b) as resultantes de despesas” (SPROUSE; MOONITZ, 1962, p. 50), e podem resultar: 1) da venda de ativos, exceto do estoque, por valor inferior ao valor contábil; 2) do declínio no valor atual das ações; (3) da diminuição ou eliminação de ativos que não sejam resultante de uso ou venda (por exemplo, como resultado de inundação, incêndio ou abandono); 4) da liquidação de passivos por uma contrapartida em excesso do valor contábil (por exemplo, títulos emitidos a par, readquiridos com um prêmio); ou 5) do incumprimento involuntário de passivos, por exemplo, como resultado de uma ação judicial (SPROUSE; MOONITZ, 1962).

Em termos gerais, o lucro provém do fornecimento de bens e serviços. As receitas e as despesas representam os componentes do lucro, por assim dizer, e estão centradas fortemente na prestação de um serviço ou na produção de um produto. No entanto, ocorrem outros eventos que afetam o lucro, i.e., os ganhos e perdas, que por sua natureza devem ser classificados separadamente nas demonstrações contábeis a fim de aumentar a utilidade das demonstrações contábeis (SPROUSE; MOONITZ, 1962).

O APB4 apresentou uma forma mais abrangente para a mensuração do desempenho. A demonstração do resultado de um período apresenta as receitas, as despesas, os ganhos, as perdas e o lucro líquido (perda líquida) reconhecidos durante o período e, portanto, apresenta uma indicação em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos sobre os resultados das atividades direcionadas para o lucro da empresa durante o período. A informação apresentada em uma demonstração do resultado geralmente é considerada a informação mais importante fornecida pela contabilidade financeira porque a rentabilidade é uma preocupação primordial dos interessados nas atividades econômicas da empresa.

Os elementos básicos dos resultados das operações de uma empresa são receitas, despesas e lucro líquido, sendo:

Receita – aumento bruto de ativos ou diminuição bruta de passivos reconhecidos e mensurados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos que resultam desses tipos de atividades direcionadas a lucros de uma empresa que podem alterar o patrimônio dos proprietários.

Despesas – diminuição bruta de ativos ou aumentos brutos de passivos reconhecidos e mensurados em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos que resultam desses tipos de atividades direcionadas a lucros de uma empresa que podem mudar o patrimônio dos proprietários.

Lucro líquido (perda líquida) – o excesso (déficit) da receita sobre as despesas por um período contábil, que é o aumento líquido (redução líquida) no patrimônio dos proprietários (ativos menos passivos) de uma empresa por um período contábil de lucro atividades reconhecidas e mensuradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos (AICPA, 1970, p. 51-52).

Segundo o AICPA (1970), os aumentos nos ativos e as diminuições nos passivos designados como receita estão relacionados a mudanças nos recursos e obrigações. No entanto, a receita inclui todos os aumentos reconhecidos de ativos ou diminuições no passivo. A receita resulta apenas desses tipos de atividades direcionadas a lucros que podem alterar o patrimônio dos proprietários sob os princípios contábeis geralmente aceitos.

Quanto as despesas, o AICPA (1970) evidencia que a diminuição dos ativos e os aumentos nos passivos designados como despesas estão relacionados a mudanças nos recursos e obrigações. As despesas, assim como a receita, resultam apenas desses tipos de atividades direcionadas a lucros que podem alterar o patrimônio dos proprietários de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

De acordo com o FASB (1980b), as receitas representam entradas de caixa reais ou esperadas que ocorreram ou ocorrerão como resultado das operações principais ou centrais da empresa durante o período. Dessa maneira, o FASB apresentou a seguinte definição:

As receitas são influxos ou outros aprimoramentos de ativos de uma entidade ou liquidação de seus passivos (ou uma combinação de ambos) durante um período de entrega ou produção de bens, prestação de serviços ou outras atividades que constituem as operações principais ou centrais da entidade (FASB, 1980b, p. 26).

As despesas representam as saídas de caixa reais ou esperadas que ocorreram ou ocorrerão como resultado das operações principais ou centrais da empresa durante o período (FASB, 1980).

As despesas são saídas ou outros usos de ativos ou incorrências de passivos (ou uma combinação de ambos) durante um período de entrega ou produção de bens, prestação de serviços ou realização de outras atividades que constituem operações principais ou centrais da entidade (FASB, 1980b, p. 26).

Convergente com o que propunha a Teoria da Contabilidade, o FASB não incorporou os ganhos e perdas nas definições de receitas e despesas. De outro modo, o FASB (1980) destacou que os ganhos são aumentos no patrimônio líquido (ativos líquidos) de transações periféricas ou incidentais de uma entidade e de todas as outras transações e outros eventos e circunstâncias que afetam a entidade durante um período, exceto aqueles que resultam de receitas ou investimentos dos proprietários, e as perdas são decréscimos no patrimônio líquido (ativos líquidos) de transações periféricas ou incidentais de uma entidade e de todas as outras transações e outros eventos e circunstâncias que afetam a entidade durante um período, exceto aqueles que resultam de despesas ou distribuições aos proprietários.

Desta maneira, as receitas e os ganhos são semelhantes, e as despesas e as perdas são semelhantes, mas algumas diferenças são significativas na divulgação de informações sobre o desempenho de uma empresa. Se, por um lado, as receitas e as despesas resultam das operações e atividades principais ou centrais de uma empresa, por outro, os ganhos e as perdas resultam de transações incidentais ou periféricas de uma empresa com outras entidades e de outros eventos e circunstâncias que a afetem.

Do mesmo modo que os ativos e os passivos, as definições de despesas e receitas surgiram de forma progressiva e evoluíram das produções anteriores, influenciando as definições propostas na EC do IASB.

4.3.5 Resumo

A literatura prévia relativa à Teoria da Contabilidade, como Paton (1922), AAA (1936), Sander, Hatfield e Moore (1938), Paton e Littleton (1940), Sprouse e Moonitz (1962), AAA (1966), AICPA (1970) abordaram os elementos das demonstrações contábeis, bem como o que eles representavam. Os conceitos de ativo, passivo, despesa e receita foram ajustados no decorrer dos anos, convergindo com as definições evidenciadas na EC.

Inicialmente, as publicações como Paton (1922), AAA (1936), Sander, Hatfield e Moore (1938), Paton e Littleton (1940), Sprouse e Moonitz (1962), AAA (1966), AICPA (1970), se concentravam em uma abordagem baseada na posse dos bens (ou direitos), e não necessariamente no controle. A definição de ativos era construída no contexto desse raciocínio e os demais elementos derivavam da definição de ativos. Desse modo, não havia preocupação com o controle do recurso. Pelo contrário, a preocupação era em fazer um levantamento ou inventário de determinadas contas relativas a bens, direitos e obrigações de propriedade de determinada companhia.

Os manuais de prática contábil escritos na primeira metade do século XX, alguns citados nas obras seminais da teoria da contabilidade, objetivavam evidenciar uma série de contas que deveriam fazer parte do ativo, do passivo e do patrimônio líquido das empresas. Havia a preocupação com a mensuração do lucro e os autores entendiam que essa era a forma ideal para alcançá-la.

O desenvolvimento econômico, social e político permitiu (ou exigiu) que esses elementos evoluíssem no decorrer do tempo. A forte pressão do mercado de capitais, sobretudo a partir de 1929, com a quebra da NYSE; o crescimento exponencial nos investimentos em títulos, principalmente por pequenos investidores, muitas vezes por meio de fundos de investimentos; as expansões pós-guerra, que fizeram a economia deslanchar principalmente nos EUA; a necessidade de auditoria das demonstrações contábeis; e a criação dos normatizadores a partir da década de 1970 foram questões fundamentais para o desenvolvimento desses elementos, convergindo naqueles elencados na EC.

No decorrer dos anos, em virtude do avanço do comércio, principalmente em nível internacional, a intensificação dos mercados, o crescimento dos investimentos em títulos e o financiamento das companhias por meio do mercado de títulos fizeram

com que as definições propostas inicialmente pela teoria da contabilidade não suportassem a elaboração de relatórios financeiros úteis aos usuários. Conseqüentemente, a contabilidade deu sua resposta em relação à evolução por meio dos normatizadores, sobretudo o IASB.

Após o refinamento das definições, o IASB concluiu, em 2015, que um ativo é um recurso ao invés de uma entrada de benefícios econômicos que os recursos podem gerar. Um ativo pode ser capaz de gerar uma entrada de benefícios econômicos. Essa entrada não precisa ser certa. A probabilidade dessas entradas não precisa atingir nenhum limiar mínimo antes que o recurso subjacente atenda a definição de ativo. Por sua vez, um passivo é uma obrigação, ao invés de uma saída de benefícios econômicos que uma obrigação pode gerar. Um passivo deve ser capaz de gerar saída de benefícios econômicos. Essas saídas não precisam ser certas. A sua probabilidade não precisa alcançar nenhum limiar mínimo antes que a obrigação subjacente atenda a definição de passivo (IASB, 2015).

Apesar da influência do FASB, sua abordagem inicial do Quadro Conceitual diferiu daquela evidenciada na EC, visto que o FASB considerava um ativo não como um recurso, mas como os benefícios econômicos que os recursos podem gerar e o passivo não como a obrigação, mas como uma saída de benefícios econômicos que uma obrigação pode gerar.

A divergência que pode ser considerada substancial diz respeito às definições de receitas e despesas¹⁸. Enquanto a teoria da contabilidade procurou, dentro de um contexto evolutivo, separar as despesas das perdas e a receitas dos ganhos, o IASB evidenciou uma definição mais ampla, contemplando os dois elementos, i.e., as

¹⁸ Apesar de o IASB considerar definições amplas para receitas (incorporando ganhos) e despesas (incorporando perdas), as obras relativas a Teoria da Contabilidade considera-os diferentes. Ganho e receitas normalmente são exibidos separadamente nas demonstrações contábeis. Os ganhos são definidos da seguinte maneira: a) outras receitas que não são vendas de produtos, mercadorias ou serviços (AICPA, 1970); b) ganhos são aumentos no patrimônio líquido (ativos líquidos) de transações periféricas ou incidentais, exceto aquelas que resultam de receitas ou investimentos de proprietários (FASB, 1985). De forma semelhante, ocorre a classificação das despesas e das perdas: a) as despesas são a redução bruta de ativos ou aumentos brutos de passivos reconhecidos e mensurados em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos, que resultam das atividades direcionadas ao lucro de uma empresa (AICPA, 1970); b) as perdas são destacadas, na declaração APB 4 e na SFAC n. 6, de maneira paralela aos ganhos. Perdas representam uma redução nos ativos líquidos, mas não de despesas ou transações de capital. O IASB também não considera a distinção entre receitas não operacionais e ganhos; despesas não operacionais e perdas em nível de EC. No entanto, a AAA (1936) destacou que a demonstração do resultado deveria ser dividida em duas seções, sendo uma delas “operacional” e a outra “não operacional”. Na seção não operacional, deveriam ser classificados os ganhos na venda de ativos de capital, os juros, os ganhos não realizados e outros resultados não ligados diretamente às operações.

perdas estão incorporadas na definição de despesas e os ganhos estão incorporados na definição de receitas.

Essa abordagem do IASB apresenta certa fragilidade quanto a um arcabouço teórico que dá suporte à elaboração de normas e elaboração e interpretação de relatórios financeiros, tendo em vista que sua amplitude pode confundir os usuários ou possibilitar a incorporação de informações que não representam a essência econômica da transação.

No entanto, a escolha do IASB por definições amplas, que abrangem, de um lado, receitas e ganhos, e, de outro, despesas e perdas, está relacionada com o contexto econômico. Em virtude das diferenças existentes entre os países que aderiram ao padrão IFRS, apresentar definições amplas e permitir que os normatizadores nacionais estabeleçam padrões consistentes com as particularidades de cada um deles, provavelmente resultará na evidenciação de informações mais úteis aos usuários.

Outro ponto de discussão apresentado no DP 2013/1 foram os Outros Resultados Abrangentes. Inicialmente, o IASB propôs a discussão da inclusão ou não deste assunto na EC. No entanto, esta proposta foi desconsiderada no ED 2015/3 e, conseqüentemente, na EC 2018.

Ademais, a partir da década de 1970, os normatizadores não tiveram a preocupação com a mensuração do lucro, e, portanto, não se preocuparam com a sua definição, visto que a construção da EC e das normas, muitas vezes dela emanadas ou nela sustentadas, fizeram com que a mensuração dos ativos, passivos, despesas e receitas resultassem naturalmente na mensuração do lucro.

Em linhas gerais, apesar das diferenças existentes entre os elementos propostos pelas obras relativas a Teoria da Contabilidade e a EC, fatores ambientais tais como o contexto socioeconômico e político, possibilitaram a evolução dos conceitos de ativo, passivo, receita e despesa nas obras concernentes à Teoria da Contabilidade e, posteriormente, influenciaram os elementos destacados pelo IASB na EC.

Isto posto, as definições dos elementos das demonstrações contábeis, evidenciadas na EC foram influenciadas pela teoria da contabilidade norte-americana. No entanto, ressalta-se que apesar desta influência, a evolução das empresas, do volume de negociações, dos investimentos, resultando cada vez mais na necessidade de informações aos usuários, permitiu (ou exigiu) que as definições

fossem melhoradas a fim de alcançar os objetivos dos relatórios financeiros e produzir informações úteis.

4.4 MENSURAÇÃO E RECONHECIMENTO

O fundamento da EC é o objetivo dos relatórios financeiros, qual seja, fornecer uma informação financeira sobre a entidade participante que seja útil para investidores existentes e potenciais, credores por empréstimos e outros credores ao tomar decisões sobre fornecer recursos para a entidade (IASB, 2013). Esse objetivo e as características qualitativas fundamentais das informações financeiras úteis, que são construídas sobre tal objetivo, fornecem a base para que a utilidade da informação seja alcançada. No entanto, para que os usuários acessem a informação, ela precisa ser mensurada, reconhecida e evidenciada nos relatórios financeiros, sendo que os conceitos de mensuração, reconhecimento e evidenciação são sustentados pelo objetivo e pelas características qualitativas fundamentais.

Na construção da EC, o IASB propôs as bases de mensuração e os critérios de reconhecimento visando conferir à informação a mais alta qualidade a fim de satisfazer os usuários. Contudo, em que pesem as decisões do IASB, elas são relacionadas com o contexto socioeconômico e político e com os fatores históricos relativos às definições propostas, podendo ser influenciadas pela teoria da contabilidade como resultado do pensamento contábil.

O objetivo desta seção é analisar a influência da Teoria da Contabilidade nas bases de mensuração e nos critérios de reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis. Pretende-se evidenciar a evolução das bases de mensuração e dos critérios de reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis destacados pela teoria da contabilidade ao longo dos anos e a sua influência no que propõe a EC.

4.4.1 Mensuração

Mensuração é o processo de quantificar, em termos monetários, informações sobre os ativos, os passivos, o patrimônio líquido, as receitas e as despesas de uma entidade. Uma base de mensuração é uma característica identificada de um item sendo mensurado, por exemplo, custo histórico, valor justo ou valor de realização. A

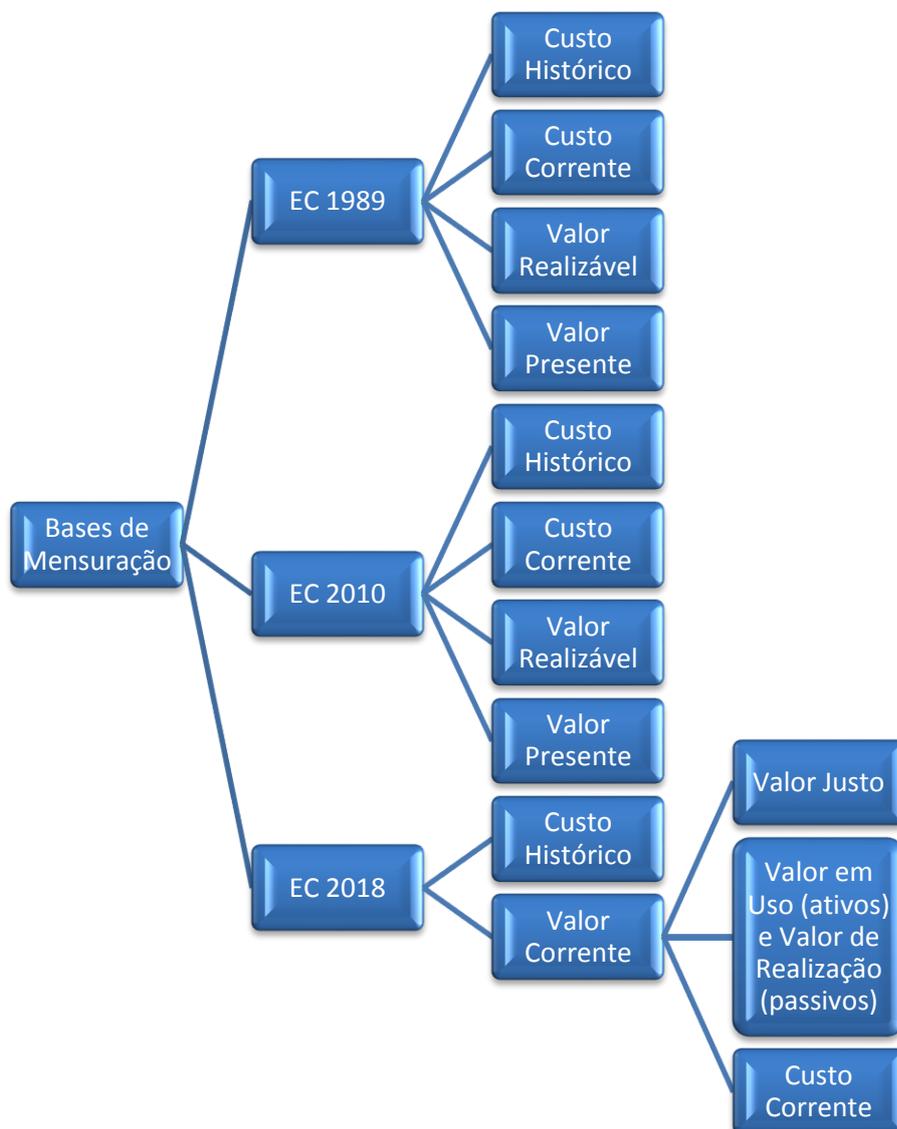
aplicação de uma base de mensuração a um ativo ou passivo cria uma medida para esse ativo ou passivo e para qualquer receita ou despesa relacionada (IASB, 2015a).

Aplicando o objetivo dos relatórios financeiros à mensuração, a visão do IASB é a de que o seu objetivo é contribuir para a representação fiel da informação relevante sobre os recursos da entidade, as reivindicações contra a entidade e as mudanças nos recursos e reivindicações, e sobre o quão eficiente e quão efetivamente a administração e o conselho administrativo da entidade têm cumprido suas responsabilidades no uso dos recursos (IASB, 2015a). Deste modo, conforme o IASB (2018), a consideração das características qualitativas das informações financeiras úteis e da restrição de custos pode resultar na seleção de diferentes bases de mensuração para diferentes ativos, passivos, receitas e despesas.

Na esteira deste objetivo, a EC 2018 apresenta as bases de mensuração categorizadas como: custo histórico e valor corrente. O valor corrente inclui a mensuração do valor justo, do valor em uso para ativos e do valor de realização para passivos e custo corrente. Tanto em 1989 quanto em 2010, a EC havia apresentado como bases de mensuração, o custo histórico, o custo corrente, o valor realizável e o valor presente conforme Figura 3.

A visão do IASB ao considerar o objetivo dos relatórios financeiros e das características qualitativas da informação financeira útil diz que uma única base de mensuração para todos os ativos e passivos pode não fornecer a informação mais relevante para os usuários das demonstrações contábeis. Por sua vez, o número de mensurações diferentes usadas deve ser o menor número necessário para fornecer uma informação relevante. Mudanças desnecessárias de mensuração devem ser evitadas e as mudanças necessárias devem ser explicadas (IASB, 2013).

Figura 3 – Bases de mensuração nas Estruturas Conceituais.



Fonte: Do autor.

Essa visão é consistente com o objetivo dos relatórios financeiros, sobretudo na perspectiva de fornecer informações úteis aos investidores e credores. Diferentes bases de mensuração podem fornecer informações mais úteis a esses usuários a fim de que a essência econômica dos ativos seja transmitida por intermédio desta diversidade.

As medidas baseadas no custo histórico fornecem informações monetárias sobre ativos, passivos, receitas e despesas usando informações derivadas da transação ou evento que as criou. As medidas baseadas no custo histórico de ativos ou passivos não refletem mudanças nos preços. No entanto, as medidas refletem as mudanças quanto ao consumo ou à deterioração de ativos e ao cumprimento de

obrigações (IASB, 2015a). Nas bases para conclusão, o IASB evidencia que essa mensuração fornece informações monetárias sobre ativos, passivos, receitas e despesas usando informações da transação passada ou evento que as criou (IASB, 2015b) de modo a refletir, inicialmente, o valor de todos os custos incorridos para adquirir ou construir um ativo ou o valor da contraprestação líquida recebida para assumir um passivo.

As medidas baseadas no valor corrente fornecem informações monetárias sobre ativos, passivos, receitas e despesas usando informações que são atualizadas para refletir as condições na data da mensuração. Por causa da atualização, os valores correntes capturam quaisquer mudanças positivas ou negativas, desde a data da mensuração anterior, em estimativas de fluxos de caixa e outros fatores incluídos nesses valores atuais (IASB, 2015a). O *Exposure Draft* identifica as bases de mensuração corrente como medidas que fornecem informações monetárias sobre ativos, passivos, receitas e despesas usando informações atualizadas para refletir as condições na data de mensuração (IASB, 2015b). Assim, apresenta o valor justo, o valor em uso (para ativos) e o valor de realização (para passivos) e o custo corrente como exemplos de bases de mensuração corrente.

Segundo o IASB (2015b), a descrição do valor justo é consistente com sua descrição na IFRS 13 *Fair Value Measurement*. A descrição do valor em uso e do valor de realização são derivadas da definição do valor corrente específico da entidade na IAS 16 *Property, Plant and Equipment*, que é a mais explícita das várias definições de valor específico da entidade em Padrões existentes.

Nos Padrões existentes, o valor em uso é utilizado no teste de recuperabilidade de ativos, para determinar se um ativo imobilizado ou intangível mensurado pelo custo histórico está desvalorizado. O teste de recuperabilidade de ativos utiliza o valor em uso com base na estimativa dos fluxos de caixa futuros trazidos a valor presente.

No entanto, o IASB propôs no *Exposure Draft* 2015/3 descrever o valor em uso como uma base de mensuração separada, pois, embora o valor em uso possa ser utilizado na determinação do custo histórico recuperável, ele difere conceitualmente do custo histórico (IASB, 2015b). Segundo o IASB (2015), o valor em uso e o valor de realização refletem os mesmos fatores em sua mensuração como o valor justo, mas o valor em uso e o valor de realização baseiam esses

fatores em suposições específicas da entidade em vez de suposições pelos participantes do mercado.

O valor justo reflete a perspectiva dos participantes do mercado, i.e., o ativo ou o passivo é mensurado usando as mesmas premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou o passivo, se esses participantes do mercado atuassem em seu melhor interesse econômico (IASB, 2015a) e revelam os seguintes fatores:

- (a) estimativas de fluxos de caixa futuros.
- (b) possíveis variações no valor estimado e na época dos fluxos de caixa futuros para o ativo ou passivo que está sendo mensurado, causadas pela incerteza inerente aos fluxos de caixa.
- (c) o valor temporal do dinheiro.
- (d) o preço de suportar a incerteza inerente aos fluxos de caixa (isto é, um prêmio de risco ou um desconto de risco). O preço para suportar essa incerteza depende da sua extensão. Isso também reflete o fato de que os investidores geralmente pagariam menos por um ativo (geralmente espera receber mais para assumir um passivo) que tem fluxos de caixa incertos do que para um ativo (passivo) cujos fluxos de caixa são certos.
- (e) outros fatores, como liquidez, que os participantes do mercado levariam em conta nas circunstâncias (IASB, 2015a, p. 61).

As definições referentes às bases de mensuração da EC 2018 e anteriores são apresentadas no Quadro 18, a seguir.

Quadro 18 – Bases de mensuração evidenciadas nas Estruturas Conceituais (continua).

| # | EC 1989 ¹⁹ | EC 2018 |
|------------------------------|---|--|
| Custo Histórico | Os ativos são reconhecidos pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes dos recursos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (como, por exemplo, imposto de renda), pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que, se espera, serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações. | Igual as ECs 1989 e 2010. |
| Custo Corrente ²⁰ | Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses mesmos ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data do balanço. Os passivos são reconhecidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que, se espera, serão necessários para liquidar a obrigação na data do balanço. | O custo atual de um ativo é o custo de um ativo equivalente na data de mensuração, compreendendo a contraprestação que seria paga na data da mensuração mais os custos de transação que seriam incorridos naquela data. O custo atual de um passivo é a contraprestação que seria recebida por um passivo equivalente na data da mensuração menos os custos de transação que seriam incorridos naquela data. |
| Valor Realizável | Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos seus montantes de liquidação, isto é, pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que, se espera, serão pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações. | Ausente |

¹⁹ Em relação às bases de mensuração, a EC 2010 não diferiu da EC 1989, i.e., apresentou as mesmas bases e as mesmas definições.

²⁰ Na EC 2018, o Custo Corrente, assim como o Valor Justo e o Valor em Uso, passou a ser uma categoria do Valor Corrente.

Quadro 18 – Bases de mensuração evidenciadas nas Estruturas Conceituais (conclusão).

| # | EC 1989 ²¹ | EC 2018 |
|--|---|---|
| Valor Presente | Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa que, se espera, sejam geradas pelo item no curso normal das operações. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de saídas líquidas de caixa que, se espera, serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações. | Passou a ser tratado como uma técnica para obtenção de outras bases de mensuração. |
| Valor Corrente: Valor Justo | Ausente | O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou o valor pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. |
| Valor Corrente: Valor em Uso e Valor de Realização | Ausente | Valor em uso e valor de realização são valores específicos da entidade. Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa que uma entidade espera obter do uso contínuo de um ativo e da sua alienação final. Valor de realização é o valor presente dos fluxos de caixa que uma entidade espera incorrer para liquidar um passivo. |

Fonte: Adaptado de IASB (1989, 2010, 2018).

Ademais, as técnicas de mensuração baseadas em fluxo de caixa são, geralmente, usadas para estimar a mensuração de um ativo ou passivo em uma base de mensuração definida. Consequentemente, o IASB não identifica o valor presente dos fluxos de caixa descontados como uma categoria separada da base de mensuração. Deste modo, o valor presente dos fluxos de caixa descontados se tornou uma forma de obter outras bases de mensurações como o valor justo ou valor em uso (IASB, 2015b).

²¹ Em relação às bases de mensuração, a EC 2010 não diferiu da EC 1989, i.e., apresentou as mesmas bases e as mesmas definições.

De modo geral, as decisões do IASB são fundamentadas na evolução histórica da Teoria da Contabilidade, sobretudo aquela relacionada ao contexto socioeconômico e político. As bases de mensuração, o custo histórico e o valor corrente, seja valor justo, valor em uso ou custo corrente, possuem suas raízes nas obras produzidas pelos pesquisadores de Teoria da Contabilidade, em especial nos EUA, sendo tais bases uma evolução da Teoria da Contabilidade visto que “as mudanças na prática e conhecimento contabilístico resultam de respostas certas dadas pela contabilidade às pressões externas exercidas, por exemplo, pelos mercados e agentes econômicos” (GOMES; RODRIGUES, 2017). Se, por um lado, o custo histórico foi influenciado por Littleton e sustentado por suas obras (PATON; LITTLETON, 1940; LITTLETON, 1953), o valor corrente, sobretudo o valor justo, tem suas sementes na visão e nas publicações de Patton (PATON, 1922; PATON; LITTLETON, 1940).

4.4.1.1 Custo Histórico

O custo histórico foi consolidado na contabilidade nos EUA, em virtude da sua aceitação pela academia e pelo governo. Por parte do governo, Robert E. Healy, e sua influência na SEC foram determinantes para que o custo histórico fosse preferido em relação a quaisquer outras bases de mensuração. Na visão de Healy “[...] o objetivo da contabilidade é prestar contas — não para apresentar opiniões de valor” (HEALY, 1938, p. 6). Pela academia, Littleton, sempre foi defensor do custo histórico, influenciando seus alunos, na Universidade de Illinois, e outros membros da AAA.

Se, por um lado, a aprovação da *Securities Act* de 1933 e da *Securities Exchange Act* de 1934 contribuiu para a mudança dos objetivos da contabilidade e para a necessidade de fornecer informações razoavelmente suficientes para basear uma decisão de investimento (U.S. GOVERNMENT, 1933) e a proteção dos investidores (SEC, 1934), resultando no custo histórico como base de mensuração mais confiável, por outro, na academia, Littleton defendia e disseminava entre os pares essa base de mensuração.

A SEC recebeu apoio da AAA em relação ao custo histórico, por meio das publicações de *A tentative statement of accounting principles affecting corporate reports* (AAA, 1936) e *An Introduction to Corporate Accounting Standards* (PATON;

LITTLETON, 1940). Segundo Zeff (2007), a parte do custo histórico da monografia de Paton e Littleton (1940), tornou-se um texto padrão usado nos currículos de contabilidade e foi amplamente lida também pelos profissionais.

No entanto, em seu último capítulo, intitulado “Interpretação”, provavelmente escrito apenas por Paton, foi discutido objetivamente os prós e contras da contabilidade a custo de reposição e das partidas acima do custo histórico de ativos, o que, em tese, representava a sustentação ou as sementes lançadas por Paton no sentido da utilização de outras bases de mensuração a mercado, como o valor justo para os ativos.

As décadas que seguiram, sobretudo a de 1940, 1950 e 1960, foram marcadas pelas tentativas de introdução de outras bases de mensuração, principalmente as referentes à atualização de ativos acima do custo histórico. No entanto, não houve aceitação e permissão da SEC para tal em virtude da visão de seus comissários, influenciados por Healy e Littleton, sendo o último deles Andrew Barr, o qual permaneceu até 1972.

Em que pese a visão de Paton para outras bases de mensuração além do custo histórico, os pesquisadores de Teoria da Contabilidade (AIA, 1936; SANDERS; HATFIELD; MOORE, 1938; AMERICAN ACCOUNTING ASSOCIATION (AAA), 1941, 1948; MOONITZ, 1961) não questionaram a contabilidade a custo histórico, exceto para alguns ativos como plantas e instalações conforme sugerido por Paton, que deveriam ter seus valores atualizados acima do custo histórico (PATON; LITTLETON, 1940). De modo geral, o custo histórico foi consolidado na contabilidade como a principal base de mensuração.

O APB 4, por exemplo, evidenciou quatro bases de mensuração para a contabilidade financeira, destacando o custo histórico como a principal delas e sobre o qual ressaltou : 1) o preço em uma troca passada da empresa (custo histórico ou custo de aquisição), que é a principal base de mensuração na contabilidade financeira e é geralmente usado na mensuração de estoques, instalações, equipamentos e muitos outros ativos; 2) o preço em uma troca corrente (custo de reposição), usado, por exemplo, na aplicação da regra do menor entre custo e mercado dos estoques; 3) o preço de venda corrente, que pode ser usado, por exemplo, na mensuração de metais preciosos que têm um preço monetário fixo sem custo substancial de marketing; e 4) o preço baseado em vendas futuras, usado, por

exemplo, para estimar custos futuros quando a receita é reconhecida na base do percentual de conclusão (AICPA, 1970).

A década de 1970 foi marcada pelo advento dos principais normatizadores, o IASC, em nível internacional, e o FASB nos EUA. Alinhado com a publicação do seu quadro conceitual, o FASB publicou um memorando de discussão em dezembro de 1976, *Elements of Financial Statements and Their Measurement*, no qual, de modo superficial, discutia a mensuração dos elementos das demonstrações contábeis, convergindo na publicação da *Statement of Financial Accounting Concepts* n. 3 (FASB, 1980b). No entanto, de forma abrangente, a mensuração foi tratada na *Statement of Financial Accounting Concepts* n. 5, *Recognition and Measurement in Financial Statements of Business Enterprises* (FASB, 1984). Nesta publicação, foram definidas e explicadas cinco bases de mensuração dos ativos (vide Quadro 19, a seguir): custo histórico, custo corrente, valor de mercado corrente, valor realizável líquido (valor de liquidação) e valor presente (ou descontado) dos fluxos de caixa futuros.

Quadro 19 – Bases de mensuração e sua utilização conforme SFAC 5.

| Elemento | Descrição |
|--|--|
| Custo Histórico | O imobilizado e a maioria dos estoques são registrados pelo seu custo histórico, que é o montante em dinheiro ou seu equivalente pago para adquirir um ativo, geralmente ajustado após a aquisição para amortização ou outras alocações. Os passivos que envolvem obrigações de fornecer bens ou serviços a clientes são geralmente registrados com base no valor histórico, que é o valor em dinheiro ou seu equivalente recebido quando a obrigação foi incorrida e que pode ser ajustado após a aquisição para amortização ou outras alocações. |
| Custo Corrente | Alguns estoques são reportados pelo seu custo de reposição atual, que é o montante em dinheiro ou seu equivalente, que teria que ser pago se o mesmo ativo ou um ativo equivalente fosse adquirido atualmente. |
| Valor de Mercado Corrente | Alguns investimentos em títulos negociáveis são reportados pelo seu valor de mercado atual, que é o montante em dinheiro ou seu equivalente que poderia ser obtido pela venda de um ativo em liquidação ordenada. O valor atual de mercado também é geralmente usado para ativos que se espera que sejam vendidos a preços inferiores aos valores contábeis anteriores. Alguns passivos que envolvem commodities negociáveis e títulos são relatados pelo valor de mercado atual. |
| Valor Realizável Líquido (Valor de Liquidação) | Os recebíveis de curto prazo e alguns estoques são apresentados pelo seu valor realizável líquido, que é o valor não descontado de caixa ou seu equivalente, no qual se espera que um ativo seja convertido no devido tempo dos negócios menos os custos diretos, se houver, necessários para que se faça essa conversão. Os passivos que envolvem valores conhecidos ou estimados de dinheiro pagável em datas futuras desconhecidas, por exemplo, contas a pagar ou obrigações de garantia, geralmente são reportados pelo seu valor líquido, que é o valor não descontado de caixa ou seu equivalente esperado para ser pago para liquidar uma obrigação no devido curso dos negócios, incluindo os custos diretos, se houver, necessários para efetuar esse pagamento. |
| Valor Presente (ou descontado) dos Fluxos de Caixa Futuros | As contas a receber a longo prazo são reportadas pelo seu valor presente (descontada a taxa implícita ou histórica), que é o valor presente ou descontado das entradas de caixa futuras em que se espera que um ativo seja convertido em decorrência dos negócios. As contas a pagar a longo prazo são relatadas de maneira semelhante pelo valor presente (descontada a taxa implícita ou histórica), que é o valor presente ou descontado das saídas de caixa futuras que se espera que sejam exigidas para satisfazer o passivo no curso devido dos negócios. |

Fonte: Do autor.

Essas bases de mensuração, bem como o seu conteúdo, são o sustentáculo para a construção e inclusão das bases de mensuração nas ECs (1989, 2010) e na Declaração de Conceitos do FASB (2010).

4.4.1.2 Mensurações a valor corrente

O termo “valor justo” foi usado por mais de um século nos EUA, significando o valor pelo qual um ativo poderia ser trocado entre um comprador disposto e um vendedor disposto, com conhecimento do mercado e sem compulsão. Os primeiros indícios do uso do termo ocorreu em 1898 e consistiam em decisões sobre a regulação de taxas das companhias ferroviárias (WALTON, 2007), como no caso Minnesota Rate, no qual a Suprema Corte dos Estados Unidos afirmou que a base de cálculo é o “valor justo da propriedade” (MCCARTY, 1915), e na sentença de Smith vs. Ames, na qual a decisão do tribunal foi “que a base de todos os cálculos quanto à razoabilidade das taxas a serem cobradas por uma corporação [...] deve ser o valor justo da propriedade sendo usada para a conveniência do público” (WALTON, 2007, p. 4-5).

Juntamente com a regulação, o desenvolvimento e a expansão do mercado de capitais, desenvolveu-se, nas décadas de 1900 a 1920, a aplicação dos valores de mercado nos elementos das demonstrações contábeis, sobretudo com sustentação na teoria da contabilidade. Do ponto de vista de Paton (1922), quaisquer alterações no valor em quaisquer direções deveriam refletir nas contas. Em outras palavras, Paton defendia a ideia do valor de mercado para os ativos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Com a quebra da NYSE, a adesão ao custo histórico pelas duas vertentes, i.e., pelo governo e pela academia, ofuscava qualquer outra avaliação de ativos. A AAA, por exemplo, emitiu *A Tentative Statement of Accounting Principles Underlying Corporate Financial Statements* em 1936, a qual destacava a visão da associação em procurar eliminar a confusão resultante da reavaliação de ativos para cima e para baixo do custo de acordo com as variações de preços e condições econômicas (AMERICAN ACCOUNTING ASSOCIATION (AAA), 1936). A associação, possivelmente por influência de Littleton, enfatizava o custo como base de valor da contabilidade.

De acordo com Zeff (2007), nos primeiros anos da SEC, sua equipe desencorajou os *write-ups* e a comissão rejeitou as avaliações de ativos que não eram comprovadas por meio de evidências. Por volta de 1937 a SEC começou a adotar uma posição mais categórica em relação aos *write-ups*, os quais foram proibidos na década de 1940.

Opiniões contrárias à SEC surgiram no decorrer desses períodos. Mesmo que a tese de Paton e Littleton (1940) tenha sido considerada um “hino” ao custo histórico, em seu capítulo VII, escrito apenas por Paton, foi destacada a importância da avaliação e a apresentação no balanço patrimonial de plantas e instalações a bases de mercado, para cima e para baixo do custo histórico.

O valor justo também foi mencionado no *Accounting Research Bulletin* n. 43 (ARB 43), do CAP, o qual destacou que, “no caso de aquisições não-caixa, como, por exemplo, quando os intangíveis são adquiridos em troca de títulos, o custo pode ser considerado como sendo o valor justo da contrapartida dada ou o valor justo da propriedade ou direito adquirido” (AICPA, 1953, p. 38).

Moonitz (1961) também destacou o valor justo, uma vez que introduziu o conceito de Valor Justo de Mercado no estudo apresentado à ARS 1. Nessa publicação, o autor argumenta que o custo tem sido frequentemente usado na contabilidade como sinônimo de preço estabelecido em uma troca. Como resultado, Moonitz inclui o valor justo de mercado e valor avaliado como importantes para a contabilidade. Adicionalmente, ele faz referência ao ARB 43 destacando o valor justo da contrapartida dada ou o valor justo da propriedade ou do direito adquirido (MOONITZ, 1961).

Moonitz (1961) apresentou algumas situações em que o custo deixa de ser a base de mensuração ideal. Segundo ele, o custo é frequentemente usado, no entanto, em um sentido mais restrito a fim de excluir conceitos como valor justo de mercado e avaliações. Em termos mais restritos, a tentativa de restringir a contabilidade ao custo é ainda menos justificada. Em alguns casos, em que não há custo, como doações, aporte de capital por meio de ativos fixos, etc., a base de avaliação deve ser o valor justo de mercado ou seu equivalente. As aquisições não monetárias devem, então, ser mensuradas por outras bases, como preço de mercado, valor justo, valor estimado, etc. A contabilidade não é e não pode ser restrita ao custo histórico (preço à vista) (MOONITZ, 1961).

Outras bases de mensuração também são apresentadas como importantes por Moonitz (1961), tais como o valor realizável (valor de liquidação) dos recebíveis, o valor de mercado para os estoques e o valor de liquidação ou preço de mercado para construções e equipamentos.

Sprouse e Moonitz (1962) evidenciaram o conceito de valor de mercado, valor de mercado corrente, valor justo, valor realizável, valor presente e custo de reposição corrente. Eles sugeriram, no estudo ARS 3, que os títulos negociáveis fossem avaliados a valor de mercado, os recebíveis (contas, notas, empréstimos, adiantamentos em geral) fossem mensurados idealmente pelo valor presente (descontado) dos recebimentos de caixa futuros a serem deles derivados, e que os estoques de mercadorias fossem mensurados pelo valor realizável líquido (SPROUSE; MOONITZ, 1962).

Apesar da importância dos dois estudos, os ARSs 1 e 2, eles foram rejeitados pelo conselho porque diferiam muito dos princípios contábeis geralmente aceitos na época, além da não aceitação de mensurações a mercado acima do custo histórico, como no caso do valor justo.

Diversas tentativas foram feitas no sentido de implementar bases de mensuração além do custo histórico. No entanto, até a década de 1970, principalmente referente à atualização de ativos acima do custo histórico, não houve aceitação e permissão da SEC para tal em virtude da visão de seus comissários, possivelmente influenciados por Healy e Litterton, sendo o último deles Andrew Barr, o qual permaneceu até 1972.

Desse modo, em virtude do contexto econômico e político, sobretudo da forte regulação do mercado de capitais por parte da SEC, as bases de mensurações a mercado e o valor justo somente se consolidaram após a saída de Andrew Barr da entidade. Além disso, a criação dos normatizadores IASB e FASB possibilitou o desenvolvimento sobretudo do valor justo na contabilidade.

4.4.2 Reconhecimento

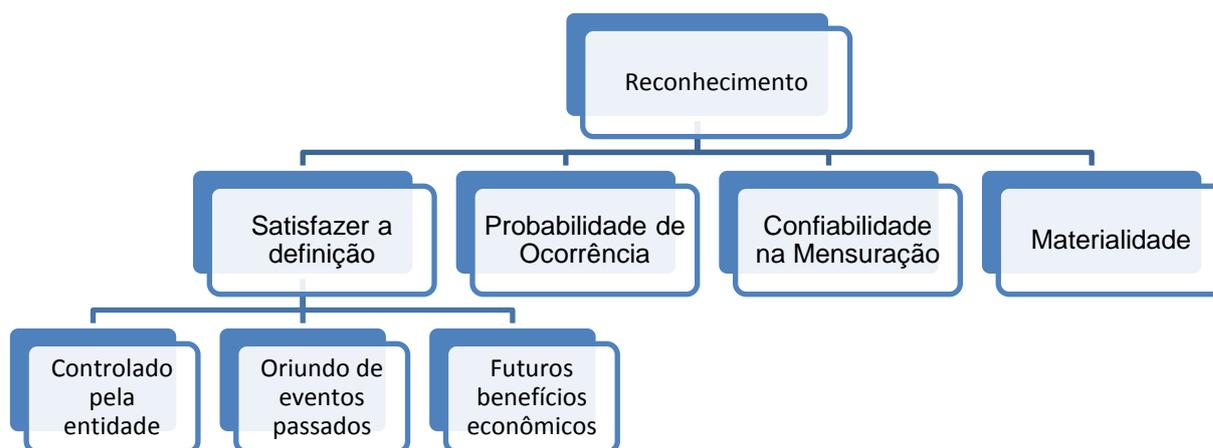
Reconhecimento é o processo que consiste na incorporação ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado de um item que se enquadre na definição de um elemento e que satisfaça os critérios de reconhecimento. Envolve a descrição do item, a mensuração do seu montante monetário e a sua inclusão no

balanço patrimonial ou na demonstração do resultado (IASB, 1989; IASB, 2010; IASB, 2018). Apenas os itens que satisfazem os critérios de reconhecimento devem ser reconhecidos no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado.

Conforme proposto pela EC (IASB, 1989; IASB, 2010), para que um elemento possa ser reconhecido ou incorporado ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado ele deve atender a quatro critérios. Esses critérios são detalhados na Figura 4.

Em conformidade com a EC, como disposto na Figura 5, um item, para ser reconhecido, em primeiro lugar, deve atender a definição de um elemento. Por exemplo, para reconhecer um ativo, ele deve ser um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade (IASB, 2010).

Figura 4 – Critérios para o reconhecimento dos elementos das Demonstrações Contábeis.



Fonte: Adaptado de Niyama e Silva (2013).

Em segundo lugar, um item que se enquadre na definição de um elemento deve ser reconhecido se for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade. Terceiro, o item deve ter custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade. Quarto, ao avaliar se um item se enquadra nesses três critérios e, portanto, se qualifica para fins de reconhecimento nas demonstrações contábeis, é necessário considerar as observações sobre materialidade destacadas na EC como um aspecto da Relevância.

Com a emissão da EC 2018, o IASB modificou os critérios de reconhecimento conforme pode ser observado na Figura 5, a seguir.

Figura 5 – Critérios para o reconhecimento dos elementos das Demonstrações Contábeis – IASB 2018.



Fonte: Adaptado de IASB (2018).

Com base nesses critérios para o reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis, tem-se que o item deve se enquadrar na definição de um elemento. Por exemplo, para um ativo, o item deve ser um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados. Desta forma, a referência a expectativa de benefícios econômicos foi removida da definição de ativo, e, foi acrescentada a definição de recurso econômico em separado.

Em contrapartida, em algumas circunstâncias, reconhecer alguns itens que atendem à definição de ativo, passivo, receita e despesa pode não fornecer informações úteis. Um ativo, passivo, receita e despesa é reconhecido somente se o reconhecimento proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações úteis, ou seja: a) informações relevantes sobre o ativo, passivo, receitas, despesas ou alterações no patrimônio líquido, e b) uma representação fidedigna do ativo ou passivo e de quaisquer receitas, despesas ou alterações no patrimônio líquido.

A relevância da informação está relacionada à incerteza, a qual pode estar relacionada à existência do ativo ou à probabilidade de ocorrência dos fluxos de recursos econômicos. Quanto à incerteza relativa à existência do ativo, o IASB (2018) destaca que, em alguns casos, essa incerteza, possivelmente combinada

com uma baixa probabilidade de entradas ou saídas de benefícios econômicos e uma gama excepcionalmente ampla de resultados possíveis, pode significar que o reconhecimento de um ativo ou passivo não forneceria informação relevante. Independentemente de o ativo ou passivo ser ou não reconhecido, informações explicativas sobre as incertezas associadas a ele podem precisar ser fornecidas nas demonstrações contábeis.

No que tange a incerteza concernente à probabilidade de ocorrência dos benefícios futuros, o IASB (2018) destaca que um ativo ou passivo pode existir mesmo que a probabilidade de uma entrada ou saída de benefícios econômicos seja baixa. Se a probabilidade de uma entrada ou saída de benefícios econômicos for baixa, as informações mais relevantes sobre o ativo ou passivo podem ser informações sobre a magnitude dos possíveis fluxos de entrada ou saída, sobre sua possibilidade de ocorrência e sobre os fatores que afetam a probabilidade de sua ocorrência. Mesmo que a probabilidade de uma entrada ou saída de benefícios econômicos seja baixa, o reconhecimento do ativo ou passivo pode fornecer informações relevantes.

O reconhecimento de um ativo ou passivo específico é apropriado se ele fornecer não apenas informações relevantes, mas também uma representação fiel desse ativo ou passivo e de quaisquer receitas, despesas ou mudanças no patrimônio líquido resultantes. Se uma representação fiel pode ser fornecida, ela pode ser afetada pelo nível de incerteza da mensuração associada ao ativo ou passivo ou por outros fatores (IASB, 2018).

Conforme discutido nas bases para conclusões, os critérios de reconhecimento na EC 2018 não incluem um requisito para reconhecer um ativo ou passivo somente se ele tiver um custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade. O IASB concluiu que um alto nível de incerteza da mensuração não impede, necessariamente, que uma medida forneça informações úteis sobre um ativo ou passivo, de modo que seria difícil estabelecer um único limite baseado na incerteza de mensuração que pudesse ser aplicada a todos os padrões e em todos os eventos de reconhecimento. Assim, a EC 2018 discute a incerteza da mensuração como um fator que pode afetar a informação ou não, de modo que a representação fiel, se fornecida com suporte, em notas explicativas, se necessário, pode melhorar a qualidade da informação sobre o reconhecimento de um ativo ou passivo (IASB, 2018b).

Por fim, assim como o custo restringe outras decisões de relatórios financeiros, ele também restringe as decisões de reconhecimento. Os preparadores de demonstrações contábeis incorrem em custos na obtenção de uma mensuração relevante de um ativo ou passivo, assim como os usuários também incorrem em custos na análise e interpretação das informações fornecidas. Assim, um ativo ou passivo é reconhecido se os benefícios da informação fornecida aos usuários justificar os custos de fornecimento e o uso dessa informação (IASB, 2018).

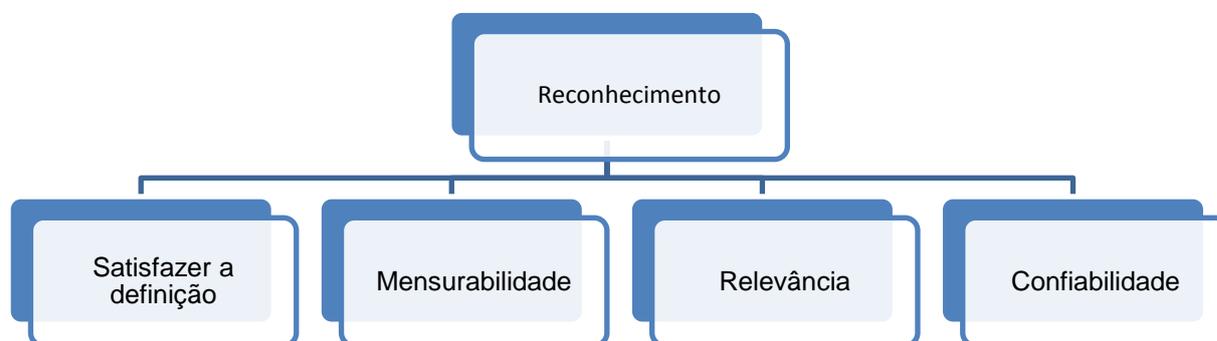
4.4.2.1 Reconhecimento antes das Estruturas Conceituais

Os critérios para o reconhecimento (vide Figura 5) (vide Figura 6, a seguir) dos elementos das demonstrações contábeis conforme propostos pelos normatizadores, sobretudo pelo IASB e pelo FASB, não eram considerados pelas obras referentes à teoria da contabilidade, como em Paton (1922), Sander, Hatfield e Moore (1938), Kohler, Paton e Littleton, evidenciados em AAA (1936), Paton (1939), Paton e Littleton (1940), Littleton (1953), Moonitz (1961), Sprouse e Moonitz (1962) e outros.

Em geral, as obras citadas propunham a incorporação de um elemento nas demonstrações contábeis com base nas suas características ou em um inventário físico desses elementos desde que relacionados à geração de benefícios econômicos e não a critérios para tal reconhecimento.

Somente com os normatizadores, os critérios de reconhecimento foram incorporados às ECs, de modo que o FASB propôs, no SFAC 5, os critérios para o reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis. Seguindo essa concepção inicial, um item e as informações sobre ele devem atender a quatro critérios fundamentais de reconhecimento e devem ser reconhecidos quando os critérios forem atendidos, estiverem sujeitos à uma restrição de custo-benefício e a um limite de materialidade (FASB, 1984). Esses critérios são destacados na Figura 6.

Figura 6 – Critérios para o reconhecimento dos elementos das Demonstrações Contábeis – FASB 1984.



Fonte: Adaptado de FASB (1984).

Quanto ao primeiro critério, satisfazer a definição, para o FASB (1984), o item deve atender à definição de um elemento das demonstrações contábeis, i.e., enquadrar-se na definição de um elemento, seja ativo, passivo, despesa ou receita. Quanto à Mensurabilidade, o item deve ter um atributo relevante mensurável com confiabilidade suficiente. A Relevância diz respeito à capacidade das informações de fazer a diferença nas decisões dos usuários. A Confiabilidade destaca que a informação deve ser representada fielmente, verificável e neutra.

Todos os quatro critérios estão sujeitos a uma restrição generalizada de custo-benefício: os benefícios esperados do reconhecimento de um item em particular devem justificar os custos percebidos de fornecer e usar as informações. O reconhecimento também está sujeito a um limiar de materialidade: um item e as informações sobre ele não precisam ser reconhecidos em um conjunto de demonstrações contábeis se o item não for grande o suficiente para ser material e o agregado de itens individualmente imateriais não for grande o suficiente para ser material nas demonstrações contábeis.

4.4.3 Resumo

Sob a égide do objetivo dos relatórios financeiros, fundamentada nas características qualitativas, a EC (2018) apresenta as bases de mensuração, categorizadas como a) custo histórico e b) valor corrente. Nesta última, inclui-se a mensuração do valor justo, do valor em uso para ativos e do valor de realização para

passivos e custo corrente. Nas ECs anteriores, o IASB havia destacado quatro bases de mensuração, sendo o custo histórico, o custo corrente, o valor realizável e o valor presente.

O custo histórico foi considerado, por muitos anos, como a principal base de mensuração e era defendido tanto pelas entidades governamentais, sobretudo a SEC, quanto pela academia, possivelmente em virtude da quebra da NYSE e devido aos seus mais influentes defensores, Ananias C. Littleton e Robert E. Healy. Por um lado, Healy conseguiu influenciar e introduzir, nos demais comissários da SEC, uma aversão a desvios ascendentes do custo histórico. Por outro, Littleton, na Universidade de Illinois, na qual era o líder intelectual da escola do custo histórico, conseguiu disseminar essa ideia por vários anos.

Mesmo que outras bases de mensuração tenham sido discutidas, como, por exemplo, as ideias de Paton sobre mensurações a mercado, elas tiveram maior aceitação a partir da década de 1970 e, portanto, se desenvolveram na contabilidade, sobretudo com a criação do FASB e do IASB.

Quanto ao valor justo, em 1898, foram encontrados os primeiros indícios do uso do termo “valor justo” em sentença da Suprema Corte dos EUA. No início do século XX, o congresso norte-americano, por meio de lei federal que versava acerca da apuração do custo das ferrovias, também abordou o valor justo para avaliação, possibilitando o seu crescimento na parte inicial daquele século.

No entanto, com a quebra da NYSE em 1929, o valor justo foi preterido em relação ao custo histórico, principalmente em virtude da não aceitação da SEC. Deste modo, o valor justo ganhou destaque no meio contábil apenas a partir da década de 1970 com os normatizadores, visto que pouco foi disseminado pela teoria da contabilidade.

A partir do desenvolvimento dos normatizadores, sobretudo o FASB e o IASB, o valor justo ganhou importância como base de mensuração dos elementos das demonstrações contábeis devido à incapacidade da contabilidade a custo histórico em refletir a essência econômica das transações. Foi também a partir da década de 1970 que o valor justo recebeu apoio da SEC e, portanto, foi incorporado nos pronunciamentos do FASB.

A primeira norma do FASB que destacou o valor justo foi a *Financial Accounting Standards* n. 8 (FAS 8) – *Accounting for the Translation of Foreign Currency Transactions and Foreign Currency Financial Statements*, publicada em

1975. Posteriormente, sua referência foi encontrada em diversas outras normas do FASB. Quanto ao IASB, o valor justo foi abordado inicialmente na IAS n. 16 – *Property, Plant and Equipment*, publicada em 1993 ainda pelo IASC e subsequentemente em outras normas, tendo sua consolidação na IFRS n. 13 – *Fair Value Measurement*, em 2011.

As ECs de 1989 e 2010 pouco discutiram o valor justo, apresentando apenas outras bases de mensuração para os elementos das demonstrações contábeis. No entanto, diante de sua importância, promovida pelos normatizadores, sobretudo com a emissão de padrões contábeis como a IFRS 13, o IASB decidiu incorporá-lo na EC 2018.

Quanto aos critérios para o reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis, conforme propostos pelos normatizadores, sobretudo o IASB e o FASB, eles não eram considerados pelas obras relativas à teoria da contabilidade, como em Paton (1922), Sander, Hatfield e Moore (1938), Kohler, Paton e Littleton, evidenciados em AAA (1936), Paton (1939), Paton e Littleton (1940), Littleton (1953), Moonitz (1961), Sprouse e Moonitz (1962) e outros. Somente com os normatizadores, os critérios de reconhecimento foram incorporados às ECs, como, por exemplo, no SFAC 5 conforme proposto pelo FASB.

Em linhas gerais, as bases de mensuração tiveram suas sementes lançadas pelos pensadores e foram destacadas, principalmente, nas ideias e nas obras de Paton (1922), Paton e Littleton (1940), Moonitz (1961), Sprouse e Moonitz (1962), mesmo que, naquela época, não houvesse aceitação pela classe contábil em virtude da rejeição da SEC. O custo histórico teve ampla defesa na teoria da contabilidade, sendo, então, uma criação desta, e o valor justo foi propagado pelos normatizadores principalmente devido à sua aceitação pela SEC ter ocorrido apenas a partir da década de 1970. Já os critérios de reconhecimento estão relacionados à criação dos normatizadores, sobretudo à criação de uma EC que desse suporte à elaboração de relatórios financeiros que fornecessem informações úteis por meio da mensuração, do reconhecimento e da evidenciação da informação.

Finalizando, por conseguinte, a teoria da contabilidade influenciou o IASB na elaboração da EC no tocante à base de mensuração custo histórico. Os normatizadores, sobretudo o FASB, foram influenciados em relação ao valor justo e aos critérios de reconhecimento.

4.5 SÍNTESE DAS CONCLUSÕES

Considerando que o SATTA apresenta que não existe uma Teoria da Contabilidade única e que existe uma diversidade de Teorias da Contabilidade em virtude das diversas abordagens, para efeitos desta pesquisa as obras produzidas pelos pesquisadores como Willian A. Paton, Ananias C. Littleton, Thomas Henry Sanders, Henry Hand Hatfield, Underhill Moore, Robert T. Sprouse e Maurice Moonitz, dentre outros, foram consideradas com pertencentes à Teoria da Contabilidade e, portanto, consideradas como Teoria da Contabilidade.

George Staubus propôs que a ênfase da contabilidade deveria estar voltada para o atendimento dos objetivos dos usuários. Esta ideia foi incorporada no ASOBAT e no APB 4, publicados, respectivamente pela AAA e pelo AICPA. Quanto aos usuários, ao longo dos anos, foram apresentadas uma diversidade de partes interessadas nas informações produzidas pela contabilidade. No entanto, a regulação do mercado de capitais nos EUA influenciou as pesquisas em contabilidade, fazendo com que os pesquisadores de Teoria da Contabilidade, na tentativa de resolver problemas contábeis como a falta de comparabilidade das informações, elegessem os investidores e credores como os principais usuários da contabilidade.

A ideia de Staubus, de que a contabilidade deveria ser direcionada para atender os interesses dos usuários, e a regulação do mercado de capitais, a qual determinou a proteção dos investidores e credores, influenciaram o IASB na elaboração do objetivo dos relatórios financeiros como apresentado na EC (2018).

Como resultado da mudança de foco na contabilidade em meados da década de 1960, isto é, o abandono da busca por princípios contábeis nos EUA e a ênfase nos objetivos da contabilidade com base no ASOBAT, abriu-se espaço para o advento das características qualitativas. A relevância e a verificabilidade tiveram sua origem no ASOBAT em 1966, mesmo que ainda não fossem consideradas como características qualitativas. A comparabilidade, a tempestividade e a compreensibilidade originaram-se no APB 4, em 1970. Assim, é possível inferir que o IASB foi influenciado pelas produções prévias, sobretudo o ASOBAT e APB 4, no tocante as características qualitativas relevância, verificabilidade, comparabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

Em relação a representação fidedigna, esta característica qualitativa não foi mencionada nas obras relativas a Teoria da Contabilidade evidenciadas nesta pesquisa. Mesmo que na criação da representação fidedigna o IASB tenha se baseado na confiabilidade, a significado da representação fidedigna proposto pelo IASB foge ao escopo da confiabilidade como proposto pela Teoria da Contabilidade.

No tocante a hierarquização das características qualitativas, o IASB não teve a influência da Teoria da Contabilidade, mas, por outro lado, foi influenciado pelo FASB, visto que a hierarquização foi apresentada inicialmente no seu quadro conceitual.

As definições dos elementos das demonstrações contábeis foram previamente apresentadas em Sprouse e Moonitz (1962) de modo que é possível inferir sua influência nas produções subsequentes, e, conseqüentemente, na EC (2018). As definições apresentadas pela EC (2018) são convergentes com o que haviam proposto Sprouse e Moonitz (1962), mesmo que pequenas diferenças possam ser encontradas em virtude do aperfeiçoamento das definições.

Sprouse e Moonitz (1962) foram precursores em considerar ativos como recursos capazes de gerar benefícios econômicos e como resultado de eventos já ocorridos. A EC (2018) evidencia essas duas principais características na definição de ativo.

Por influência do contexto econômico e político as definições abrangentes para receitas e despesas apresentadas na EC (2018), divergem das definições apresentadas nas obras relativas a Teoria da Contabilidade. Mesmo que se possa constatar convergência entre o que propôs o IASB na EC (2018) com as definições que Sprouse e Moonitz (1962) apresentou, bem como nas pesquisas subsequentes, as particularidades de cada país impossibilitaram que o IASB apresentasse definições separando despesas de perdas e receitas de ganhos. Em outras palavras, em virtude dos fatores ambientais de cada país, apresentar definições gerais diferenciando despesas de perdas e receitas de ganhos, poderia reduzir a qualidade da informação divulgada, mesmo que essa discussão tenha sido considerada, e posteriormente abandonada pelo IASB.

Quanto as bases de mensuração, o custo histórico foi amplamente defendido pelos autores de Teoria da Contabilidade, principalmente Ananias Charles Littleton. Sua principal obra, Paton e Littleton (1940), disseminou o custo histórico e influenciou a academia nos EUA, a AAA, o AICPA e, posteriormente os

normatizadores. Consequentemente, influenciou o IASB na elaboração da EC (2018).

As bases de mensuração a valor de mercado também tiveram defensores ao longo dos anos, sendo o principal deles Willian A. Paton. Paton sugeriu em sua monografia em conjunto com Littleton em 1940 – no capítulo VII, escrito apenas por Paton – que edificações e instalações fossem avaliadas a mercado. No entanto, em virtude da quebra da NYSE em 1929, a SEC não permitiu o reconhecimento de quaisquer valores acima do custo histórico, até a década de 1970.

A partir da década de 1970 o valor justo ganhou espaço na contabilidade, e, posteriormente, foi mencionado em diversas normas do FASB e do IASB, até a publicação da IFRS nº. 13 – *Fair Value Measurement* em 2011. Assim, a incorporação do valor justo como base de mensuração na EC (2018) não pode ser atribuída à influência das obras relativas a Teoria da Contabilidade, mas sim, ao FASB e ao IASB.

Por fim, a Teoria da Contabilidade não influenciou o IASB no desenvolvimento dos critérios de reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis. A primazia dos critérios de reconhecimento ocorreu no quadro conceitual do FASB, especificamente na SFAC 5 publicada em 1984.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a influência da Teoria da Contabilidade a partir da década de 1920 na *Conceptual Framework for Financial Reporting* emitida pelo IASB, com o intuito de mostrar o que relataram William A. Paton, Ananias C. Littleton, Thomas Henry Sanders, Henry Hand Hatfield, Underhill Moore, Robert T. Sprouse, Maurice Moonitz e outros na produção de obras como *Accounting Theory, A Tentative Statement of Accounting Principles Affecting Corporate Reports, Examination of Financial Statement, A Statement of Accounting Principles, An Introduction to Corporate Accounting Standard, Accounting Principles Underlying Corporate Financial Statements, Accounting Concepts and Standards Underlying Corporate Financial Statement, Structure of Accounting Theory, ASOBAT* e outras, em especial no período normativo, considerando que tais obras produziram reflexos na construção das definições elencadas na *Conceptual Framework for Financial Reporting*.

Para atingir o objetivo geral, foi realizada uma pesquisa histórica com abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, comparativo e interpretativo, relativa à nova história da contabilidade. A princípio, foram identificadas 18 produções referentes à Teoria da Contabilidade nos EUA conforme Hendriksen e Van Breda (1999), Jones (2015), e Zeff (1972, 1999, 2007, 2016), as quais passaram a representar a Teoria da Contabilidade dos EUA sobretudo quanto à ideia dos autores a partir da década de 1920.

Para atender ao objetivo geral desta pesquisa, foram estabelecidos quatro objetivos específicos. O primeiro deles foi analisar a influência da Teoria da Contabilidade no objetivo dos relatórios financeiros de propósito geral, procurando destacar a evolução dos objetivos dos relatórios financeiros evidenciados pela Teoria da Contabilidade ao longo dos anos e a sua influência no objetivo proposto na Estrutura Conceitual do IASB. Observou-se, de modo geral, que a abordagem dos objetivos proposta na EC teve suas raízes nas produções de Staubus, sobretudo na abordagem *decision usefulness* por ele proposta, a qual destaca que, “se não podemos elaborar demonstrações contábeis úteis a todos os usuários, devemos atender aos anseios da maioria”. Nessa concepção, atendendo aos interesses dos investidores e credores, os contadores estariam atendendo a maioria dos usuários. A partir da visão de Staubus, as produções subsequentes foram

elaboradas e, sob a influência do contexto socioeconômico e político, a definição foi aprimorada. De forma específica, quanto aos usuários dos relatórios financeiros, em que pese a influência norte-americana, a EC (1989) apresentou vários grupos de usuários, convergente com a visão da Teoria da Contabilidade do Reino Unido. Por sua vez, a EC 2010 e a EC 2018 apresentaram os investidores e credores como principais grupos de usuários, convergindo com a visão da Teoria da Contabilidade nos EUA, relacionada fortemente, com o contexto socioeconômico e político, visto que a pressão governamental, desde a década de 1930, em virtude da quebra da NYSE, influenciou a classe contábil de modo que a maioria das pesquisas relativas à Teoria da Contabilidade privilegiasse esses dois grupos em detrimento dos demais.

Destaca-se que esta convergência da Teoria da Contabilidade em direção aos investidores e credores, em virtude do contexto, alinha-se com a *decision usefulness* proposta por Staubus e não prejudica os demais usuários. Ao contrário, entende-se que existe a impossibilidade de elaboração de relatórios financeiros que atendam a todos os usuários da mesma forma. Entretanto, destaca-se que, em virtude da diversidade de necessidades dos diversos usuários, atender a todos eles ao mesmo tempo poderia resultar em pior qualidade da informação. Deste modo, pode-se inferir que a Teoria da Contabilidade, alinhada com o contexto socioeconômico e político, influenciou na definição dos objetivos dos relatórios financeiros de propósito geral evidenciado na EC.

O segundo objetivo específico foi evidenciar a influência da Teoria da Contabilidade nas características qualitativas, procurando destacar a evolução delas nas produções dos pesquisadores da Teoria da Contabilidade ao longo dos anos e a sua influência no que foi evidenciado a seu respeito na EC do IASB. Nas primeiras publicações relativas à Teoria da Contabilidade pouco se discutiu ou mesmo evidenciou características qualitativas da informação contábil, exceto para a uniformidade, a verificabilidade e a comparabilidade. Mesmo que não fossem tratadas como características qualitativas, os autores mostravam preocupação com a apresentação de demonstrações contábeis comparáveis.

O período que compreende a década de 1920 até a década de 1960 foi marcado pelo crescimento da regulação do mercado de capitais principalmente em virtude da quebra da NYSE e devido à pressão da SEC sobre a classe contábil para que se produzisse Princípios Contábeis que dessem suporte à elaboração de demonstrações contábeis. A mudança de foco, destacando os usuários como o

centro da contabilidade ao produzir informação financeira, sobretudo a partir do ASOBAT (1966), possibilitou a criação das características qualitativas. Destaca-se que o ASOBAT (1966) foi a gênese das características qualitativas que se tornaram elementos básicos em futuras ECs, uma vez que, em vez de aplicar imediatamente os objetivos da contabilidade para se pronunciar sobre a propriedade de métodos e práticas contábeis, o comitê identificou e discutiu quatro padrões da informação contábil (relevância, verificabilidade, livre de viés e quantificação) para que a comunicação de informações fosse empregada como critério para implementar os objetivos. As produções subsequentes, como o pronunciamento n. 4 do APB e o *Trueblood Reporting*, também abordaram as características qualitativas seguindo o ASOBAT, porém incorporando outras.

Deste modo, é possível inferir que a Teoria da Contabilidade influenciou na criação das características qualitativas evidenciadas da EC. As características qualitativas propostas pelo IASB na EC, de certo modo, são fruto do processo histórico e sofreram influência do ambiente, tendo suas origens nas produções da Teoria da Contabilidade, sobretudo o ASOBAT, o APB 4 e o *Trueblood Reporting*.

O terceiro objetivo específico foi analisar a influência da Teoria da Contabilidade nos elementos das demonstrações contábeis. Com isso, pretendia-se evidenciar a evolução dos elementos das demonstrações contábeis destacados pela Teoria da Contabilidade ao longo dos anos e a sua influência nos elementos da EC. A esse respeito, percebe-se que, como fruto do processo histórico, as primeiras produções apresentam conceitos relativamente simples, evoluindo no decorrer do tempo. Sanders, Hatfield e Moore (1938) foram os primeiros dos principais autores sob a tutela da AAA a evidenciar definições abrangentes para alguns dos elementos das demonstrações contábeis.

O desenvolvimento econômico, social e político possibilitou que esses elementos evoluíssem no decorrer do tempo, sobretudo após a forte pressão do mercado de capitais, o crescimento exponencial nos investimentos em títulos e as expansões pós-guerra, que fizeram a economia deslanchar, principalmente nos EUA, a necessidade de auditoria das demonstrações contábeis e a criação dos normatizadores. Esses fatores foram fundamentais para a evolução da Teoria da Contabilidade, e conseqüentemente para o desenvolvimento dos elementos das demonstrações contábeis, convergindo naqueles elencados na EC.

O quarto objetivo específico foi mostrar a influência da Teoria da Contabilidade no reconhecimento e mensuração, procurando demonstrar a evolução dos critérios de reconhecimento e das bases de mensuração na Teoria da Contabilidade ao longo dos anos e a sua influência no que destaca a EC. A EC 2018, apresenta as bases de mensuração categorizadas como: a) custo histórico e b) valor corrente. Nesta última, inclui-se a mensuração do valor justo, do valor em uso para ativos e valor de realização para passivos e do custo corrente. As produções relativas à Teoria da Contabilidade defendiam amplamente o custo histórico em virtude da pressão da SEC no sentido de garantir proteção aos investidores e credores. Alguns autores, como Paton, defendiam o uso de outras bases de mensuração a mercado. No entanto, a esse respeito, o contexto socioeconômico e político retardou a evolução das bases de mensuração a mercado, como o valor justo. Quanto aos critérios de reconhecimento, é possível inferir que sua criação ocorreu apenas com os normatizadores, sobretudo a partir das primeiras ECs, uma vez que as produções relativas à Teoria da Contabilidade apresentavam exemplos de itens que seriam reconhecidos e não critérios para sua incorporação às demonstrações contábeis.

Em linhas gerais, destaca-se que os resultados demonstrados contribuem para uma percepção mais ampla acerca da influência da Teoria da Contabilidade nos objetivos dos relatórios financeiros, nas características qualitativas, nos elementos das demonstrações contábeis e no reconhecimento e na mensuração. Portanto, como a EC apresenta elementos que foram construídos ao longo dos anos, esta pesquisa apresenta evidências da influência da Teoria da Contabilidade na elaboração dos objetivos dos relatórios financeiros, das características qualitativas, dos elementos das demonstrações contábeis e da mensuração. No entanto, a Teoria da Contabilidade não influenciou nos critérios de reconhecimento, uma vez que estes foram criados pelos normatizadores, possivelmente em virtude da evolução da contabilidade e das empresas.

De forma complementar, destaca-se a existência de limitações na presente pesquisa, mesmo diante do rigor científico empregado. Assim, como limitações, existe o viés do pesquisador na escolha das produções relativas à teoria da contabilidade que fazem parte do *corpus* aqui abordado, bem como o recorte temporal realizado.

Por fim, recomenda-se que outras investigações sejam realizadas para complementar esta pesquisa, bem como a literatura relativa à EC do IASB. Investigações cujos objetivos sejam, por exemplo, a) analisar a influência da EC na formulação dos pareceres de auditoria; b) analisar a influência da EC na formulação de padrões e o quanto ela tem impactado nas alterações desses padrões; e c) analisar as implicações práticas das mudanças incorporadas na EC.

REFERÊNCIAS

ACCOUNTING STANDARDS STEERING COMMITTEE (ASSC). **The Corporate Report: A discussion paper published for comment by the Accounting Standards Steering Committee**. London: ASSC, 1975

ADRIAN-COSMIN, C. Accounting Information System - qualitative characteristics and the importance of accounting information at trade entities. **Annals of the Constantin Brâncuși University of Târgu Jiu, Economy Series**, v. II, n. 1, p. 168–174, 2015.

AMERICAN INSTITUTE OF ACCOUNTANTS (AIA). **Examination of Financial Statements**. New York: AIA, 1936.

AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS (AICPA). **Accounting Principles APB One**. v. 1. New York: AICPA, 1969.

_____. **Accounting Research Bulletin**, n. 43. v. 1, n. 43, 1953.

_____. **Report of the Study Group on the Objectives of Financial Statements**. New York: AICPA, 1973.

_____. **Statement of the Accounting Principles Board (APB 4)**. New York: AICPA, 1970.

AMERICAN ACCOUNTING ASSOCIATION (AAA). **A Statement of Basic Accounting Theory (ASOBAT)**. Sarasota, Flórida: AAA, 1966.

_____. A Tentative Statement of Accounting Principles Affecting Corporate Reports. **The Accounting Review**, v. 11, n. 2, p. 187–191, 1936.

_____. Accounting Concepts and Standards Underlying Corporate Financial Statements: 1948 Revision. **The Accounting Review**, v. 23, n. 4, p. 339–344, 1948.

_____. Accounting Principles Underlying Corporate Financial Statements. **The Accounting Review**, v. 16, n. 2, p. 133–139, 1941.

_____. Committee on Accounting History. **The Accounting Review**, v. 45, n. XLV, p. 53-64, 1970. Disponível em:
<<http://www.jstor.org/stable/pdfplus/244200.pdf?acceptTC=true>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

ARRINGTON, C. E.; FRANCIS, J. R. Letting the chat out of the bag: Deconstruction, privilege and accounting research. **Accounting, Organizations and Society**, v. 14, n. 1–2, p. 1–28, 1989.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEEST, F. Van; BRAAM, G.; BOELEN, S. Quality of Financial Reporting: measuring qualitative characteristics. **NiCE Working Paper 09-108**, n. April, p. 1–41, 2009. Disponível em: <www.ru.nl/publish/pages/516298/nice_09108.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2018.

BELKAOUI, A. R. **Accounting Theory**. 5. ed. [s.l.: s.n.]

BENCE, D. J. **The Conceptual Financial Reporting in The U.K. - The Opinions Objectives the of and Participants in the Financial Reporting Process**. University of the West of England, 1996.

BOTELHO, D. R. **EPISTEMOLOGIA DA PESQUISA EM CONTABILIDADE INTERNACIONAL: ENFOQUE CULTURAL-REFLEXIVO**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Universidade de Brasília, 2012.

BRADBURY, M. E. Implications for the Conceptual Framework Arising From Accounting for Financial Instruments. **Abacus**, v. 39, n. 3, p. 388–397, 2003.

BREAHNĂ-PRAVĂȚ, I. Basic Aspects Concerning the Single Conceptual Framework. **Studies and Scientific Researches**, n. 18, p. 128–136, 2013.

BURCA, V.; MATES, D.; PUSCAS, A. Standard-Setters Versus Big4 Opinion, Concerning Iasb Revision Project of the Conceptual Framework for Financial Reporting. the Case of Presentation and Disclosures Chapter. **Studia Universitatis Economics Series**, v. 25, n. 2, p. 81–107, 2015. Disponível em: <<http://www.degruyter.com/view/j/sues.2015.25.issue-2/sues-2015-0014/sues-2015-0014.xml>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organisational Allalysis: Elements of the Sociology of Corporate Life**. New Yourk: Routledge, 1979.

CAMFFERMAN, K.; ZEFF, S. A. **Financial Reporting And Global Capital Markets**. New York: Oxford University Press, 2006.

CARNEGIE, G. D.; NAPIER, C. J. Critical and interpretive histories: insights into accounting's present and future through its past. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 9, n. 3, p. 7–39, 1996.

_____; _____. Exploring comparative international accounting history. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 5, p. 689–718, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/09513570210448966>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

CHATFIELD, M.; VANGERMEERSCH, R. **The History of Accounting: An International Encyclopedia**. New York: Garland Publishing, 1996.

CHATTERJEE, B. et al. An Analysis of the Qualitative Characteristics of Management Commentary Reporting by New Zealand Companies An Analysis of the Qualitative Characteristics of Management. **Australasian Accounting Business & Finance Journal**, v. 5, n. 4, p. 43–64, 2012.

COHEN. Report of the Cohen committee on company law amendment. **Journal of the Institute of Actuaries**, v. 73, n. 1, p. 20–36, 1947.

COLASSE, B. A quoi sert la recherche comptable? Des fonctions du chercheur en comptabilité. **Revue Francaise de Comptabilité**, n. 264, p. 67–73, 1995.

COOPER, D.; SHERER, M. J. The Value of Corporate Accounting Reports: Arguments for a Political Economy of Accounting. **Accounting, Organizations and Society**, v. 9, n. 3/4, p. 207–232, 1984.

DAINES, H. C. The Changing Objectives of Accounting. **The Accounting Review**, v. 4, n. 2, p. 94–110, 1929.

DALMÁCIO, F. Z. **Mecanismos de governança e acurácia das previsões dos analistas do mercado brasileiro**: uma análise sob a perspectiva da teoria da sinalização. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DENNIS, I. D. **A Philosophical Investigation into the Conceptual Framework for Accounting**. University of London, 2006.

DOUGLAS, R. **World Crisis and British Decline, 1929-56**. London: Palgrave Macmillan, 1986.

EL-ESSELY, M. A. M. **The Conceptual Framework for Financial Accounting and Reporting in the Developing Countries**: Empirical Study of the Unified Accounting System in Egypt. 1987. The City University Business School, 1987.

EWELT-KNAUER, C. Determining reporting entity boundaries in the light of neoinstitutional theories beyond the conceptual framework of IFRS. **Journal of Business Economics**, v. 84, n. 6, p. 827–864, 2014.

EZZAMEL, M.; HOSKIN, K. W.; MACVE, R. H. Managing it all by numbers: a review of Johnson & Kaplan's "Relevance lost". **Accounting and Business Research**, v. 20, n. 78, p. 153–166, 1990. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00014788.1990.9728873>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

FARCAS, T. V. **The Development of Accounting Thought and Accounting Higher Education in Eastern Europe: The Case of Transylvania, Romania**. 2013. Université de Nantes, 2013.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARD BOARD (FASB). **Minutes of the July 27, 2005 conceptual framework board meeting**. Norwalk: FASB, 2005.

_____. **Preliminary Views Conceptual Framework for Financial Reporting: Objective of Financial Reporting and Qualitative Characteristics of Decision-Useful Financial Reporting Information**. Norwalk: FASB 2006.

_____. **Statement of Financial Accounting Concepts No. 1: Objectives of Financial Reporting by Business Enterprises**. Norwalk: FASB, 1978.

_____. **Statement of Financial Accounting Concepts N. 2: Qualitative Characteristics of Accounting Information**. Norwalk: FASB, 1980.

_____. **Statement of Financial Accounting Concepts N. 3: Elements of Financial Statements of Business Enterprises**. Norwalk: FASB, 1980b.

_____. **Statement of Financial Accounting Concepts N. 5: Recognition and Measurement in Financial Statements of Business Enterprises**. Norwalk: FASB, 1984.

_____. **Statement of Financial Accounting Concepts N. 6: Elements of Financial Statements — a replacement of FASB Concepts Statement No. 3 (incorporating an amendment of FASB Concepts Statement No. 2)**. Norwalk: FASB, 1985.

FEDERAL RESERVE BOARD (FRB). **Approved Methods for the Preparation of Balance Sheet Statements**. Washington: FRB, 1917.

FUNNELL, W. Preserving history accounting: seeking common ground between “new” and “old” accounting history. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 9, n. 4, p. 38–64, 1996.

GEORGIU, O.; JACK, L. In pursuit of legitimacy: A history behind fair value accounting. **British Accounting Review**, v. 43, n. 4, p. 311–323, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.bar.2011.08.001>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

GILMAN, S. **Accounting Concepts of Profit**. New York: Ronald Press, 1939.

GLAUTIER, M. W. E.; UNDERDOWN, B. **Accounting: Theory and Practice**. 7. ed. Edinburgh: Prentice Hall, 2000.

GOMES, D. The interplay of conceptions of accounting and schools of thought in accounting history. **Accounting History**, v. 13, n. 4, p. 479–509, 2008.

_____; RODRIGUES, L. L. Investigação em História da Contabilidade. In: MAJOR, M. J.; VIEIRA, R. (Org.). **Contabilidade e Controlo de Gestão**. 2. ed. Lisboa: Escolar Editora, 2017.

GORDON, E. A.; BISCHOF, J.; DASKE, H.; MUNTER, P.; SAKA, C.; SMITH, K. J.; VENTER, E. R. The IASB’s discussion paper on the conceptual framework for financial reporting: A commentary and research review. **Journal of International Financial Management and Accounting**, v. 26, n. 1, p. 72–110, 2015.

GORE, P. **The FASB Conceptual Framework Project 1973-1985: An Analysis**. 1989. 1989.

HEGEL, G. W. F. **A Razão na História: Uma Introdução Geral à Filosofia da História**. Trad. de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. Trad. de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

HINES, R. D. The FASB's conceptual framework, financial accounting and the maintenance of the social world. **Accounting, Organizations and Society**, v. 16, n. 4, p. 313–331, 1991.

HOPWOOD, A. G. Accounting and Organization Change. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 3, n. 1, p. 7–17, 1990.

_____. On trying to study accounting in the contexts in which it operates. **Accounting, Organizations and Society**, v. 8, n. 2–3, p. 287–305, 1983.

HORNGREN, C. T. .; SORTER, G. H. “Direct” Costing for External Reporting. **The Accounting Review**, v. 36, n. 1, p. 84–93, 1961.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD (IASB). **Basis for Conclusions**: Conceptual Framework for Financial Reporting. London: IASB, 2018.

_____. **Basis for Conclusions Exposure draft ED/2015/3**: Conceptual Framework for Financial Reporting. London: IASB, 2015.

_____. **Conceptual Framework for Financial Reporting**. London: IASB, 2010.

_____. **Conceptual Framework for Financial Reporting**. London: IASB, 2018.

_____. **Discussion Paper**: Preliminary Views on an Improved Conceptual Framework for Financial Reporting. London: IASB, 2006.

_____. **Discussion Paper DP/2013/1**: A Review of the Conceptual Framework for Financial Reporting. London: IASB, 2013.

_____. **Exposure Draft ED/2015/3**: Conceptual Framework for Financial Reporting. London: IASB, 2015.

_____. **Exposure Draft of Improved Conceptual Framework for Financial Reporting**: Chapter 1 - The Objective of Financial Reporting; Chapter 2 - Qualitative Characteristics and Constraints of Decision-useful Financial Reporting Information. London: IASB, 2008.

_____. **IASB update October 2004**. 2004

_____. **Information for observers conceptual framework e Draft project plan 17 February 2005 (Agenda paper 11)**. 2005.

_____; FINANCIAL ACCOUNTING STANDARD BOARD (FASB). **Information for Observers Conceptual Framework e Objectives of Financial Reporting**. 22 April 2005 (Agenda paper 4). v. 44, n. 20, p. 1–12, 2005.

_____; _____. **Memorandum of Understanding “The Norwalk Agreement”**. London: IASB, 2002.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD COMMITTEE (IASC). **Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements**. London: IASB, 1989.

INSTITUTE OF CHARTERED ACCOUNTANTS IN ENGLAND AND WALES (ICAEW). **Principles Before Standards**: The ICAEW’s “N Series” of Recommendations on Accounting Principles 1942-1969. London: ICAEW, 2014.

JONES, S. **The Routledge Companion to Financial Accounting Theory**. 3. ed. New York: Routledge, 2015.

KOTHARI, C. R. **Research Methodology**: Methods & Techniques. New Delhi New Age International, 2004.

LEMARCHAND, Y. Jacques Savary et Mathieu de La Porte: deux classiques du Grand siècle. In: EDITIONS, E. (Ed.). **Les grands auteurs en comptabilité**. [s.l: s.n.]p. 312.

LIANA, G. The Quality Increasing of Information in the Financial Statements. A Rearrangement of the Qualitative Characteristics. **Analele Universității Constantin Brâncuși din Târgu Jiu: Seria Economie**, v. 3, n. 2, p. 21–29, 2012.

LITTLETON, A. C. **Structure Of Accounting Theory**. Sarasota: AAA, 1953.

LOFT, A. Towards a critical understanding of accounting: The case of cost accounting in the U.K., 1914-1925. **Accounting, Organizations and Society**, v. 11, n. 2, p. 137–169, 1986.

MALA, R.; CHAND, P. Commentary on phase A of the revised conceptual framework: Implications for global financial reporting. **Advances in Accounting**, v. 31, n. 2, p. 209–218, 2015.

MARKHAM, J. W. **A Financial History of the United States**. v. 2. New York: M. E. Sharpe, 2002.

MAY, G. O. The Influence of Accounting on Economic Development. **Journal of Accountancy**, n. January, p. 11–12, 1936.

MCMONNIES, P. N. **Making Corporate Reports Valuable**. London: ICAS, 1988.

MOONITZ, M. **The Basic Postulates of Accounting (ARS 1)**. New York: AICPA, 1961.

MURPHY, T.; O'CONNELL, V.; ÓHÓGARTAIGH, C. Ó. Discourses surrounding the evolution of the IASB/FASB Conceptual Framework: What they reveal about the “living law” of accounting. **Accounting, Organizations and Society**, v. 38, n. 1, p. 72–91, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.aos.2012.07.003>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

NICOLAESCU, C.; RISTI, L.; TĂGĂDUAN, D. Study regarding the Quality of Accounting Information under the Conditions of using Creative Accounting. **Journal of Economics and Business Research**, v. 1, n. 1, p. 182–190, 2015.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NOBES, C.; PARKER, R. **Comparative International Accounting**. 11. ed. London: Pearson, 2010.

NUSSBAUMER, N. Does the FASB's conceptual framework help solve real accounting issues? **Journal of Accounting Education**, v. 10, n. 1, p. 235–242, 1992.

OLIVEIRA, A. F. O. **Evolução da terminologia princípio contábil baseada na escola norte-americana**. 2003. 173 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB, UFPE e UFRN, Natal, 2003.

OLIVEIRA, H. C.; CARVALHO, R. M. A Quarta e Sétima Diretivas da União Européia e suas Implicações sobre a Contabilidade Local do País-Membro: França.

EnAMPAD 2006, p. 16, 2006. Disponível em:

<<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21365474>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

PATON, W. A. **Accounting Theory**. New York: The Ronald Press Company, 1922.

_____. **Essentials of Accounting**. Michigan: Edwards Brothers, 1938.

_____; LITTLETON, A. C. **An Introduction to Corporate Accounting Standards**. Sarasota: AAA, 1940.

PAULO, E. **Comparação da Estrutura Conceitual da Contabilidade Financeira**. 2002. Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.

PELGER, C. Practices of standard-setting - An analysis of the IASB's and FASB's process of identifying the objective of financial reporting. **Accounting, Organizations and Society**, v. 50, p. 51–73, 2016.

PREVITS, G. J.; PARKER, L. D.; COFFMAN, E. N. An Accounting Historiography: Subject Matter and Methodology. **Abacus**, v. 26, n. 2, p. 136–158, 1990a.

_____; _____. Accounting History: Definition and Relevance. **Abacus**, v. 26, n. 1, p. 1–16, 1990b.

REINA, D. R. M. **Comparabilidade dos demonstrativos financeiros, acurácia e informatividade no Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RODRIGUES, N. M. B.; ALBUQUERQUE, F. H. F.; QUIRÓS, J. T.; JUSTINO, M. R. F. A cultura e as características qualitativas da informação financeira: Um estudo empírico com base em empresas cotadas em distintos mercados Europeus. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 19, n. 3, p. 395–421, 2016.

RODRIGUES JUNIO, J. R. N.; ESPERIDIÃO, L. D.; ARAGÃO, V. M. C.; NIYAMA, J. K. Princípios contábeis europeus e brasileiros: uma abordagem comparativa. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 2, n. 1, p. 111–132, 1999.

SANDERS, T. H.; HATFIELD, H. R.; MOORE, U. **A Statement of Accounting Principles**. New York: AIA, 1938.

SCHIPPER, K. Principles-based accounting standards. **Accounting Horizons**, v. 17, n. 1, p. 61–72, 2003.

SCHMIDT, P. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

_____; SANTOS, J. L. **História da Contabilidade: Foco nos Grandes Pensadores**. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHROEDER, R. G.; CLARK, M. W.; CATHEY, J. M. **Financial Accounting Theory and Analysis: text readings and cases**. 8. ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2005.

SHAHWAN, Y. Qualitative characteristics of financial reporting: a historical perspective. **Journal of Applied Accounting Research**, v. 9, n. 3, p. 192–202, 2008.

SHALIMOVA, N.; STEZHKO, Z. Qualitative Characteristics of the Auditor's Report. **Research Journal of Finance and Accounting**, v. 7, n. 4, p. 84–95, 2016.

SORTER, G. H. A Theory of Accounting to Investors by George J. Staubus. **The Accounting Review**, v. 38, n. 1, p. 223–224, 1963.

_____.; GANS, M. S. Opportunities and Implications of the Report on Objectives of Financial Statements. **Journal of Accounting Research**, v. 12, p. 1–12, 1974.

SPROUSE, R. T.; MOONITZ, M. **A Tentative Set of Broad Accounting Principles for Business Enterprises (ARS 3)**. New York: AICPA, 1962.

STAUBUS, G. J. **A theory of accounting to investors**. Berkeley: University of California Press, 1961.

_____. **An Accounting Concept of Revenue**. Ph. D. Dissertarion, University of Chicago. New York: Arno Press, 1954.

_____. An Accountant's Education. **The Accounting Historians Journal**, v. 30, n. 1, p. 155–196, 2003.

_____. Comments on Accounting and Reporting Standards for Corporate Financial Statements - 1957 Revision. **The Accounting Review**, v. 33, n. 1, p. 11–24, 1958.

_____. The Residual Equity Point of View in Accounting. **The Accounting Review**, v. 34, n. 1, p. 3–13, 1959.

STEWART, R. E. Pluralizing Our Past: Foucault in Accounting History. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 5, n. 2, p. 57–73, 1992.

SWIERINGA, R. J. Robert T. Sprouse and Fundamental Concepts of Financial Accounting. **Accounting Horizons**, v. 25, n. 1, p. 207–220, 2011.

U.S. GOVERNMENT. **Securities Act of 1933**. Disponível em: <<https://www.sec.gov/about/laws/sa33.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

WALKER, R. G. The SEC's Ban on Upward Asset Revaluations and the Disclosure of Current Values. **Abacus**, v. 28, n. 1, p. 3–35, 1992.

WALLIMAN, N. **Your Research Project**: a step-by-step guide for the first-time researcher. London: SAGE, 2001.

WALTON, P. The nature of fair value. In: **The Routledge Companion to Fair Value and Financial Reporting**. New York: Routledge Companion, 2007.

WHITTINGTON, G. Fair value and the IASB/FASB conceptual framework project: An alternative view. **Abacus**, v. 44, n. 2, p. 139–168, 2008.

WILLIAMS, P. F.; RAVENSCROFT, S. P. Rethinking Decision Usefulness. **Contemporary Accounting Research**, v. 32, n. 2, p. 763–788, 2015.

WOLK, H. I. .; DODD, J. L. .; TEARNEY, M. G. **Accounting Theory**: Conceptual Issues in a Political and Economic Environment. 6. ed. Thompson, 2004.

XIAO, Z.; PAN, A. Developing accounting standards on the basis of a conceptual framework by the Chinese government. **The International Journal of Accounting**, v. 32, n. 3, p. 279–299, 1997.

ZEFF, S. **Forging Accounting Principles in Five Countries**: A History and an Analysis of Trends. Illinois: Stipes Publishing Company, 1972.

_____. **Its First 50 Years 1916-1966**. Sarasota, Flórida: AAA, 1966.

_____. Some Junctures of in in the Evolution of the Process Principles Establishing the U.S.A.: 1917-1972. **The Accounting Review**, v. 59, n. 3, p. 447–468, 1984.

_____. The evolution of the conceptual framework for business enterprises in the United States. **The Accounting Historians Journal**, v. 26, n. 2, p. 89–131, 1999. Disponível em: <[http://www.ruf.rice.edu/~sazeff/PDF/Conceptual framework history paper.pdf](http://www.ruf.rice.edu/~sazeff/PDF/Conceptual%20framework%20history%20paper.pdf)>. Acesso em: 09 dez. 2018.

_____. The evolution of the IASC into the IASB, and the challenges it faces. **The Accounting Review**, v. 87, n. 3, p. 807–837, 2012.

_____. The objectives of financial reporting: a historical survey and analysis. **Accounting and Business Research**, v. 43, n. 4, p. 262–327, 2013. Disponível em: <<http://www.scopus.com/inward/record.url?eid=2-s2.0-84879563248&partnerID=tZOtx3y1>>. Acesso em: 09 dez. 2018.

_____. The SEC rules historical cost accounting: 1934 to the 1970s. **Accounting and Business Research**, v. 37, n. June 1933, p. 49–62, 2007.

_____. The Trueblood Study Group on the Objectives of Financial Statements (1971-73): A Historical Study. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 35, n. 2, p. 134-161, 2016.

_____. The wheat study on establishment of accounting principles (1971-72): A historical study. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 34, n. 2, p. 146–174, 2014b.

APÉNDICE

APÊNDICE A – SELEÇÃO DAS OBRAS PRIMÁRIAS

Quadro A1 – Seleção das obras primárias (continua).

| # | Publicação/Ano/Autor/Editor | Motivo da Exclusão | Publicações Remanescentes para Análise |
|----|--|---|--|
| 1 | <i>Accounting Theory</i> , 1922, William Andrew Paton, AAA | | 1 |
| 2 | <i>A Tentative Statement of Accounting Principles Affecting Corporate Reports</i> , 1936, AAA | | 2 |
| 3 | <i>Examination of Financial Statement</i> , 1936, AIA | | 3 |
| 4 | <i>Principles of Public-Utility Depreciation - Monograph 1</i> , 1937, Perry Mason, AAA | Exclusão na terceira etapa - Obra indisponível na AAA | |
| 5 | <i>A Statement of Accounting Principles</i> , 1938, Thomas Henry Sanders, Henry Hand Hatfield e Underhill Moore, AIA | | 4 |
| 6 | <i>Financial Statements - Monograph 2</i> , 1939, Mortimer B. Daniels, AAA | Exclusão na terceira etapa - Obra indisponível na AAA | |
| 7 | <i>Accounting Concepts of Profit</i> , 1939, Stephen Gilman | Exclusão na terceira etapa - Obra indisponível | |
| 8 | <i>An Introduction to Corporate Accounting Standard - Monograph 3</i> , 1940, W. A. Paton & A. C. Littleton, AAA | | 5 |
| 9 | <i>Accounting Principles Underlying Corporate Financial Statements</i> , 1941, AAA | | 6 |
| 10 | <i>The Entity Theory of Consolidated Statements - Monograph 4</i> , 1944, Maurice Moonitz, AAA | Exclusão na terceira etapa - Obra indisponível na AAA | |
| 11 | <i>Accounting Concepts and Standards Underlying Corporate Financial Statement</i> , 1948, Thomas W. Leland, AAA | | 7 |
| 12 | <i>Reserves and Retained Income</i> , 1950, AAA | Exclusão na segunda etapa - Manual de prática | |
| 13 | <i>Price Level Changes and Financial Statements</i> , 1951, AAA | Exclusão na segunda etapa - Manual de prática | |
| 14 | <i>Current Assets and Current Liabilities</i> , 1951, AAA | Exclusão na segunda etapa - Manual de prática | |

Quadro A1 – Seleção das obras primárias (continuação).

| # | Publicação/Ano/Autor/Editor | Motivo da Exclusão | Publicações Remanescentes para Análise |
|----|--|---|--|
| 15 | <i>Accounting Principles and Taxable Income, 1952, AAA</i> | Exclusão na segunda etapa - Manual de prática | |
| 16 | <i>Accounting Corrections, 1953, AAA</i> | Exclusão na segunda etapa - Manual de prática | |
| 17 | <i>Inventory Pricing and Changes in Price Levels, 1953, AAA</i> | Exclusão na segunda etapa - Manual de prática | |
| 18 | <i>Structure of Accounting Theory - Monograph 5, 1953, Ananias C. Littleton, AAA</i> | | 8 |
| 19 | <i>Consolidated Financial Statement, 1954, AAA</i> | Exclusão na segunda etapa - Manual de prática | |
| 20 | <i>Standards of Disclosure for Published Financial Reports, 1954, AAA</i> | Exclusão na segunda etapa - Manual de prática | |
| 21 | <i>Comments on "Accounting and Reporting Standards for Corporate Financial Statements, The Accounting Review, G. J. Staubus, 1958.</i> | | 9 |
| 22 | <i>The Residual Equity Point of View in Accounting, The Accounting Review, G. J. Staubus, 1959.</i> | | 10 |
| 23 | <i>The Philosophy of Auditing - Monograph 6, 1961, Robert K. Mautz & Hussein A. Sharaf, AAA</i> | Exclusão na terceira etapa - Obra indisponível na AAA | |
| 24 | <i>A Theory of Accounting to Investors. Berkeley: University of California. G. J. Staubus, 1961</i> | | 11 |
| 25 | <i>The Basic Postulates of Accounting, 1961, Maurice Moonitz, AICPA</i> | | 12 |
| 26 | <i>A Tentative Set of Broad Accounting Principles for Business Enterprises - ARS 3, 1962, Robert T. Sprouse e Maurice Moonitz, AICPA</i> | | 13 |
| 27 | <i>Nature of Accounting - Monograph 7, 1965, Louis Goldberg, AAA</i> | Exclusão na terceira etapa - Obra indisponível na AAA | |
| 28 | <i>Research in Accounting Measurement, 1965, AAA</i> | Exclusão na segunda etapa - Coleção de papers | |

Quadro A1 – Seleção das obras primárias (continua).

| # | Publicação/Ano/Autor/Editor | Motivo da Exclusão | Publicações Remanescentes para Análise |
|----|--|--|--|
| 29 | <i>Inventory of Generally Accepted Accounting Principles for Business Enterprises</i> - ARS 7, 1965, Paul Grady, AICPA | | 14 |
| 30 | <i>A Statement of Basic Accounting Theory</i> – ASOBAT, 1966, AAA | | 15 |
| 31 | <i>Accounting Principles One</i> – APB 1, 1969, AICPA | | 16 |
| 32 | <i>Statement of the Accounting Principles Board</i> - APB 4, 1970, AICPA | | 17 |
| 33 | <i>The Trueblood Report – Objectives of Financial Statements</i> , 1973, AICPA | | 18 |
| 34 | <i>Statement on Accounting Theory and Theory Acceptance</i> – SATTA, 1977, AAA | Exclusão na quarta etapa - Conteúdo não relacionado com o conteúdo da Tese | |

Fonte: Do autor.